



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH**



**LEANDRO ARVELINO DA SILVA**

**A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS  
ESTUDANTES VENEZUELANOS DA ESCOLA MENODORA FIALHO  
DE FIGUEIREDO, DE DOURADOS – MS**

**Dourados – MS**

**2023**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS – FCH**



**LEANDRO ARVELINO DA SILVA**

**A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS  
ESTUDANTES VENEZUELANOS DA ESCOLA MENODORA FIALHO  
DE FIGUEIREDO, DE DOURADOS – MS**

Texto de qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia – área Antropologia Sociocultural, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia, sob a orientação do Prof. Dr. Mario Teixeira de Sá Junior.

**Dourados – MS**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586i Silva, Leandro Arvelino Da

A imigração venezuelana a partir da perspectiva dos estudantes venezuelanos da escola Menodora Fialho de Figueiredo, de Dourados - MS [recurso eletrônico] / Leandro Arvelino Da Silva. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Mario Teixeira de Sá Junior.

Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Migração. 2. Refugiados. 3. Crise Humanitária. 4. Direitos Humanos. 5. Política Públicas. I. Sá Junior, Mario Teixeira De . II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADA POR LEANDRO ARVELINO DA SILVA, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTHROPOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "ANTHROPOLOGIA SOCIOCULTURAL".**

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada **"A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES VENEZUELANOS DA ESCOLA MENODORA FIALHODE FIGUEIREDO, DE DOURADOS – MS."**, apresentada pelo mestrando Leandro Arvelino da Silva, do Programa de Pós-graduação em Antropologia, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof. Dr. Mario Teixeira de Sa Junior/UFGD (presidente/orientador), Prof.ª Dr.ª Aline Castilho Crespe Lutti/UFGD (membro titular interno), Prof. Dr. Hermes Moreira Junior/UFGD (membro titular interno). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado APROVADO. A Presidente da Banca atesta a participação dos membros que estiveram presentes de forma remota, conforme declarações anexas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 04 de setembro de 2023.

Documento assinado digitalmente  
**MARIO TEIXEIRA DE SA JUNIOR**  
Data: 04/09/2023 16:00:49-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**ALINE CASTILHO CREPPE LUTTI**  
Data: 04/09/2023 16:20:21-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**HERMES MOREIRA JUNIOR**  
Data: 04/09/2023 14:52:50-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Mario Teixeira de Sa Junior  
Presidente/orientador  
(Participação Remota)

\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Aline Castilho Crespe Lutti  
Membro Titular Interno  
(Participação Remota)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Hermes Moreira Junior  
Membro Titular Interno  
(Participação Remota)

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, PELA PROPP/ UFGD.

**LEANDRO ARVELINO DA SILVA**

**A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS  
ESTUDANTES VENEZUELANOS DA ESCOLA MENODORA FIALHO  
DE FIGUEIREDO, DE DOURADOS – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -  
Graduação em Antropologia da Universidade Federal  
da Grande Dourados, como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Antropologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Mario Teixeira de Sá Junior - (Orientador) UFGD**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Castilho Crespe Lutti**

---

**Prof. Dr. Hermes Moreira Junior**

Esta pesquisa é dedicada àqueles que migram. Em especial, aos Ulisses latino-americanos que trazem em suas bagagens sonhos e vontade de vencer, pois, para eles desistir não é uma opção. Revestem-se de coragem e constroem o futuro a cada dia, passo a passo, ainda que isso os leve para além das fronteiras de suas terras natais.

## **AGRADECIMENTOS**

O sentimento de trabalho finalizado deve-se a diversas pessoas que fizeram parte deste projeto, sem as quais seria impossível realizá-lo.

Primeiramente, agradeço aos meus filhos, Matheus, que mesmo sem entender o que é o mestrado, foi capaz de demonstrar apoio e compreensão por todas as vezes que não pude ir visitá-lo no Paraná e à pequena Helena, que nasceu no transcorrer deste projeto, trazendo ainda mais motivos para concluí-lo.

Aos amigos e familiares pelo suporte, de modo especial, à Aline Midori Takahara, pelas trocas, conversas, opiniões, revisões e pelo incentivo dado antes mesmo da aprovação do projeto que antecedeu esta dissertação.

Aos estudantes venezuelanos pela participação e por acreditarem na minha pesquisa.

E, por fim, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Mario Teixeira de Sá Junior, que se fez sempre presente durante todo o processo de escrita, orientando e incentivando a conclusão deste projeto.

El condor passa sobre os Andes  
E abre as asas sobre nós  
Na fúria das cidades grandes  
Eu quero abrir a minha voz  
Cantar, como quem usa a mão  
Para fazer um pão  
Colher alguma espiga  
Como quem diz no coração:  
Meu bem, não pense em paz  
Que deixa a alma antiga

Tentar o canto exato e novo  
Que a vida que nos deram nos ensina  
Pra ser cantado pelo povo  
Na América Latina

Eu quero que a minha voz  
Saia no rádio, pelo alto falante  
Que Inês possa me ouvir, posta em sossego a sós  
Num quarto de pensão, beijando um estudante  
*Quem vem de trabalhar bastante*  
*Escute e aprenda logo a usar toda essa dor*  
*Quem teve que partir para um país distante*  
*Não desespere da aurora, recupere o bom humor*  
Ai! Solidão que dói dentro do carro  
Gente de bairro afastado  
Onde anda meu amor?  
Moça, murmure: "Estou apaixonada"  
E dance de rosto colado, sem nenhum pudor

E à noite, quando em minha cama  
For deitar minha cabeça  
Eu quero ter daquela que me ama  
Um abraço que eu mereça  
Um beijo: O bem do corpo em paz  
Que faz com que tudo aconteça  
E o amor que traz a luz do dia  
E deixa que o sol apareça  
Sobre a América  
Sobre a América, sobre a  
América do Sul

(*Voz da América*, de Belchior. Grifo nosso)

SILVA, Leandro Arvelino da. A imigração venezuelana a partir da perspectiva dos estudantes venezuelanos da escola Menodora Fialho de Figueiredo, de Dourados - MS. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2023.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar os impactos da imigração venezuelana na vida dos estudantes imigrantes e refugiados da Venezuela. Tem como grupo focal discentes matriculados em uma escola estadual, na cidade de Dourados, no interior do Mato Grosso do Sul. Diante disso, o objeto de estudo desta pesquisa centra-se no processo de adaptação destes jovens diante do processo de aprendizagem, construção de identidade e pertencimento. Para tanto, o método adotado para o desenvolvimento deste trabalho é o etnográfico, pois a convivência com o grupo foi a base para a coleta de dados, além das entrevistas com os atores envolvidos no processo: professores, estudantes brasileiros, imigrantes, servidores e direção escolar. Outra preocupação desta pesquisa relaciona-se à análise das políticas públicas em prol dos estudantes imigrantes, bem como as estratégias de ensino ofertadas pela instituição, a partir do estudo dos documentos norteadores da escola, como o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico.

**Palavras-Chave:** Imigrantes; Refugiados; Crise Humanitária; Direitos Humanos.

SILVA, Leandro Arvelino da. Venezuelan immigration from the perspective of Menodora Fialho de Figueiredo Venezuelan students in Dourados - MS. Dissertation (Master 's Degree in Anthropology) – Faculty of Human Sciences, Federal University of Grande Dourados, 2023.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the impacts of Venezuelan immigration on the lives of immigrant and refugee students from Venezuela. Its focus group is students enrolled in a state school, in the city of Dourados, in the interior of Mato Grosso do Sul. Therefore, the object of study of this research focuses on the process of adaptation of these young people to the process of learning, construction of identity and belonging. Therefore, the method adopted for the development of this work is the ethnographic one, because the coexistence with the group was the basis for data collection, in addition to the interviews with the actors involved in the process: teachers, Brazilian students, immigrants, servers and school management. Another concern of this research is related to the analysis of public policies in favor of immigrant students, as well as the teaching strategies offered by the institution, based on the study of the school's guiding documents, such as School Regiment and Pedagogical Political Project.

**Key-words:** Immigrants; Refugees; Humanitarian Crisis; Human rights.

SILVA, Leandro Arvelino da. La inmigración venezolana en la perspectiva de los estudiantes venezolanos de la escuela Menodora Fialho de Figueiredo, en Dourados - MS. Disertación (Maestría en Antropología) – Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Federal de Grande Dourados. Dourados, 2023.

## RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo analizar los impactos de la inmigración venezolana en la vida de estudiantes inmigrantes y refugiados de Venezuela. Su grupo focal son estudiantes matriculados en una escuela estatal, en la ciudad de Dourados, en el interior de Mato Grosso do Sul. Por lo tanto, el objeto de estudio de esta investigación se centra en el proceso de adaptación de estos jóvenes frente al aprendizaje, proceso, construcción de identidad y pertenencia. Por lo tanto, el método adoptado para el desarrollo de este trabajo es el etnográfico, ya que la convivencia con el grupo fue la base para la recolección de datos, además de entrevistas con los actores involucrados en el proceso: docentes, estudiantes brasileños, inmigrantes, servidores y gerencia. escuela Otra preocupación de esta investigación está relacionada con el análisis de las políticas públicas a favor de los estudiantes inmigrantes, así como las estrategias didácticas que ofrece la institución, a partir del estudio de los documentos rectores de la escuela, como el Reglamento Escolar y el Proyecto Político Pedagógico.

**Palabras clave:** Inmigrantes; Refugiados; Crisis Humanitaria; Derechos humanos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES FIGURAS FÍGURAS

<b>Figura 1</b> – União de Venezuelanos e Brasileiros na operação acolhida.....	27
<b>Figura 2</b> – As dez dimensões da governança migratória.....	50
<b>Figura 3</b> – Tabela de alunos venezuelanos matriculados nos quatro anos.....	71
<b>Figura 4</b> – Estudante Jeshua desfilando com a bandeira da Venezuela.....	77
<b>Figura 5</b> - Estudante Karoline desfilando com a bandeira da Venezuela.....	78
<b>Figura 6</b> - Reunião com os estudantes venezuelanos 10/10/2022.....	79
<b>Figura 7</b> – Registro de uma das reuniões entre os estudantes venezuelanos.....	82
<b>Figura 8</b> – Reunião dos estudantes venezuelanos com a CEI.....	84
<b>Figura 9</b> - Reunião dos estudantes venezuelanos com Jean Kenson Jolne da Coordenadoria Especial dos Imigrantes (CEI).....	85

## GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Percentual de venezuelanos interiorizados por estado.....	32
<b>Gráfico 2</b> - Amostra de notas de alguns estudantes.....	82
<b>Gráfico 3</b> – Números de refugiados na última década.....	86
<b>Gráfico 4</b> - Origem dos imigrantes.....	87

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**ACNUDH** – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos  
**ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados  
**Cadastro Único** – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal  
**CERMA** – Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas  
**CIDH** – Comissão Interamericana de Direitos Humanos  
**CNE** – Conselho Nacional eleitoral  
**CONARE** – Comitê Nacional para Refugiados  
**COTER** – Comando de Operações Terrestres  
**CPF** – Cadastro de Pessoas Físicas  
**CRAS** – Centros de Referência de Assistência Social  
**CREAS** – Centros Especializados de Assistência Social  
**CTPS** – Carteira de Trabalho e Previdência Social  
**CVP** – Corporación Venezolana del Petróleo  
**Disque 100** – Disque Direitos Humanos  
**FAB** – Força Aérea Brasileira  
**HRW** – Human Rights Watch  
**IBOPE** – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística  
**IFMS** – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul  
**IMDH** – Instituto Migrações e Direitos Humanos  
**MD** – Ministério da Defesa  
**MDU** – Mesa de Unidade Democrática  
**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social  
**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul  
**MP** – Medida Provisória  
**MPE** – Ministério Público Estadual  
**OBMigra** – Observatório das Migrações Internacionais  
**OEА** – Organização dos Estados Americanos  
**ONGs** – Organizações Não-Governamentais  
**OIM** – Organização Internacional para as Migrações  
**OMS** – Organização Mundial da Saúde  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**OPAS** – Organização Pan-americana de Saúde

**OPEP** – Organização dos Países Exploradores de Petróleo  
**PDVSA** – Petróleos de Venezuela **PETROVEN**– Petróleos de Venezuela  
**PF** – Polícia Federal  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PIDCP** – Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966  
**PRF** – Polícia Rodoviária Federal  
**PSUV** – Partido Socialista Unido da Venezuela  
**SUS** – Sistema Único de Saúde  
**UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados  
**UFRR** – Universidade Federal de Roraima  
**UNAIDS** – Programa conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/AIDS  
**UNASUL** – União de Nações Sul-Americanas  
**UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
**UNRWA** – Agência das Nações Unidas para Refugiados Palestinos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1. VENEZUELA EM ROTA DE MIGRAÇÃO UM PROBLEMA LATINO-AMERICANO.....</b>	<b>21</b>
1.1 COMO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PODE AUXILIAR NA CONSTRUÇÃO DO PERTENCIMENTO?.....	24
1.2 OPERAÇÃO ACOLHIDA.....	28
1.3 OPERAÇÃO ACOLHIDA E O CONCEITO DE IDENTIDADE .....	30
1.4 OS NÚMEROS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA .....	36
1.5 AS CAUSAS DO ÊXODO VENEZUELANO.....	38
1.6 MIGRANTES, IMIGRANTES, EMIGRANTES, REFUGIADOS, ASILADOS E APÁTRIDAS.....	44
<b>2. DOURADOS E A MIGRAÇÃO VENEZUELANA.....</b>	<b>49</b>
2.1 NOITE EM DOURADOS .....	65
<b>3.3 A ESCOLA MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO DIANTE DO ESTUDANTE IMIGRANTE .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1 A ESCOLA ESTADUAL MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO E O REGIMENTO ESCOLAR.....	72
3.2 ESCOLA MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO E O SEU PPP.....	77
3.3 O ESTUDANTE VENEZUELANO DA ESCOLA MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO .....	88
3.4 URGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS.....	94
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>99</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

O mundo está em movimento. Esta frase poderia ser aplicada a diversos contextos. Porém, nesta pesquisa, será utilizada para tratar de um dos maiores problemas contemporâneos, as migrações forçadas e suas consequências na formação humana e intelectual dos jovens imigrantes.

O tema migração tem sido pauta de vários debates políticos ao redor do mundo devido aos impactos socioeconômicos que têm causado em todos os continentes. Realidade que, muitas vezes, foi ilustrada mediante cenas estarrecedoras, tal como a imagem do menino de três anos afogado na praia Ali Hoca, em Bodrum, na Turquia. A criança em questão era Alan Kurdi<sup>1</sup>. Ele e sua família buscavam chegar ao Canadá, mas a viagem foi interrompida durante a travessia de barco entre a Turquia e a Grécia. No entanto, Alan, sua mãe e seu irmão morreram afogados, e a imagem de um policial resgatando seu corpo tornou-se um símbolo do drama enfrentado por milhares de refugiados sírios, afegãos e iraquianos que buscam recomeçar suas vidas na Europa.

Desta forma, muitos Abdullahs<sup>2</sup> têm sido diariamente forçados a se deslocarem de seus países mundo afora em busca de segurança, emprego e alimento para suas famílias. Estima-se que em 2022 o mundo contava com mais de 281 milhões de pessoas em migração, o equivalente a 3,6 % da população global, número que tem aumentado vertiginosamente se levarmos em conta que no ano de 2000, os migrantes representavam 2,8 % da população global, ou seja, 150 milhões de pessoas<sup>3</sup>.

É esse o sentido do mundo em movimento, em que milhares de pessoas são forçadas a migrarem, transitando pelas fronteiras em busca de uma vida melhor, longe das adversidades como guerra, fome e violação. Esses fluxos migratórios são experiências vivenciadas em todos os continentes, cada qual com sua especificidade, alguns assolados por guerras (*Rússia x Ucrânia*), por intolerância religiosa (*Afeganistão, Nigéria*) ou por questões ideológicas ou econômicas (*Cuba, Venezuela*).

A consequência de tudo isso, é o acentuado número de pessoas que têm arriscado suas vidas em travessias extremamente perigosas, se expondo a todo tipo de preconceitos e

---

<sup>1</sup>Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903\\_aylan\\_historia\\_canada\\_fd](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd). Acesso em 27 jan.2023.

<sup>2</sup> Pai do menino, Alan Kurdi.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://news.un.org>. Acesso em 27 jan.2023.

descriminalizações, além do constante risco de serem exploradas. É relevante destacar que existem leis internacionais que protegem os imigrantes, porém muitas vezes são ignoradas, deixando o imigrante vulnerável diante das ameaças.

Por outro lado, as Nações Unidas mobilizam agências em várias partes do mundo que auxiliam e cobram os países para que estes cumpram os seus deveres perante o imigrante, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), é um exemplo desse braço da ONU em 135 países, lutando para que os direitos humanos sejam assegurados para esta população.

Conforme indicado, cada região do planeta passa por fluxos intensos de migrações. A Europa e o Oriente Médio vivenciam os terrores de conflitos armados que obrigam milhares de pessoas a fugirem de suas casas, já na América do Sul, a fome, a violência e tantas outras adversidades têm sido motivo de fuga para milhões de venezuelanos. Números mais recentes informam que existem mais de seis milhões<sup>4</sup> de venezuelanos entre refugiados e imigrantes no mundo, números que igualam com os ucranianos que estão fugindo de uma guerra e, pela primeira vez, ultrapassando, ainda, o número de refugiados da Síria. Os venezuelanos são hoje o terceiro maior grupo populacional deslocado do mundo.

Essa situação exige total atenção das autoridades a fim de suavizar os problemas que tal deslocamento na América do Sul tem causado nos países que recebem esse quantitativo de imigrantes e refugiados, pois é na escassez de políticas públicas que surgem os maiores desafios para este povo em rota migratória.

É dentro deste contexto que esta pesquisa centraliza o seu objeto de investigação, buscando problematizar as possíveis falhas que possam existir e que podem causar estragos imensuráveis na vida de milhares de pessoas já desgastadas com a fome, perseguição e tantos outros problemas enfrentados durante o deslocamento forçado.

A pesquisa é pautada na imigração a partir da experiência de um grupo de estudantes venezuelanos matriculados na Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, situada na cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Trinta estudantes serão ouvidos durante o processo de levantamentos de dados, os quais irão relatar suas experiências desde a saída da Venezuela até serem interiorizados em Dourados, a fim de analisar como todo esse processo tem interferido no processo de aprendizagem e inserção social. A escolha deste tema partiu da inquietação ao

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/onu-numero-de-refugiados-fugindo-da-venezuela-e-similar-ao-da-guerra-na-ucrania/>. Acesso em 27 jan.2023.

ver estudantes frequentando diversas horas semanais, muitas vezes sem compreender o português, alheios ao processo de aprendizagem.

Ademais, outros fatores motivaram problematizar este tema, pois, a educação é o caminho mais eficaz para a transformação social. É a chave para diversos processos de cidadania e desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional. Porém, se esta não é eficaz, não cumpre o seu papel, ou ainda pode vir agravar os traumas dificultando a adaptação do imigrante no país de escolha.

A pesquisa está estruturada em três capítulos que problematizam o contexto da imigração venezuelana e suas especificidades. No capítulo introdutório, a imigração é apresentada sob a perspectiva dos conceitos de pertencimento e identidade, temas de extrema relevância para compreender os desafios enfrentados por estas pessoas em rota migratória. Ainda no primeiro momento, os motivos que causaram esse êxodo na Venezuela são elencados com o objetivo de contextualizar a pesquisa e, por fim, se fez necessário esmiuçar as terminologias envolvidas da pessoa que migra.

No segundo capítulo, retrata-se a experiência dos imigrantes na cidade de Dourados, a quarta cidade do país que mais recebeu venezuelanos por meio da operação acolhida. A situação destas pessoas é abordada frente aos direitos humanos, analisando as dificuldades impostas para a construção do pertencimento e adaptação.

Para dinamizar a pesquisa, neste segundo capítulo a reflexão parte da análise dos dados da plataforma Migracidades<sup>5</sup>, que concedeu o selo que reconhece o envolvimento dos governos na melhoria da integração das pessoas migrantes e na construção da coesão social. Esses dados apresentam os pontos positivos, negativos e o que tem para melhorar nas estratégias de acolhimento ao imigrante na cidade de Dourados, sendo um importante material para entender a situação dos que migram para a segunda maior cidade do estado.

Outro ponto importante nesta etapa, é a análise da imigração a partir do próprio indivíduo imigrante. A partir de entrevistas, foi coletado um vasto material sobre as condições do imigrante venezuelano em Dourados, contrastando com a realidade vivenciada na Venezuela, em que podemos mensurar, mesmo que de forma teórica a partir de literaturas como “Noite em Caracas” e “O inferno de Maracaibo”.

Certamente a presença dos imigrantes em Dourados é um fato, e políticas públicas devem ser criadas a nível estadual e municipal para atender esta população. Eles não se

---

<sup>5</sup> Plataforma que tem como objetivos capacitar atores locais, impulsionar o diálogo migratório, certificar o engajamento dos governos em aprimorar a governança migratória e dar visibilidade às boas práticas identificadas nos estados e municípios brasileiros.

enquadram na terminologia de invisibilidade social, termo referente a pessoas que se encontram invisíveis socialmente, seja por indiferença ou por preconceito estrutural, pois eles existem e são visíveis, porém, são muitas vezes ignorados. A cegueira pública causa impactos na vida do imigrante, como humilhação social e reificação<sup>6</sup>, sendo a ausência de políticas públicas destinadas para a proteção e segurança destas pessoas a raiz de todos esses problemas (COSTA, 2008, p.15). Desta forma, a compreensão do cotidiano dos imigrantes venezuelanos na cidade de Dourados é fundamental para o desenvolvimento deste projeto, observando as políticas públicas existentes e quais direitos estão sendo negligenciados.

Já o último capítulo, visa ouvir os estudantes, objetivando que estes apresentem a imigração a partir de suas experiências, como jovem, imigrante e estudante. Nos últimos anos, a escola Menodora Fialho de Figueiredo tem se tornado polo para estudantes venezuelanos, configurando-se na instituição douradense que mais recebeu matrículas de imigrantes vindos do país vizinho nos últimos anos.

Desta forma, partindo do conceito de Paulo Freire de que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, e de aprendizagem, a pesquisa observará se de fato os estudantes estão encontrando um ambiente favorável para desenvolver suas capacidades e competências intelectuais e socioemocionais. Para além destas observações, a pesquisa neste capítulo busca demonstrar a (re) existência desses jovens frente às adversidades no ambiente escolar como a falta de apoio por parte da secretaria de educação do estado do Mato Grosso do Sul, além das dificuldades naturais como o idioma e o choque cultural.

Ao apresentar suas impressões sobre sua vida escolar, os estudantes venezuelanos podem contestar o ideal maior da BNCC, que objetiva a formação integral do aluno, “A educação Básica brasileira deve promover a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos, para que sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária” (BNCC, 2017). Porém, as primeiras informações dão conta que a maior parte dos estudantes venezuelanos possuem dificuldade de compreender o conteúdo ministrado todo em português, outro agravante é a defasagem escolar em relação aos estudantes brasileiros, situação que intensificou ainda mais durante os dois anos de pandemia com as aulas remotas, pois a maioria destes estudantes não tinha acesso à internet, celular ou computador. Diante de tudo isso, questiona-se como o ideal da BNCC atingirá essa parcela de estudantes. Como ser educado de forma integral se não compreende o que o professor está falando?

---

<sup>6</sup> Redução do ser humano a valores meramente materialistas.

Estas dificuldades mencionadas acima estão nas informações coletadas em conversas com os alunos, nas quais eles relatam as dificuldades enfrentadas nesse processo de adaptação. Outra situação delicada relaciona-se ao fato de que alguns estudantes estão em Dourados desacompanhados dos pais, “*Sinto muita saudades de meus pais e também da minha família*”, “*Todo os dias sonho em voltar a meu país*”<sup>7</sup>.

Os relatos sobre a vida na Venezuela também serão adicionados à pesquisa, evidenciando que, mesmo diante de todos os problemas que enfrentaram, desejam um dia retornar para o país de origem. A maioria não enxerga o Brasil como algo permanente e cultiva a esperança de que um dia as coisas possam melhorar, permitindo o regresso. A experiência que estes jovens evidenciam em suas falas reforça o sentimento de pertença à nação venezuelana.

Enfim, a pesquisa objetiva conhecer o ponto de vista desses jovens e adolescentes em relação a ser imigrante em Dourados. A relevância desta dissertação é justamente o fato de dar voz aos estudantes imigrantes, tema não encontrado até o momento em dissertações que problematizam as migrações. O referencial teórico é baseado a partir de antropólogos, sociólogos e historiadores que refletem sobre a temática da imigração ou questões interseccionais, como Hannah Arendt, Stuart Hall dentre outros mencionados ao transcorrer da dissertação.

Como foi mencionado acima, a importância da pesquisa está no fato de dar visibilidade a uma parcela dos imigrantes que pouco tem se falado, os estudantes, no caso desta pesquisa, venezuelanos, mas servirá para todos outros que estão no processo educativo ou virão a ser matriculados. É necessário dar condições para que estes jovens tenham as mesmas possibilidades que qualquer outro estudante na conquista por uma vaga nas universidades, e que o Estado dê condições para que o jovem imigrante construa um sentimento de pertencimento de fato é que nenhum direito seja negado e que as leis internacionais e nacionais sejam observadas.

A pesquisa tem a intenção de refletir, ainda, sobre os desdobramentos da imigração no que tange aos preconceitos deferidos para os imigrantes como a xenofobia, crime que tem aumentado conforme cresce o fluxo migratório, como o discurso de ódio e outras formas discriminatórias. Assegurar o respeito aos direitos humanos é uma obrigação de todos assim como, combater toda e qualquer forma de intolerância em relação ao outro.

---

<sup>7</sup> J.B.G discente da escola Menodora Fialho de Figueiredo.

## 1. VENEZUELA EM ROTA DE MIGRAÇÃO UM PROBLEMA LATINO-AMERICANO

As migrações fazem parte da história da humanidade, desde os tempos remotos pessoas migram em busca de melhores condições de vida ou são forçadas a isso devido às guerras, questões climáticas, perseguições por raça, etnia, religião ou por questões políticas. A história mundial é uma história de migrações<sup>8</sup>, repleta de povos que vivenciaram tais experiências, alguns emigraram para fora de seu país, outros migram dentro da mesma nação.

Evidencia-se não tratar de um fenômeno próprio do século XXI, mas algo inerente à espécie humana de acordo com o que narram os historiadores da era paleolítica (HIGA, 2022). Porém, as migrações modernas pouco se parecem com as dos primeiros seres humanos, estes eram nômades e estavam em constante deslocamento fugindo das condições adversas da natureza ou de animais selvagens, sempre em busca das melhores regiões que suprissem suas necessidades. Hoje, os deslocamentos ocorrem em sua maioria devido à ganância, a intolerância, o racismo, a ideologia, má gestão política dentre outros fatores que realçam a maldade humana.

Nos séculos XIV e XV, o fenômeno migratório é intensificado com as grandes navegações e a descoberta do continente americano, a partir desse momento milhares de pessoas buscaram refúgio no “novo mundo”, ou foram obrigados, é o caso das migrações não voluntárias em que mais de 12,5 milhões de africanos foram trazidos para o continente americano entre os anos de 1514 a 1866 (HENSCHERL, 2022). Com a justificativa de mão de obra barata, seres humanos foram vitimados pela cobiça humana, podendo aqui abrir um paralelo com o que a filósofa Hannah Arendt chamou de “Banalidade do Mal”, em que a mediocridade do não pensar aliado ao sujeito demente institucionalizou a barbárie.

O continente americano foi destino de migrações voluntárias ao transcorrer das décadas, cerca de três milhões de pessoas se mudaram para a América entre os anos de 1822 a 1899 (BEZERRA, 2022), a maioria de europeus, números que aumentaram com as duas grandes guerras mundiais deixando milhares de pessoas desalojadas, estas muitas vezes incentivadas pelos governos sul-americanos vieram suprir as demandas de mão de obra devido o fim da escravidão.

---

<sup>8</sup> Disponível em :<https://www.politize.com.br/migracoes-historia-mundial/>. Acesso em 20 jan.2023.

Para além da intenção de repor os trabalhadores com o fim da escravidão, os governos da América do Sul como Brasil, Argentina e Uruguai objetivavam apagar a herança escravocrata e promover um branqueamento na população incentivando a imigração europeia para o continente sul-americano. No Brasil, existiu nesse período o que foi chamado de parceria e colonato em que os empresários patrocinavam a vinda dos estrangeiros para suas fazendas deixando estes endividados a ponto de ir acumulando dívidas que impediam suas saídas (BEZERRA, 2022).

É nítido o papel das migrações na formação do povo sul-americano, uma miscigenação entre os ameríndios, europeus, africanos e asiáticos. É lógico que essa amalgamação muitas vezes surgiu de forma forjada, como é o caso das migrações escravocratas, porém, estes eventos contribuíram para a construção do povo latino-americano.

Atualmente, o mundo tem voltado suas atenções para as crises humanitárias que tem gerado uma intensa migração em todos os continentes. A Europa, devido às guerras na Síria, Jordânia, Iraque entre outros conflitos armados no Oriente Médio e África, tornou-se destino de milhares de refugiados que têm viajado quilômetros em busca de paz, comida e segurança (ACNUR, 2022).

Na América do sul é observada atentamente a crise humanitária na Venezuela que, a partir da instabilidade do governo no ano de 2013, tem gerado uma onda de milhares de pessoas que têm migrado para os países vizinhos como Brasil, Colômbia e Peru.

De acordo com o que foi mencionado, entende-se que no âmago de toda migração está o movimento, no caso desta dissertação, o deslocamento humano, este ato de mover-se de um lugar para outro torna objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, motivadas pela curiosidade em entender o sentimento que movem estas pessoas, como estas lidam com as noções de pertencimento e de não pertencimento, de inclusão e exclusão, de iguais e diferentes, de nós e outros.

A xenofobia é uma realidade vivenciada pelos que estão em deslocamento, forçados ou não, o termo faz referência ao ódio, receio, hostilidade e rejeição em relação aos estrangeiros. Albert Camus, na obra “O estrangeiro”, evidencia o descaso de um povo diante de um imigrante morto, um “árabe”. Seu assassino, Meursault, foi condenado não pelo crime cometido, mas por ser indiferente aos costumes da sociedade argelina, foi chamado de anticristo, não por ter matado um homem, mas por não ter chorado no enterro de sua mãe. Meursault foi condenado à morte por ser indiferente ao luto diante da morte de sua mãe, pois em relação ao árabe, este era estrangeiro, diferente, não pertencia àquele país.

Por mais que a obra de Camus seja uma ficção ela denuncia um fato, as práticas desumanas cometidas por muitos contra os estrangeiros, perseguidos muitas vezes por serem considerados de raça inferior, privados de qualquer direito, afinal não são considerados pessoas, tampouco cidadãos. Realidade experimentada por muitos que estão na mesma situação do árabe assassinado, sem direito, sem nome, apenas estrangeiro.

Estas delimitações do “eu” e do “outro”, são as raízes de preconceitos e discriminações vivenciadas nas regiões de fronteiras em que pessoas são hostilizadas por não serem daqui, por ser diferentes e por não pertencerem, tais situações impedem em muitos casos a construção de identidade (CASTANHO, 2022).

Os conceitos, pertencimento e identidade estão vinculados à ideia de um mundo em movimento, desta forma é relevante à compreensão destes termos para entender a realidade dos imigrantes e refugiados que diariamente se vêem obrigados a ressignificarem suas vidas, forçados a ultrapassarem as barreiras dos estereótipos, dos preconceitos e todas as outras formas de abusos.

[...] a fronteira étnica canaliza a vida social – ela acarreta de um modo frequente uma organização muito complexa das relações sociais e comportamentais. A identificação de uma outra pessoa como pertencente a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento. Logo, isso leva à aceitação de que os dois estão ‘jogando o mesmo jogo’, e isso significa que existe entre eles um determinado potencial de diversificação e de expansão de seus relacionamentos sociais que pode recobrir de forma eventual todos os setores e campos diferentes de atividades. De outro modo, uma dicotomização dos outros como estrangeiros, como membros de outro grupo étnico, implica que se reconheçam limitações na compreensão comum, diferenças de critérios de julgamento, de valor e de ação, e uma restrição da interação em setores de compreensão comum assumida e de interesses mútuos (Barth, 1995, p. 196, grifo nosso).

A realidade dos imigrantes em busca de romper com as barreiras impostas pelas delimitações do “eu” e do “outro” é um dos temas que serão abordados na sequência desta pesquisa, como por exemplo, entender o papel desempenhado pelas autoridades brasileiras na busca de amenizar as dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros que chegam vulneráveis necessitando auxílio, proteção e emprego.

Em especial, esta pesquisa irá tratar da migração venezuelana a partir da ótica do próprio imigrante instalado na quarta cidade do Brasil que mais recebeu imigrantes venezuelanos entre abril de 2018 a dezembro de 2022, Dourados no Mato Grosso do Sul. O enfoque centra-se em jovens indivíduos em idade de escolarização que encontram desafios ainda maiores na busca pelo saber enquanto lidam com adaptações, barreiras linguísticas e sociais. Estes dados fazem

parte dos relatórios entregues pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), juntamente com o Governo Federal, por meio da Operação Acolhida.

## 1.1 COMO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PODE AUXILIAR NA CONSTRUÇÃO DO PERTENCIMENTO?

Pertencimento significa a capacidade de sentir-se membro, partilhar e conviver com o outro as experiências que transcendem o sujeito, como os laços familiares, a sociedade, os vínculos que vão se formando juntamente com os valores adquiridos, tudo isso faz parte desta gama que envolve a capacidade de pertencer. (Berger e Luckmann, 2004).

Nesta mesma linha de reflexão Erickson compactua com a ideia de pertencimento ligado ao conceito de pertencer a um grupo e ser reconhecido por este (ERICKSON, 1987, p 276).

Segundo relatos de imigrantes, uma das maiores dificuldades para se adaptar em uma terra que não seja a sua de origem é se sentir pertencente a um novo grupo. “Sentia falta da família, dos amigos, da comida, das tradições. Ali eu era estrangeira, imigrante. O outro. Inferior. Sempre convivia com o sentimento de não ser dali” (FUZETI, 2020).

Neste processo diaspórico cabem algumas questões relevantes, como: A constituição de um País pode auxiliar neste sentimento de pertencimento? A Lei vigente favorece que o imigrante construa uma nova vida/identidade em terras distantes?

Se respondermos tais questões sob a ótica do conceito de cidadania, a resposta é sim! Um exemplo pode vir da Roma antiga, em que a palavra cidadania era usada para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Juridicamente, cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. Em um conceito mais amplo, cidadania quer dizer a qualidade de ser cidadão, e conseqüentemente sujeito de direitos e deveres. Desta forma poderíamos dizer que, cidadania é um conceito que se refere à condição de pertencimento de uma pessoa à comunidade de um país (FIA, 2019).

A socióloga Nira Yuval Davis entende que o pertencimento é um conceito estruturado a partir de níveis e de estruturas básicas:

[...] a primeira são as estruturas analíticas, que explora a noção de pertencimento pela análise de posições sociais, dos processos de identificação, dos elos emocionais e dos valores éticos e políticos; o segundo denomina-se como as estruturas políticas de pertencimento, que enfoca as políticas de pertencimento e de como as estruturas políticas se inserem nas diversas políticas e projetos em que vivem os indivíduos em sociedade, como, por exemplo, pelo direito ao exercício da cidadania e as ações participativas, evidenciando-se, portanto o direito de status no grupo de pertencimento. O terceiro nível estrutura a mecânica de pertencimento em projetos políticos que compreendem determinadas características de um indivíduo. Eles são

selecionados por diferentes significados específicos de pertencimento, por possuírem ou não essas características (DAVIS, 2006, p 198-199).

A partir destas menções sobre o termo estudado é apreendido que o pertencimento é uma construção social, onde a partir de influências do meio externo, com base na sua interação, ele passa a criar sua identidade e suas raízes baseados no sentimento de estar se sentindo que ali é o seu lugar, é a tomada de consciência e criação do senso de pertencimento.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil é sensível em relação aos imigrantes em seu território. O princípio da igualdade é de base constitucional está no caput do artigo 5º, da Constituição/1988, onde “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (CF, 1988).

Recentemente o País criou uma lei própria para tratar tanto dos emigrantes como imigrantes, trata-se da lei 13.445 de 2017, uma lei que coloca o Brasil na vanguarda em relação aos demais países do mundo, enquanto presenciamos nações fechando suas alfândegas para povos estrangeiros, o Brasil estabelece direitos e deveres para que todos sintam-se bem vindos.

A nova lei vai ao encontro com as especificidades de cada personagem em migração, preocupando-se com o tratamento dispensado aos não brasileiros, com base nos direitos humanos, ela trata do repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação, sendo abrangente de tal forma que traz em seus artigos 3º e 4º direitos e garantias que vão além da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, trata da organização e política migratória, amparo social, direito a reunião, viver em família, reconhecimento da formação acadêmica no país de origem, facilitando a regularização de documentos, acesso a oportunidades de emprego e ações voltadas ao acolhimento do imigrante no país, conforme abaixo transcrito:

“Art. 3 - A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:  
I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;  
II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;  
III - não criminalização da migração;  
IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;  
V - promoção de entrada regular e de regularização documental;  
VI - acolhida humanitária;  
VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;  
VIII - garantia do direito à reunião familiar;  
IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;  
X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;  
XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;  
XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;  
XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas;  
XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;  
XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço;  
XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante;  
XVIII - observância ao disposto em tratado;  
XIX - proteção ao brasileiro no exterior;  
XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas;  
XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas (BRASIL, 2017).

É notável como esta lei em seu artigo terceiro encontra-se em sintonia com as leis internacionais de proteção da pessoa em migração, principalmente com a convenção da ONU de 1951, com o protocolo de 1967 e a declaração de Cartagena de 1984. O Brasil mediante esta lei apresenta-se como um país atento às necessidades dos estrangeiros, realidade evidenciada até mesmo anterior a 2017, pois em 1980 já existia a lei 6.815 que norteava as ações para a proteção dos imigrantes, denominada de *estatuto do estrangeiro*.

Ainda sobre a lei de 13.445 de 2017, em seu artigo quarto é assegurado ao migrante direitos quase iguais a qualquer brasileiro nato, permitindo que este exerça seu papel de cidadão, seja livre e tenha sua integridade respeitada.

Art. 4o Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:  
I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;  
II - direito à liberdade de circulação em território nacional;  
III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes;  
IV - medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos;  
V - direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável;  
VI - direito de reunião para fins pacíficos;  
VII - direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos;  
VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;  
IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;  
XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;  
XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento;  
XIII - direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do migrante, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;  
XIV - direito a abertura de conta bancária;  
XV - direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e  
XVI - direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória” (BRASIL, 2017).

Perante a lei não resta dúvida sobre os esforços que o Brasil tem desempenhado para o sujeito em migração sentir-se acolhido em suas terras, criminalizando todo e qualquer tipo de racismo, xenofobia e descriminalização, assegurando os direitos humanos, a liberdade de circulação dentre tantos outros direitos para estes cidadãos.

Como pode-se perceber, o país muitas vezes vai à contramão de outras nações tidas de primeiro mundo que fecharam suas fronteiras para imigrantes de determinados países, em uma ação clara de preconceito e descaso com as dores e os sofrimentos do outro, como no caso dos refugiados da Síria, Afeganistão e Sudão do Sul que juntos em 2018, esses três países representavam os locais de origem de 55% dos refugiados no mundo inteiro (ACNUR, 2018).

A lei 13.445 de 2017 coloca o Brasil na vanguarda mundial em relação à proteção dos imigrantes, uma lei que foi bastante contestada na época da sua aprovação, de autoria do então senador Aloysio Nunes Ferreira, a oposição afirmava que a nova lei facilitaria a entrada de pessoas criminosas, e via como um problema o fato de não prender o imigrante irregular no país. Porém, superadas as desconfianças, a nova lei tem sido eficaz na proteção e acolhimento destas pessoas, no combate a descriminalização e a xenofobia.

Uma das ações desenvolvidas pelo Governo brasileiro tendo em vista a lei de migração é a operação acolhida, criada menos de um ano depois da aprovação da lei, esta operação, criada em março de 2018, é a resposta do Brasil frente ao intenso fluxo migratório de venezuelanos em sua fronteira, em Roraima. Os pilares da operação são o ordenamento da fronteira, abrigo e interiorização (BRASIL, 2022).

## 1.2 OPERAÇÃO ACOLHIDA

A operação acolhida é uma iniciativa do Governo Federal para auxiliar aqueles que chegam a seu território, tratando o imigrante com respeito, dignidade e realocando estas pessoas nas cidades do interior do Brasil. Todo o processo é compartilhado com a agência da ONU para Refugiados no Brasil (ACNUR), e diversas outras entidades da sociedade civil.

A primeira etapa da operação acontece na fronteira entre os países no Estado de Roraima, na cidade de Pacaraima. A intenção é oferecer assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos, organizando a chegada deles, buscando inserção social, econômica e apoiando na procura por emprego e moradia, principalmente nos municípios de Boa Vista e Pacaraima, posteriormente acontece a transferência voluntária dos imigrantes das cidades de fronteira para outros estados brasileiros processo denominado de interiorização (BRASIL, 2022).

De acordo com os dados do Governo Federal a Operação Acolhida contabiliza 78.767 mil venezuelanos interiorizados no Brasil, distribuídos em 844 municípios entre abril de 2018 a junho de 2022. Dourados, a segunda maior cidade do estado do Mato Grosso do Sul, é a quarta cidade que mais recebeu imigrantes venezuelanos no País 3.329 (BRASIL, 2022).

Esta operação é uma estratégia para que os imigrantes venezuelanos possam ter uma qualidade de vida e também para desafogar os estados que fazem fronteiras com a Venezuela, principalmente Roraima que é a principal porta de entrada dos imigrantes. Ao interiorizar estas pessoas em outros estados, possibilita a melhor distribuição do fluxo migratório que tem se intensificado nos últimos quatro anos devido à crise política e econômica vivenciada no País vizinho, estima-se que cerca de cinco milhões de pessoas foram forçadas a saírem da Venezuela nos últimos anos (BRASIL, 2022).

Nesta diáspora venezuelana os países latinos americanos mais uma vez mostram a sua diferença em relação a alguns países europeus, não dificultando o acesso e permanência dos venezuelanos em seus territórios, de janeiro de 2017 a março de 2022 alguns dados apontam as nações que mais acolheram estes cidadãos. O destino mais buscado na América Latina foi a Colômbia com 1.842.390, refugiados venezuelanos; seguida pelo Peru, com 1.286.464. Equador, 513.903 e Chile, 448.138 ocupam a terceira e quarta posição, respectivamente e o Brasil está em quinto lugar, recebendo 325.763 refugiados (BRASIL, 2022).

Estes números não revelam todo o sofrimento desse povo em migração, suas dificuldades para fugir da fome, perseguição e outros tipos de calamidades enfrentadas em seu País de origem, mas nos dimensionam o tamanho do problema enfrentado pelos países

acolhedores que nos últimos cinco anos veem a sua população aumentar de forma progressivamente em números esperados talvez em décadas. Problemas que eram urgentes passaram a ser ainda mais imprescindíveis como a saúde, educação, trabalho e segurança.

Diante desta realidade percebe-se a importância da operação acolhida para o Estado de Roraima, um exemplo é a capital Boa Vista que em 2017 contava com uma população com um pouco mais de 300 mil habitantes e que agora em 2022, conta com um pouco mais de 430 mil habitantes, um acréscimo de mais de 100 mil habitantes em menos de cinco anos (IBGE). O Governo Federal tem auxiliado o Estado neste processo, mas a crise instaurada precisará de alguns anos para ser amenizada, pois o fluxo migratório é contínuo.

Para além dos Estados de Roraima e Amazonas, a operação acolhida auxilia o sujeito em migração e reforça a ideia que o Estado pode facilitar o sentimento de pertencimento, diminuindo os impactos da síndrome de Ulisses<sup>9</sup>, dando dignidade ao sujeito e fazendo que aos poucos o indivíduo sinta-se pertencente ao local escolhido para viver.

A operação acolhida foi criada em 2018 para recepção e organização do fluxo de imigrantes e refugiados venezuelanos, é uma grande força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio do ACNUR, de outras agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil organizada.

A operação acolhida é estruturada em três partes: Ordenamento de fronteira e documentação, acolhimento e assistência humanitária e interiorização. A primeira parte versa em ações voltadas para a provisão de regularização no país, como acesso à documentação, vacinação e identificação de casos de vulnerabilidade para os devidos encaminhamentos específicos.

A segunda parte zela pelas questões emergenciais como abrigo, alimentação e atenção à saúde, dispondo respostas às necessidades mais imediatas e urgentes no atendimento da população venezuelana. E por último, facilita de forma gratuita e ordenada, a realocação voluntária de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas para outros municípios, com objetivo de inclusão socioeconômica e integração local (ACNUR, 2022).

Nesta última parte da operação acolhida, a interiorização é organizada em quatro momentos, chamados pela ACNUR de modalidade, que são: (I) institucional; (II) reunificação familiar; (III) reunião social; e (IV) vaga de emprego sinalizada. Em todas as etapas e em todos os momentos contam com a presença efetiva da Agência da ONU para refugiados, inclusive

---

<sup>9</sup> A síndrome do imigrante com estresse múltiplo, também conhecido como síndrome de Ulisses, é uma condição mental específica que acomete pessoas em trânsito e os sintomas envolvem quadros depressivos, ansiosos e dissociativos. Inspirada no personagem da mitologia grega que demora dezessete anos para voltar para sua casa.

durante a viagem e no destino final. É nesta etapa que as ONGs, Igrejas e outras organizações auxiliam a chegada destas pessoas nos municípios do interior do Brasil.

**Figura 1 – União de Venezuelanos e Brasileiros na operação acolhida**



<https://www.acnur.org/portugues/2019/03/28/operacao-acolhida-celebra-primeiro-aniversario-integrando-venezuelanos-e-brasileiros-em-roraima/>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

### 1.3 OPERAÇÃO ACOLHIDA E O CONCEITO DE IDENTIDADE

É notório que o Estado brasileiro tem se esforçado na proteção dos migrantes, seja mediante as leis criadas ou através da operação acolhida no caso dos migrantes venezuelanos.

A operação acolhida, como foi observada, é este primeiro contato do sujeito em rota de migração com o novo país, estes são cadastrados, acolhidos nas bases operacionais em Roraima e posteriormente realocados nos municípios do interior do Brasil, a partir deste momento passam a serem sujeitos de direitos, e a constituição auxilia nesse processo de pertencimento.

Agora, outra apreciação importante nessa discussão é o conceito de identidade, como os sujeitos em migração se entendem nesse processo transitório frente a uma nova cultura? Novos hábitos? Nova vida?

Antes de nos aprofundar nessa questão é preciso entender a abrangência do tema identidade para a Antropologia, de imediato percebemos a complexidade de tratar o assunto, seja pela perspectiva antropológica seja sociológica.

Como conceituar o termo identidade? E qual a relação do tema com a imigração, e a operação acolhida?

Identidade é um termo bastante importante para as áreas citadas acima, podemos relacionar com as características de um grupo social no qual o indivíduo está inserido, fatores como a cultura, a história, o local e o idioma unem estas pessoas, são elementos identitários.

Segundo Stuart Hall, a identidade é objeto da interação entre o indivíduo e a sociedade e que o sujeito tem sua essência interior, no entanto é a partir da relação com diversos mundos culturais que sua identidade se estabelece.

Trazendo para o objetivo desta pesquisa, podemos apontar as especificidades desta relação, imigrante venezuelano identificado com seu país, tendo diante de si outra realidade, outro povo, com suas identidades, seus modos, signos e culturas. Dificilmente um indivíduo fora deste contexto conseguirá mensurar sentimentos, mesmo que seja empático, pois somente o sujeito que experimenta tal situação poderá dizer o que sente e o que experimenta.

Mas, partindo do ponto de vista de Stuart Hall, conseguimos compreender o processo da construção da identidade, visto que esta não é inata nos seres humanos, mas é arquitetada através da história.

[...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.13).

Desta forma entendemos que a identidade é uma construção constante, jamais definida, pronta e acabada, pois o contrário como o sociólogo define acima, é uma ilusão.

É nesse espaço que se encontram os protagonistas desta pesquisa, os imigrantes venezuelanos frente às suas identidades nacionais dadas através do nascimento mediante a cultura, a língua e os símbolos. E a partir de agora, se veem diante de uma nova realidade, movidos sejam por questões políticas, perseguições, violência ou fome a ressignificarem as suas vidas em terras distantes. Partindo da concepção apresentada por Hall, esse processo de adaptação, pertencimento e identidade são teoricamente simplificados, pois a identidade é transformada à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam.

Não nascemos brasileiros, venezuelanos ou latino-americanos, nascemos e aos poucos somos apresentados a uma cultura, a uma língua, apresentados aos símbolos nacionais e com tempo, oferecemos sentidos a tudo isso, nos tornando membros de uma nação, criando vínculos de lealdade com a mesma, “uma cultura nacional é um modo de construir sentidos – um discurso

– que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção de nós mesmos” (Hall, 2006, p.50).

É evidente que construir significações é o cerne para criar identidade segundo Stuart Hall, e os imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil por Roraima ao serem recepcionados pela operação acolhida dão os primeiros passos para este processo de identificação, a eles primeiramente são dados respeito e dignidade, local de repouso e alimentação, elementos essenciais que favorecem nesse processo de assimilação cultural.

São esses os passos que fundamentam o processo de pertencimento e identidade, presentes na operação acolhida, evidenciando o papel humanitário desempenhado pelo Governo Federal, ONU e diversos setores da sociedade civil, reforçando a ideia que não existe um indivíduo pronto e acabado em relação a sua cultura, mas sujeitos que constroem sentidos, que significam e ressignificam sua essência o tempo todo, somos pertencentes ao mundo, e de modo especial, independente das diferenças que possuímos em termos de classe, gênero ou raça, todos participam da mesma e grande família latino americana.

Conforme analisado, a operação acolhida tem cumprido um papel de extrema relevância frente à onda migratória venezuelana nos últimos anos, tem sido o primeiro suporte para aqueles que buscam segurança, comida e abrigo. Tem ajudado milhares de pessoas no processo de adaptação no interior do Brasil, seja com empregos e fazendo contato com a comunidade local.

Não obstante, a operação acolhida não está isenta de falhas e tem acumulado diversas críticas e denúncias ao longo desses anos, muitas vezes por falta de agentes, de recursos ou de fiscalização.

Muitos venezuelanos ao serem interiorizados ficam a mercê de empresas que não estão preocupadas com o lado humanitário da operação, e sim com a exploração do trabalhador, expondo os imigrantes em trabalhos análogos a escravidão, o que era para dar dignidade ao imigrante o sujeita em situações humilhantes, é o que denuncia a Thomson Reuters Foundation, um conglomerado de notícias canadense.

Os abusos vão da exploração à trabalhos escravos, venezuelanos que foram contratados mediante a operação acolhida estão enfrentando situações extremas, compromissos que não foram cumpridos como salários, moradias e alimentação. Há relatos de dezenas de pessoas dividindo o mesmo quarto, dormindo no chão, sem nenhuma qualidade de vida ou higiene.

O Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) - que supervisiona a Operação Acolhida no Brasil reconhece que existem falhas, mas pondera afirmando que melhorias devem ser feitas e ressalta a relevância da operação para o bem estar de milhares de venezuelanos. Tais críticas se assentam na falta de coordenação e supervisão do Governo Federal no processo de

interiorização, dados apontam que das mais de 250 empresas cadastradas para contratarem venezuelanos, 41 destas são investigadas por violações trabalhistas (THOMSON, 2022).

Na fronteira Brasil e Venezuela a operação acolhida também é questionada pela demora no reassentamento dos imigrantes, obrigando estes a enfrentarem meses morando nos abrigos improvisados ou até mesmo na rua. O processo de interiorização é lento, e quando de fato ocorre o risco de serem contratados por empresas desonestas aumentam devido a falta de fiscalização e muitas vezes pela má índole de empresários que usam o sistema para a exploração.

No processo de reassentamento verificou-se também que muitas empresas que se dispõem a contratar venezuelanos possuem vínculos com o exército ou eram apoiadoras do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que por diversas vezes elogiou o programa e procurou aumentar os interiorizados. Estas empresas para se habilitarem pela operação acolhida emitem uma nota para o Exército afirmando que não utilizam mão-de-obra escrava, sem uma fiscalização posterior que comprove tal informação, os imigrantes ficam sujeitos aos abusos que podem surgir (THOMSON, 2022).

Mediante estas críticas de exploração do trabalhador segundo o Governo Federal a responsabilidade é das autoridades locais, a CFAE reafirma ao responder que uma vez assentados estas pessoas estão sob a responsabilidade das autoridades locais competentes (THOMSON, 2022).

E desta forma fica um jogo de empurra sobre quem é o responsável pelo bem estar do imigrante interiorizado. Tais denúncias apresentados pela Thomson é verificado na maioria das cidades que receberam imigrantes, como no caso de Dourados, a quarta cidade brasileira que mais recebeu venezuelanos pela operação acolhida, em contato com os estudantes venezuelanos estes relataram as mesmas situações de moradias precárias em que várias famílias dividem o mesmo espaço, relatos de exploração do trabalho e outras humilhações que podem ser observadas nas entrevistas feitas com os estudantes.

Os estudantes venezuelanos que contribuem com esta dissertação em diversos momentos relatam tais situações que foram denunciadas pela Thomson, desde a morosidade na fronteira em Roraima ao descaso ao serem interiorizados em Dourados, vários desses estudantes relatam que seus pais ou familiares enfrentam dificuldades no trabalho, não entendem como é organizado seu salário, as promessas de moradias não foram atendidas estando em casas comunitárias.

Situação que se estende para várias cidades brasileiras, a operação acolhida tem sido muito criticada, pois muitas vezes os órgãos municipais que estão para o atendimento

emergencial não são comunicados sob a chegada dos imigrantes não dando tempo para se adaptarem à nova demanda de pessoas que precisarão utilizar os recursos do município.

Para além dos abusos relacionados ao trabalho, a operação acolhida tem enfrentado apreciações negativas em relação ao tratamento que tem dispensado às crianças e adolescentes que chegam desacompanhados de pais ou responsáveis. A crise no país vizinho tem obrigado centenas de crianças e adolescentes a migrarem sozinhos fugindo da fome, é o que aponta o relatório da ONG, Human Rights Watch<sup>10</sup>, que afirma de forma categórica e embasada em pesquisa de campo que o Brasil não protege estas crianças e adolescentes de forma adequada.

De acordo com a Human Rights Watch, entre 1º de maio a 21 de novembro de 2022, 529 crianças e adolescentes desacompanhados foram registrados no único posto de entrada na fronteira da Venezuela com o Brasil, na cidade brasileira de Pacaraima, segundo a Defensoria Pública da União (DPU). Cerca de 60% das crianças e adolescentes registrados eram meninas.

No mesmo período que foi registrado a entrada desses jovens desacompanhados, o Brasil também registrou a entrada de 2.133 crianças e adolescentes “separados”, ou seja, acompanhado por um adulto que não é o seu responsável legal, 43% vieram com a avó, 19% com a tia e o restante com outros parentes de ambos os sexos. Cerca de metade eram meninas (CONANDA, 2022). Como acontece com os outros venezuelanos, crianças e adolescentes desacompanhados podem solicitar refúgio ou residência temporária com a assistência de defensores públicos da União no posto de fronteira. As crianças e adolescentes terão que renovar esses pedidos depois de um ano no caso de refúgio e dois anos no caso de residência.

Esses números tendem a serem superiores, pois muitos jovens não passam nos postos de entrada oficiais brasileiros.

Esses jovens buscam no Brasil emprego e outros anseios em que seu país de origem tem lhes negado, mas ao entrar em território nacional esses sonhos são desfeitos, pois, a legislação brasileira não permite menores de 14 anos serem empregados em período integral, além disso, se não tiverem um responsável legal, as crianças e adolescentes não podem ter acesso à educação, à assistência médica e outros serviços. A Human Rights Watch, em seus relatórios durante o ano de 2022 alertou para o grande número de jovens que não receberam o auxílio da operação acolhida e estão à mercê de facções criminosas, por estes serem alvos de recrutamento.

Outro problema alertado pela ONG é o fato destas crianças e adolescentes terem que dividir abrigos com adultos sendo expostos à abusos. A ONG denuncia a situação de dezenas

---

<sup>10</sup> Organização internacional não governamental que defende e realiza pesquisas sobre os direitos humanos.

de crianças e adolescentes que não foram abrigados pela operação acolhida e estão na rua sem a proteção dos órgãos competentes como o Conselho Tutelar.

A crise humanitária atinge todas as faixas etárias. Os imigrantes estão sujeitos a condições adversas, o Governo Federal, se defende afirmando que estão trabalhando no limite, defende a operação acolhida afirmando ser um modelo de acolhimento de refugiados. No caso das crianças e adolescentes, o conselho tutelar de Roraima afirma que tem buscado amenizar a situação, mas todos os abrigos para este público estão lotados, inclusive sob ordem judicial que impede de receber mais jovens, e estão agindo em parceria com o UNICEF.

O Estado de Roraima afirma que a proteção destas crianças e adolescentes desacompanhados não pode ser de responsabilidade apenas do Estado. O governo federal deveria trabalhar em conjunto com o estado de Roraima, autoridades municipais e os órgãos do sistema de justiça federal e estadual para estabelecer um sistema que conte com financiamento adequado para identificar, acompanhar e apoiar crianças e adolescentes venezuelanos desacompanhados. Isso deve ser realizado em colaboração com agências da ONU e organizações não governamentais que trabalham no estado. As autoridades também deveriam garantir que essas crianças e adolescentes tenham acesso à educação, à assistência médica e à documentação legal.

A Human Rights Watch vai ao encontro com a visão do Estado de Roraima e sugere um grupo de trabalho permanente, formado pelo Governo Federal, autoridades estaduais, municipais, as agências internacionais e a ONU para que juntos possam dar assistência para todos que buscam auxílio, principalmente para as crianças e adolescentes em vulnerabilidade a fim de prevenir a violência, o recrutamento para o crime e os demais tipos de abusos.

Conforme observado, a operação acolhida foi criada para coordenar a assistência de emergência aos migrantes e refugiados venezuelanos em situação de maior vulnerabilidade que chegam a Roraima. A operação tem o apoio de agências da ONU e organizações não governamentais, e sua implementação é liderada pelas forças armadas.

É inegável a importância da operação acolhida para aqueles que chegam ao País, desde acolhida, abrigo, alimentação e o mais importante, a esperança de dias melhores. Para o Estado de Roraima, a interiorização é necessária para amenizar a demanda constante no setor social. Porém, a operação acolhida conforme verificado possui falhas, algumas justificáveis pelo excesso de fluxo de imigrantes que diariamente pedem asilo, mas, tais críticas jamais pode apagar os esforços daqueles que buscam oferecer alento e esperança para pessoas cansadas e famintas.

É preciso que haja esforços de todas as autoridades para o sucesso desta operação que há cinco anos tem sido ponto de apoio para milhares de migrantes venezuelanos. A operação acolhida já passou por dois governos (Michel Temer e Jair Bolsonaro) e estamos nas primeiras semanas de um terceiro governo (Lula), a esperança é que haja ainda mais investimento e apoio para a continuidade deste projeto. As expectativas são positivas, a operação acolhida é bem vista no núcleo de Direitos Humanos do governo Lula, a tendência é a permanência do projeto que já consta com um orçamento de 253 milhões para 2023, e existe, segundo o Deputado Federal, Túlio Gadêlha a perspectiva da criação de uma secretaria para o migrante, refugiado e apátrida para este ano (GAZETA DO POVO, 2022).

#### 1.4 OS NÚMEROS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

O valor da operação acolhida para o Brasil é inestimável, todo trabalho desenvolvido em prol dos migrantes venezuelanos em vulnerabilidade social é de grande valia, e reconhecido ano após ano pelo trabalho desenvolvido. Este valor pode ser mensurado quando analisados os números de ações desenvolvidas nestes cinco anos de operação.

Conforme evidenciado é um trabalho em conjunto desenvolvido pela Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Ministério da Cidadania, Polícia Federal, Receita Federal, Defensoria Pública da União (DPU), Tribunal de Justiça de Roraima, Cruz Vermelha, o Exército Brasileiro e diversas outras entidades privadas e não governamentais.

Dados da ACNUR informam que a crise política na Venezuela forçou mais de sete milhões de pessoas a fugirem do País, provocando uma das maiores migrações forçadas da história.

A operação acolhida desde 2018 tem trabalhado para ser o ponto de apoio destes que chegam ao Brasil por Roraima, desta forma mais de 2 milhões de atendimentos foram realizados pelo programa, como emissão de documentos, solicitação de refúgio, de residência e abrigo, dados coletados entre abril de 2018 a novembro de 2022.

Dados do Observatório das Migrações Internacionais (Obmigra), com informações da Polícia Federal e do Sistema de Tráfego Internacional (STI), apontam que entre 2017 e o mês de outubro de 2022 foram registrados 808.162 entradas de venezuelanos no Brasil e 410.940 saídas, resultando em um saldo de 397.222 migrantes.

Desde o início dos trabalhos da Operação Acolhida, foram emitidos, 329.938 mil autorizações de residência temporária ou por tempo indeterminado, acolhidas 51.599 mil pessoas como refugiados – maior número entre qualquer nação do mundo – e 450.815 mil CPFs emitidos para os migrantes venezuelanos. O perfil dessas movimentações aponta que 52% dessas pessoas são homens e 37% têm idade entre 30 e 59 anos (BRASIL, 2022).

Na cidade de Pacaraima e Boa Vista a operação conta com sete abrigos com um total de 6.669 mil venezuelanos sendo acolhidos, segundo dados da Acnur de dezembro. Três destes locais são voltados para o acolhimento de povos indígenas. Dois deles estão com mais de 90% de ocupação. Observando o perfil populacional dos abrigos, há 1.708 indígenas, 1.840 famílias, 1.322 mulheres chefes de família, 148 crianças não acompanhadas ou separadas e 142 idosos chefes de família (ACNUR, 2022).

Sobre a interiorização, de acordo com a ACNUR e do Ministério da Cidadania, entre abril de 2018 e novembro de 2022, 89.645 migrantes foram interiorizados no país.

Os estados que mais receberam migrantes venezuelanos dentro deste período são: Santa Catarina (17.686), Paraná (15.800), Rio Grande do Sul (13.697), São Paulo (11.340) e Amazonas (5.333). Já entre as cidades, a liderança é de Curitiba (PR) com 5.751 imigrantes venezuelanos; seguido por Manaus (AM), com 5.285; São Paulo (SP), com 4.516; Dourados (MS), com 3.539 e Chapecó (SC), com 3.425 (ACNUR, 2022).

**Gráfico 1 – Percentual de venezuelanos interiorizados por estado.**

<b>1</b>	Santa Catarina	<b>17.686</b>	
<b>2</b>	Paraná	<b>15.800</b>	
<b>3</b>	Rio Grande do Sul	<b>13.697</b>	
<b>4</b>	São Paulo	<b>11.340</b>	
<b>5</b>	Amazonas	<b>5.333</b>	
<b>6</b>	Minas Gerais	<b>5.272</b>	
<b>7</b>	Mato Grosso do Sul	<b>5.248</b>	
<b>8</b>	Mato Grosso	<b>3.189</b>	
<b>9</b>	Rio de Janeiro	<b>2.425</b>	
<b>10</b>	Goiás	<b>2.249</b>	

Fonte: Ministério da Cidadania, 2022

O movimento migratório apresentou o maior fluxo em 2018, quando 136.371 venezuelanos chegaram ao Brasil. No ano seguinte, o número caiu para 111.609 e devido a pandemia da Covid-19 apresentou forte decréscimo em 2020 (31.874) e 2021 (16.345). Em

2022, porém, o número voltou a subir. Até outubro, 40.710 migrantes cruzaram a fronteira em Roraima, indicando uma retomada nessa movimentação (ACNUR, 2022).

Esses números dimensionam o tamanho deste projeto e sua relevância para aqueles que necessitam de apoio, e são atualizados constantemente devido ao fluxo contínuo de venezuelanos que buscam abrigo no Brasil.

## 1.5 AS CAUSAS DO ÊXODO VENEZUELANO

O cerne desta dissertação é tratar a imigração venezuelana sob a ótica de jovens estudantes na cidade de Dourados, mas antes é preciso contextualizar as causas que levaram esses jovens e suas famílias a saírem em migração buscando segurança e melhores condições de vida, mesmo se expondo aos perigos enfrentados por todos os migrantes como exploração laboral e sexual, tráfico, violência, discriminação e xenofobia.

A República Bolivariana da Venezuela é um país situado na América do Sul, fazendo fronteira com a Guiana, Brasil e Colômbia. É um país rico em biodiversidade e em recursos naturais, principalmente o petróleo, possuindo uma das maiores reservas do mundo. Seu idioma oficial é o espanhol.

A sua origem política remonta à chegada de Cristóvão Colombo em 1498, e em 1530, os espanhóis dão início a sua colonização que irá durar até 1811. É notório destacar que anteriormente à chegada dos espanhóis o país já era habitado pelos povos originais (Caraíbas e Aruaques), assim como aconteceu em praticamente todos os países do continente americano.

A história política venezuelana é marcada por diversos conflitos, guerras civis, ditaduras militares e um cenário de total instabilidade. Sua independência ocorreu em 1819, sob a liderança do herói nacional, Simón Bolívar. As primeiras eleições presidenciais ocorreram somente em 1947, deste período até a chegada ao poder de Hugo Chávez se passaram 51 anos (PERCÍLIA, 2022).

O presidente venezuelano Hugo Chávez ascendeu ao poder em 1998, anteriormente foi preso por orquestrar um golpe de estado com o objetivo de retirar do poder o então presidente Carlos Pérez em 1992, o golpe fracassou levando para prisão o paraquedista do exército Chávez e outros militares. Nesta época, o que viria a ser um dos presidentes com mais tempo no poder era membro do Movimento Bolivariano Revolucionário 200, um movimento de esquerda que almejava o poder.

Com a promessa de refazer a democracia venezuelana e combater a corrupção, Chávez é eleito e permanecerá no cargo até a sua morte em 2013, vitimado por um câncer. Seu governo

é marcado por uma ampla distribuição de renda pelo país, aumento do produto interno bruto (PIB), com notável diminuição da pobreza e redução da mortalidade infantil, ações populistas que conquistaram muitos venezuelanos, causando a origem do movimento que é conhecido como chavismo (SILVA, 2022). Mais tarde, o termo será associado ao autoritarismo pela oposição.

Chávez foi eleito por quatro eleições consecutivas (1998, 2000, 2006 e 2012), gozando do forte apoio popular implantou políticas que causaram muitos questionamentos pela oposição, como o aparelhamento do Supremo Tribunal do país aos ideais chavistas, a perseguição de opositores e leis para se auto beneficiar, a fim de se perpetuar no poder. Tais medidas foram afastando a Venezuela do que se espera de um governo democrático, seja a alternância do poder seja o conflito, elementos inerentes à prática democrática, pois, como afirma Montesquieu no livro, *Espírito das leis*, “Só o poder freia o poder”.

Hugo Chávez era popular entre a maioria da população do seu país, amado pelos mais pobres devido às suas ações políticas em prol dos mais carentes, por outro lado, odiado pela oposição e críticos. Em 2002 sofreu uma tentativa de golpe por parte da direita que fracassou.

Chávez concentra a economia da Venezuela em torno do petróleo, medida que durante alguns anos se mostrou eficiente, mas é a origem da crise econômica vivenciada nos dias atuais, enquanto o petróleo era valorizado pelo mercado, o país prosperava, porém com a desvalorização do mesmo a economia venezuelana entra em colapso. O país não investiu em outra fonte de renda, tornou-se dependente dessa mercadoria, não procurou fortalecer a sua indústria ou a agricultura, o que não produzia comprava do mercado internacional. Com a queda do petróleo em 2015, cai o PIB, surge a inflação, e devido a falta de dinheiro o governo deixa de comprar insumos básicos e a população começa a passar necessidades (SILVA, 2022).

Com a morte de Hugo Chávez, quem ascendeu ao poder foi seu vice, Nicolás Maduro, responsável por conduzir o país à crise do petróleo. Maduro manteve a forma de governo do seu antecessor, o que ocasionou umas séries de sanções aplicadas pelos EUA por ordem do presidente Donald Trump, acusando o presidente venezuelano de autoritarismo, outros países e a comunidade europeia também passaram a aplicar sanções econômicas ao país.

As medidas foram tomadas devido à repressão dos protestos contra o governo chavista, também levaram em conta as acusações de imposição pelo poder executivo de uma Assembleia Constituinte (ANC) controlada pelo Partido, Socialista Unido da Venezuela (PSUV) para usurpar atribuições, competências, funções e autoridade legislativa da Assembleia Nacional da Venezuela, e a realização antecipada das eleições presidenciais classificadas como ilegítimas

por parte do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e as eleições parlamentares por parte da ANC (DIARIO LAS AMÉRICAS, 2018).

Outro fator considerado importante para as sanções foram às perseguições políticas contra funcionários governamentais, membros do Tribunal Supremo de Justiça, da CNE, do Conselho Moral Republicano (composto pelo Ministério Público, pelo Controladoria-Geral e pela Defensoria do Povo), da ANC dissolvida, também é motivos das sanções o fato de membros das Forças Armadas e das forças de segurança e empresas privadas acusadas de envolvimento em abusos dos direitos humanos, corrupção, lavagem de dinheiro, degradação do Estado de Direito e repressão da democracia (DIARIO LAS AMÉRICAS, 2018).

As sanções impostas vão do congelamento de contas e bens de indivíduos, a proibição de transações com os mesmos, confisco de bens, embargos de armas e proibições de viagens, tais medidas forçaram a Venezuela exportar menos petróleo, aumentando de forma crucial a crise econômica no país.

É consenso entre a maioria dos economistas que a crise humanitária venezuelana passa pelo ciclo da exploração do petróleo, pela instabilidade política e má gestão dos recursos econômicos.

Entender a narrativa do início da exploração do petróleo na Venezuela é entender a sua história, sua economia e ilustra uma das causas da maior crise humanitária vivenciada na América Latina no século XX. É notório perceber as modificações econômicas que surgiram a partir da exploração petrolífera mesmo antes do mundo conhecer a relevância do produto para o progresso. A primeira concessão para a exploração do petróleo venezuelano foi outorgada em 24 de agosto de 1685 por Jorge Sutherland, presidente constitucional do estado soberano de Zulia localizado no noroeste do país em torno do Lago Maracaibo, ao cidadão norte-americano Camilo Ferrand para extrair, tirar e exportar o petróleo em todo o Estado de Zulia, concessão que acabaria no ano seguinte por descumprimento de contrato e sem muito sucesso na empreitada (PDV, 2022).

Outras concessões surgem ao passar dos anos como para Manuel Pulido em 1878, que cria a Compañia Minera Petrolia del Táchira, e para a Horatio e Jorge Philips sobre o lago de asfalto de Guanaco, e que foi posteriormente transferida para New York and Bermudez Company (PDV, 2022). Aos poucos cresce o interesse pela exploração das reservas na Venezuela combinado com o aumento do interesse global pelo produto, mas nesse período ainda não sabiam do potencial que existia no país.

A partir de 1900, a Venezuela passa de vez a ser o centro das atenções na América do Sul devido ao potencial petrolífero recém-descoberto, multinacionais americanas e europeias já estavam operando no país, como Royal Dutch Shell e a Standard Oil.

Em 1912, a empresa anglo-holandesa Royal Dutch intensifica a exploração de asfalto, mas seu objetivo de fato era encontrar petróleo, caso que ocorre em 1913, com a descoberta do primeiro campo petrolífero na Venezuela, o campo Guanaco, local em que já era explorado o asfalto. Diante da descoberta a empresa intensifica a exploração em todo território nacional, e em 1914, outra grande reserva é encontrada na costa oriental do lago Maracaibo, com produção de 200 barris por dia (PDV, 2022).

Em 1922, todas as expectativas vão se cumprindo e a Venezuela aos vai se despontando como um grande polo de exploração de petróleo no mundo com empresas produzindo cerca de 6000 mil barris por dia. Já em 1928, esse número chega a 290.000 mil b/d, o que deixa a Venezuela como a segunda maior exportadora do produto no mundo. Esses números vão aumentando nas décadas seguintes, chegando em 1970, chegando com uma produção diária de 3.780.000 b/d, o que coloca a Venezuela como a maior exportadora de petróleo do mundo (PDV, 2022).

Aos poucos o petróleo torna-se a maior fonte de renda no país sul americano, a ponto de ditar o ritmo do crescimento econômico, social e político. O estado passa a ser dependente do recurso natural, não importando o regime que governava o país, todo o investimento segue o movimento das exportações (VILLA, 2000).

A dependência que aos poucos o petróleo gera no país sul americano segue o ritmo da exploração do produto, no começo não causava tanto impacto na economia do país, nas primeiras décadas o repasse para o Estado era de menos de 10% da renda das empresas. Mas, conforme aumenta a exportação, maior interesse causa nos governantes que vão alinhar novos preços e taxas de acordo com o avanço da exploração petrolífera (RAMÍREZ-VERA, 2007).

Dados mostram como o petróleo se consolida como o principal produto exportado pela Venezuela com o passar dos anos, sendo que 1914, o produto representava 0,26% das exportações, saltando para 30% em 1937 e 60% em 1949, o que representava 95% de tudo que a Venezuela exportava (RAMÍREZ-VERA, 2007). É notável como o país concentra a sua economia praticamente em apenas um produto, aposta que o século XX mostra como foi equivocada.

Outro ponto importante a ser destacado é a relação das empresas com o Governo venezuelano, conforme observado, no princípio as empresas repassavam para o Governo menos de 10% do lucro gerado, mas o aumento na produção também iria condicionar o aumento das

taxas e impostos. Em 1943, a alíquota chegou em 50% do faturamento de algumas empresas, esta norma é institucionalizada no seguinte, ou seja, todas as empresas deveriam repassar 50% do total arrecadado com a exploração petrolífera na Venezuela, além de repassar óleo bruto, para também atuar no mercado internacional (BETANCOURT, 1979).

Em 1958, a Venezuela proíbe novas concessões para a exploração do petróleo e sobe a alíquota para 60%. Estratégia para em 1960, criar a sua própria empresa de exploração de petróleo, a Corporación Venezolana del Petróleo (CVP), a qual, em janeiro de 1963, se tornou a quinta maior produtora de petróleo do mundo (NEVES, 2010).

Em 1960, a Venezuela em conjunto com a Arábia Saudita, o Iraque, o Irã e o Kuwait fundaram a Organização dos Países Exploradores de Petróleo (OPEP) em Bagdá, no Iraque. Entretanto, em 1971, a Venezuela reservou para si 100% dos direitos de produção de gás natural; em 1974, além da alíquota de 60% cobrada das multinacionais petroleiras, impôs uma sobretaxa de US\$ 0,35 (trinta e cinco centavos de dólar) por barril produzido e aumentou a alíquota para 63,5%. E, em 1976, nacionalizou toda a produção de petróleo. Tais iniciativas levaram à criação da companhia Petróleos de Venezuela (Petroven ou PDVSA) (NEVES, 2010).

Após nacionalizar a produção de petróleo em 1980, o país reabre o setor para a exploração ao mercado estrangeiro, ação mobilizada devido à crise enfrentada no país. Assim, em 1989, iniciou o processo, primeiramente, com a participação do setor privado nas atividades laterais da produção de petróleo, o que acarretou, em 1992, na abertura do setor ao capital privado e estrangeiro para o investimento direto na exploração e produção em novos campos, perdurando até 1995, já sob a presidência de Rafael Caldera (NEVES, 2010).

Ao reabrir o mercado o governo perde a chefia na PDVSA para o capital privado e passa ser orientado pelo mercado internacional, negligenciado as demandas do país, somado a isso, surge na década de 90, a desvalorização do petróleo chegando a ser negociado por US\$ 10 (dez dólares). O país começa a enfrentar o resultado da má gestão política dos últimos anos, crise econômica e política assola o país (NEVES, 2010).

Com a chegada de Hugo Chávez ao poder em 1998, novas leis são aprovadas com o objetivo de retomar o poder na PDVSA que passa a ser gerida pelo poder executivo. Esta transação não ocorreu em clima de consenso, mas mediante um choque de conflitos entre o setor privado e o poder executivo, acarretando mais crise e tensão política no país. Em 2003, com a guerra do Iraque, os preços do petróleo subiram em âmbito internacional, com os preços próximos aos \$100 (cem dólares) por barril. Fator que irá impulsionar o governo de Chávez e financiar a sua política de distribuição de renda e combate à fome e a miséria (CARMO, 2017).

Má gestão política, econômica e administrativa, autoritarismo, redução do preço do barril de petróleo e as sanções aplicadas pelos EUA e demais países, são estas as causas da crise humanitária vivenciada na Venezuela, a maior crise que o país enfrentou desde a sua origem. O povo mais pobre é a maior vítima desta situação, faltam empregos, comida e insumos básicos que quando são encontrados devido à hiperinflação os preços são exorbitantes, sem falar na onda de violência que existe no país, o caracterizando como um dos mais violentos do mundo (BANCO MUNDIAL, 2022).

A partir de 2015, verifica-se, então, que na Venezuela houve um aumento no empobrecimento generalizado da sociedade, o Banco Mundial divulgou dados que cerca de 33% da população estavam abaixo da linha da pobreza, sendo um salto de 23,6% para 61%. Desta forma, a partir deste ano intensificou as migrações de venezuelanos para os países vizinhos, tendo o Brasil como uma das rotas principais, sendo a uma das nações mais buscadas de acordo com a ACNUR.

O fluxo migratório na fronteira entre Brasil e Venezuela sempre existiu, porém, nunca como os números apresentados nos últimos cinco anos em que milhares de pessoas passam diariamente pela fronteira, a fim de permanecer. Esta busca pelo Brasil pela maioria dos refugiados se dá por meio da relação diplomática entre os países, pois o emigrante pode pedir um visto de turista e permanecer por noventa dias ou dar entrada com pedido de refúgio ou residência frente a Polícia Federal, sem custo e com a burocracia facilitada. Outro fator que aproxima os venezuelanos do Brasil é o fato de ter uma fronteira seca entre os países na cidade de Pacaraima, no estado de Roraima.

Toda essa movimentação entre as fronteiras Brasil e Venezuela aconteceu de forma gradual, primeiro ocorreu à chamada, migração pendular, em que os venezuelanos entraram no Brasil em busca de emprego, insumos e retornavam para seu país. Em um segundo momento, os migrantes procuraram fixar residências próximas à fronteira brasileira, facilitando o acesso aos bens de consumo não encontrados na Venezuela, sem se afastar da sua terra. Por fim, temos o momento atual, em que os venezuelanos saíram em migração com o objetivo de residir em estados distantes da fronteira (JAROCHINSKI, 2022).

Observando os dados apresentados é possível entender o que levou a Venezuela ao colapso econômico, resultando na maior crise humanitária dos últimos séculos na América Latina, quase oito milhões de venezuelanos estão fora do seu território, e estes dados não são precisos, pois uma grande quantidade sai do país sem serem identificados, e desta forma é impossível contabilizar o tamanho exato do êxodo venezuelano.

Situação que está longe de acabar devido à situação política enfrentada na Venezuela, neste momento, Nicolás Maduro tem seu cargo questionado por Juan Guaidó, líder da Assembleia Nacional que em 2019 se autoproclamou presidente interino da Venezuela, e é reconhecido por países como, Estados Unidos, Canadá, Espanha, França e Brasil. Por outro lado, China, Cuba e Rússia estão do lado de Maduro.

Diante deste conflito o povo pobre sofre com a fome, e Maduro não aceita a entrada de ajuda humanitária, alegando ser estratégia dos EUA para interferirem no país, enquanto isso o povo foge da fome, da insegurança ocasionada pelo caos vivenciado no país vizinho, e como já foi abordado anteriormente causa uma série de situações nos países fronteiriços.

## 1.6 MIGRANTES, IMIGRANTES, EMIGRANTES, REFUGIADOS, ASILADOS E APÁTRIDAS

A presente pesquisa versa sobre um grupo de estrangeiros residentes na cidade de Dourados no Mato Grosso do Sul, estes cidadãos, assim como milhares de outros que estão no Brasil recebem nomenclaturas de acordo com a sua situação perante os órgãos oficiais do país. Porém, cotidianamente observamos erros ao serem mencionados por autoridades, professores ou pelas mídias sendo chamados de forma equivocada e confundindo os termos migrante, emigrante, imigrante, refugiado, asilado dentre outros, ignorando o fato que cada grupo possui sua especificidade e direitos particulares.

Com isso, é preciso compreender cada termo para não correr o risco de causar constrangimentos, ou ferir algum direito que é próprio de cada grupo, como nos casos dos parônimos emigrante e imigrante, que parecem designar um mesmo grupo por ter o mesmo radical, porém, cada termo especifica pessoas diferentes, outra confusão bastante comum acontece com os termos refugiados e asilados. Desta forma, para o desenvolvimento da dissertação se faz necessário explicar cada terminologia para não cair em erros ou ser generalista, e o mais importante utilizar o termo correto.

É o que a declaração universal dos direitos do homem em seu décimo terceiro artigo evidencia, “Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país”, o conceito defendido na declaração é a base para o entendimento dos termos que podem gerar dúvidas sobre a natureza das migrações.

A palavra migração significa o movimento feito por pessoas e animais que se deslocam de um lugar para o outro independentemente da razão. Esta palavra é comumente utilizada para

representar o deslocamento de animais que viajam dependendo da estação em busca de alimentos ou por procriação.

Do termo migração, temos os parônimos, imigração e emigração, ambas as palavras representam movimento, porém a primeira indica o indivíduo que entra em um país estrangeiro com o objetivo de morar, quem imigra é um imigrante, no caso da emigração, são as pessoas que saem de seu país de origem para morar em um outro, esses são denominados de emigrantes.

No caso dos venezuelanos eles são para o Brasil, imigrantes e para a Venezuela são emigrantes. A grande diferença entre os termos se encontra no objetivo do movimento, entrada ou saída, já em relação à migração a diferença está no tempo, pois as migrações podem ser temporárias, já as demais tendem a ser permanentes.

O imigrante e o emigrante se movimentam de forma livre e espontânea em busca de melhores condições de emprego, educação ou bem estar, seus direitos são assegurados pelos Direitos Humanos e cada país se organiza a seu jeito para receber os imigrantes, alguns de forma mais burocrática como é o caso dos EUA e alguns países europeus. No Brasil existem duas formas para o imigrante se legalizar de forma temporária ou definitiva, basta procurar a Polícia Federal e fazer o pedido, se as demandas forem aceitas o estrangeiro recebe o direito de tirar o CPF, carteira de trabalho e utilizar os recursos que o governo federal dispõe para toda a população como saúde, educação e assistência social dentre outros, desta forma passa a ter quase os mesmos direitos do brasileiro nato (BRASIL, 2022).

Outro caso em que os termos podem gerar confusão é quando são empregadas as palavras refugiados e asilo político. Ambos os casos são totalmente diferentes da situação dos imigrantes e emigrantes, pois diferentes destes que se deslocam de forma livre e podem regressar ao local de origem o refugiado não goza deste privilégio, pois ao sair de seu país, busca salvaguardar sua vida.

O refugiado é o indivíduo que deixa seu país fugindo de conflitos armados, perseguições por raça, religião, etnia, problemas climáticos e também por oposição política, situações que põem em risco a sua vida obrigando a não permanecer em seu país. Ao refugiado é assegurado o direito de permanência em outro país mediante uma série de leis internacionais como o artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que retifica o direito de toda e qualquer pessoa receber asilo em casos de perseguições e ameaças a sua integridade.

Conforme observado, o termo refugiado é aplicado para as pessoas que são obrigadas a deslocar do seu país de origem, resultado muitas vezes da intolerância gerada pelas guerras, como a situação de milhares de pessoas deslocadas ao transcorrer da Segunda Guerra mundial. Este evento em particular resultou na criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os

Refugiados (Acnur) pela Assembleia Geral da ONU no ano de 1950, e no ano seguinte é realizada uma conferência para criar leis próprias para reger a situação dos refugiados no mundo, estabelecendo parâmetros para nortear as ações dos países na proteção destas pessoas.

“Art. 1º - Definição do termo ‘refugiado’. Para os fins da presente Convenção, o termo ‘refugiado’ se aplicará a qualquer pessoa: [...] que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele” (Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951).

A convenção de 51 apresenta os motores da perseguição que fazem com que uma pessoa seja enquadrada no termo refugiada, são os motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. O documento criado na convenção representou um grande salto na proteção e na garantia de direitos para as pessoas perseguidas em sua própria nação, porém, pensava-se que as mazelas geradas durante a segunda guerra mundial seriam provisórias e que logo não necessitaria mais das normas de proteção ao refugiado, por isso que estabeleceram que o termo refugiado se aplicasse apenas para as pessoas que foram perseguidas antes de 1º de janeiro de 1951, ou seja, no período das guerras mundiais.

No entanto a utopia de um mundo sem genocidas e sem guerras é atropelada pelos acontecimentos das décadas seguintes, sendo necessária uma revisão internacional no direito dos refugiados. Com o protocolo de 1967 é extinto a limitação temporal e geográfica do que se entendia por refugiados.

“Artigo 1º Disposições Gerais §1. Os Estados Membros no presente Protocolo comprometer-se-ão a aplicar os artigos 2 a 34, inclusive, da Convenção aos refugiados, definidos a seguir. §2. Para os fins do presente Protocolo, o termo ‘refugiado’, salvo no que diz respeito à aplicação do §3 do presente artigo, significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras ‘em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951...’ e as palavras ‘...como consequência de tais acontecimentos’ não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro. O presente Protocolo será aplicado pelos Estados Membros sem nenhuma limitação geográfica; entretanto, as declarações já feitas em virtude da alínea ‘a’ do §1 da seção B do artigo 1 da Convenção aplicar-se-ão, também, no regime do presente Protocolo, a menos que as obrigações do Estado declarante tenham sido ampliadas de conformidade com o §2 da seção B do artigo 1 da Convenção” (Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados).

Outras leis e declarações internacionais surgem posteriormente embasadas nas convenções da ONU, assegurando e definindo os direitos da pessoa refugiada, outro exemplo dessa rede de proteção que surge a partir das convenções e de protocolos já mencionados é a

declaração de Cartagena em 1984, que estabelece a definição do termo refugiado na América Latina.

Terceira – Reiterar que, face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, se torna necessário encarar a extensão do conceito de refugiado tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1º, parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Desse modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública” (Declaração de Cartagena, 1984).

A visão latino-americana vai de encontro com a violação dos direitos humanos em consonância com os documentos anteriores.

É importante mencionar que os países possuem suas próprias leis que regulamentam a entrada e permanência das pessoas em seus territórios, são autônomos para esta construção. Alguns países são resistentes em aceitar refugiados em seus territórios como Hungria, Polônia, Japão dentre outros que ignoram as pressões internacionais e mantêm uma política de não aceitação destes estrangeiros. Porém, várias outras nações possuem políticas que vão de encontro do que reza as normas internacionais de proteção para as pessoas que estão em um deslocamento forçado.

Por fim, é importante mencionar que na convenção de 1951 é implantado o princípio da não devolução, ou seja, os refugiados não podem ser mandados embora de um país que ofertou refúgio caso ainda persista o risco de vida ou o cerceamento da liberdade.

Outra questão importante para alinhar esses termos é o que se entende por asilo político, o asilado possui demandas diferentes do refugiado, pois o primeiro refere-se apenas aos casos em que a perseguição é motivada por questões políticas, e outra diferença que a pessoa pode pedir o asilo político em qualquer embaixada em seu próprio país, se aceito pode permanecer sob a proteção do país que o abrigou, outra opção é pedir asilo estando fora da sua nação, diferente dos refugiados que necessariamente devem estar fora do seu país para fazer o pedido de refúgio.

Conforme observado, cada termo possui uma especificidade acompanhada de direitos e deveres, sendo errado utilizar apenas um termo para designar a todos que estão em rota de migração, pois refugiados e imigrantes não são a mesma pessoa e estão protegidos por leis diversas. Todo refugiado é um imigrante, mas nem todo imigrante é um refugiado, o que os

diferem é o motivo que os movem, e a questão da liberdade que é negado ao refugiado ou asilado, já o imigrante e o emigrante pode ir e vir entre as fronteiras sem risco a sua vida.

Faz-se necessário o entendimento entre os termos para não ser generalista caindo erros que pode causar diversos problemas para as pessoas, direitos podem ser negados, como no caso do refugiado que nenhum país pode negar a permanência e nem expulsá-lo de seu território, proteção garantida por leis internacionais.

Por último, temos as pessoas que não têm a sua nacionalidade reconhecida por nenhum país, chamados de apátridas. Situação pouco comum na América Latina, pessoas que têm todos direitos negados até mesmo o direito de pertencimento, normalmente encontrados em povos descriminalizados ou em países que não dão conta de atender a sua população de forma integral. Estas pessoas também são assistidas por leis que atendem os imigrantes e também pelos Direitos Humanos (ACNUR, 2022).

Para além da compreensão dos termos corretos é preciso que a sociedade desenvolva uma maior capacidade de entendimento sobre as necessidades das pessoas que estão em rota migratória, se faz necessário que os países saibam acolher o Ser Humano, sem discursos xenofóbicos ou de ódio, que as nações se ajudem para que todos possam recuperar a esperança que muitas vezes fora negada em sua terra. Que os órgãos fiscalizadores atuem para que estas pessoas não sejam exploradas, violentadas ou até mesmo escravizadas, que o Estado acolha e garanta dignidade roubada.

O refugiado é um o “ser humano destituído de toda condição política e reduzido ao estatuto de simples vida nua, na qual a lei é integralmente suspensa, assim como o direito, e a todo o momento se está à mercê de um poder incondicional de vida e morte” (AGAMBEN, 2010, p. 166-67). O enfrentamento dos problemas ocasionados pelos deslocamentos forçados é uma obrigação das autoridades políticas internacionais, nacionais e um dever da sociedade civil, por se tratar de um problema humano.

## 2. DOURADOS E A MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Dourados, cidade sul-mato-grossense, a segunda maior cidade do estado com uma população de 227.900 (IBGE, 2020). Terra de várias culturas, que mesmo antes da chegada do homem branco já era habitada pelas tribos, Terena e Kaiowá (DOURADOS, 2023). A cidade faz parte de um estado marcado por fronteiras, sejam estas simbólicas ou geográficas.

O Mato Grosso do Sul é formado por 79 municípios, desses 45 fazem fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, ou seja, 40% do estado está localizado na faixa de fronteira internacional (IBGE, 2020). Além disso, o estado faz divisa com os territórios brasileiros de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Outra característica é que o estado adita uma grande variedade de povos indígenas e tradicionais, como quilombolas, pantaneiros e ribeirinhos, além de comunidades imigrantes (árabes, bolivianos, italianos, japoneses, paraguaios, venezuelanos, haitianos, entre outros).

Conforme observado, é notável que os habitantes deste estado há muito convivem com problemas tipicamente de regiões fronteiriças, como a violência, imigração ilegal, tráfico de drogas, armas e de pessoas. Para além desses problemas, outros são inerentes como as questões que abrangem a interseccionalidade, (de)colonialidade, pois, para além da demarcação de espacialidades, a noção de fronteira também produz e acentua vulnerabilidades, cerceia movimentos, codifica corpos e relações, busca controlar devires e intensidades. O fato é, que a noção de fronteira que move há muito o pensamento antropológico é a realidade experimentada pelo Sul-mato-grossense sob diversas formas e em diferentes contextos (Wagner, 1975).

Desta forma, o conceito de fronteira também é aplicado em Dourados, mesmo estando distante 120 Km da fronteira internacional com o Paraguai, pois todos os problemas mencionados acima, são diariamente noticiados nas rádios, redes de televisão, jornais e até mesmo pelo cinema nacional<sup>11</sup>.

Para além dos problemas frequentes em regiões fronteiriças, é preciso mencionar que a identidade de Dourados é baseada no encontro de pessoas, sejam migrantes, imigrantes ou povos indígenas. Das diversas reuniões que acontecem na capital do interior do Mato Grosso do Sul, este capítulo objetiva apresentar as especificidades da presença venezuelana que nos últimos anos tem crescido de maneira exponencial.

Conforme observado no capítulo anterior, as razões que estão levando milhares de pessoas a fugir da Venezuela a cada ano incluem fome, a falta de emprego e a instabilidade

---

<sup>11</sup> Em nome da lei. Filme do diretor Sérgio Rezende, gravado em Dourados e lançado em 2016.

econômica e política. Dos quase seis milhões de venezuelanos que estão em deslocamentos forçados, 3.539 escolheram a cidade de Dourados para residirem, fazendo desta a quarta cidade que mais recebeu imigrantes venezuelanos no Brasil, mediante o processo de interiorização (ACNUR, 2022).

A chegada dos imigrantes venezuelanos em Dourados aconteceu primeiramente por intermédio da oferta de empregos por parte da empresa JBS S.A em 2019. De início contratando mediante parceria com a operação acolhida 427 imigrantes. Essas vagas foram ofertadas pela empresa após um de seus funcionários, que era venezuelano e tinha migrado de forma autônoma, apresentar a situação de Roraima para o Departamento de Recursos Humanos da empresa (SILVA, 2020).

A partir deste momento, a empresa contactou a liderança da Operação Acolhida para apresentar o interesse de contratar venezuelanos que desejavam ser interiorizados de forma voluntária para a cidade. Foi nesse momento que a sociedade civil também visualizou a necessidade de assistir os venezuelanos que estavam em Roraima ajudando-os a ter uma melhor sobrevivência no Brasil por meio da Interiorização, que estava sendo proposta por meio da Operação Acolhida (SILVA, 2019).

A contratação ocorreu da seguinte forma: primeiramente os venezuelanos interessados na interiorização deveriam se candidatar a uma das vagas disponíveis. Logo após passavam por uma triagem dividida em três etapas: a primeira consistia na entrevista com os militares do exército, a segunda com o Departamento de Recursos Humanos da empresa através de vídeo chamadas realizadas com o apoio do ACNUR e da OIM, em especial a OIM e a terceira se daria com a realização de exames médicos, que foram custeados pela empresa (PROJETO ACOLHIDA, 2019 apud SILVA, 2020).

Nesse primeiro momento, a cidade não foi informada da vinda destas pessoas sendo surpreendida pelo início de um fluxo migratório que só aumentou nos anos seguintes. Desta forma, a cidade começou a buscar maneiras de atender às necessidades destas pessoas, surgindo assim, uma rede de apoio formada inicialmente pela Cáritas Diocesana de Dourados, Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons) e Igreja Metodista, que se uniram e criaram o “Projeto Acolhida” (FOLLE, 2021).

O processo de interiorização em Dourados foi organizado em cinco etapas, a fim de melhor absorção deste grupo na sociedade, diminuindo em partes os impactos da onda migratória. As etapas foram organizadas e seguiram um mesmo procedimento, com os imigrantes saindo de Roraima pelo aeroporto de Boa Vista em aviões da FAB ou em voos comerciais fretados pela OIM com destino ao aeroporto de Campo Grande, sempre com a

presença de um representante da OIM ou do ACNUR e militares das Forças Armadas (SILVA, 2020).

Na capital do estado sul-mato-grossense, os imigrantes pernoveram nos alojamentos do 9º Grupamento Logístico do Comando Militar do Oeste, e no dia seguinte de ônibus das forças armadas seguiram para Dourados, seu destino final. Essas etapas ocorreram entre o período de fevereiro a julho de 2019 (SILVA, 2020).

A primeira etapa ocorreu em fevereiro, quando chegaram à cidade de Dourados: 99 imigrantes, sendo a maioria (81 venezuelanos) deles homens solteiros ou desacompanhados da família, o que é característica clara de migrações direcionadas por oferta de emprego, também nessa leva teve a presença de dois cubanos e oito casais (SILVA, 2020). Essa etapa foi marcada pela inexperiência da comunidade civil acolhedora, que não conseguiu no primeiro momento acomodar e direcionar esses imigrantes para a integração social, uma vez que, foram acondicionados em alojamentos emergenciais (SILVA, 2020).

Esse grupo já estava exercendo as atividades laborais após 15 dias de sua chegada à cidade, o que foi um ponto positivo, tendo em vista que o trabalho é considerado um meio de integração social para imigrantes, tendo em vista que, é a possibilidade de que eles tenham contato com mais indivíduos da sociedade local, permitindo também o início de relações interculturais, pois existirá um compartilhamento de experiências laborais e culturais.

A segunda etapa de interiorização ocorreu durante o mês de março de 2019 e beneficiou 245 imigrantes, dentre os quais já era visualizada a presença de casais. Todos foram recepcionados pelos membros do projeto acolhida e vinham acompanhados de um representante da OIM (SILVA, 2020). Novas instituições se uniram nessa nova etapa para representarem a sociedade civil, além das que já faziam parte da formação original do Projeto Acolhida, dessas, a saber: Comunidade Tempo de Vida (CTV), Igreja Batista Boas Novas, Igreja Sara Nossa Terra, Igreja Amigo Fiel, Igreja Assembleia de Deus, Igreja PZ, Comunidade Aprisco, Rotary Club Guaicurus, Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal da Grande Dourados (CSVN/UFGRD) e Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) (SILVA, 2020).

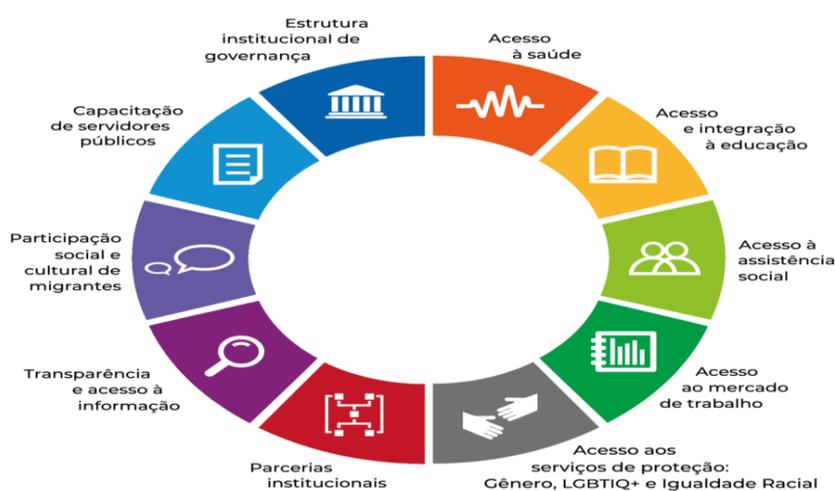
A terceira etapa ocorreu entre os meses de abril e maio de 2019 com a recepção de 63 venezuelanos do sexo masculino, também vieram através da oferta de trabalho, portanto, em menos de 15 dias já estavam trabalhando. Na quarta etapa foram contempladas pessoas interiorizadas por conta da modalidade de reunião familiar e social, ela ocorreu no mês de maio de 2019, onde 120 imigrantes venezuelanos, desses 107 eram na modalidade laboral.

Para a quinta etapa, foram interiorizados 213 venezuelanos, sendo a maioria participante da modalidade de reunião social e familiar, na qual foi visualizada a presença massiva de crianças e mulheres grávidas. No entanto, a grande maioria dos imigrantes que chegaram em Dourados nas cinco primeiras etapas é composta por homens, sendo 77% (setenta e sete por cento) frente a 23% (vinte e três por cento) de mulheres, esses números apresentados são referentes às etapas iniciais de interiorização dos venezuelanos, até o fim de junho de 2019. Após o fim das etapas propostas inicialmente, a Operação Acolhida continuou a realizar a interiorização de venezuelanos para Dourados, porém nesse momento a maior parte das interiorizações foi por meio de reunificação familiar e reunião social.

Diante deste processo de interiorização inicial até se tornar a quarta cidade brasileira que mais recebeu imigrantes pela operação acolhida, Dourados aprendeu com os erros iniciais e se qualificou, é o que aponta o relatório da MIGRACIDADES, uma plataforma que busca melhorar a governança local da migração no Brasil, como resultado de uma colaboração entre a OIM, a Agência das Nações Unidas para as Migrações e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com apoio da Escola Nacional de Administração Pública. O objetivo desta plataforma é capacitar atores locais, impulsionar o diálogo migratório, certificar o engajamento dos governos em aprimorar a governança migratória e dar visibilidade às boas práticas, identificadas nos estados e municípios brasileiros (MIGRACIDADES, 2023).

Dourados tem se dedicado em observar as dez dimensões de governança migratória que a plataforma estabelece para mensurar o grau de envolvimento de um município, no acolhimento e proteção do imigrante. Estas dimensões ajudam as cidades a nortearem as suas políticas públicas em prol daqueles que chegam a seus territórios.

**Figura 2 – As dez dimensões da governança migratória**



Fonte: Migracidades, 2022

Todo o esforço de Dourados no processo de integração aos imigrantes tem apresentado resultados positivos. A cidade desde 2020, recebe o selo MigraCidades, documento concedido pela OIM (Organização Internacional para as Migrações), agência da ONU (Organizações das Nações Unidas) para migrações, mostrando, segundo análise da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), que o município está comprometido com a conexão das pessoas migrantes e com a construção da coesão social.

Para que a cidade recebesse este selo teve que passar por cinco etapas: a inscrição, o diagnóstico, a priorização, a certificação e o monitoramento. Na etapa de inscrição, foi aberta uma chamada pública para os municípios e estados brasileiros se candidatassem, e indicasse uma pessoa de referência local para acompanhamento do processo (MIGRACIDADES, 2023).

Após as etapas, o resultado do último relatório da plataforma destaca pontos relevantes da cidade no trato com os migrantes, como na questão da estrutura institucional, em que a prefeitura contratou dois servidores para o atendimento aos migrantes que residem na cidade e os que chegam necessitando de ajuda. Outra medida que o relatório apresentou como grande assertiva foi a criação da REDECOOR, rede de coordenadorias do município de Dourados, unida à secretaria municipal de assistência social, que pensam as políticas públicas direcionadas para os migrantes (DOURADOS, 2022). E por fim, na dimensão da participação social e cultural de migrantes, a presença de dois migrantes atuando junto com as demais secretarias na construção e organização das ações voltadas ao público migrante (MIGRACIDADES, 2023). Além dos destaques positivos, o relatório apresentou umas séries de recomendações para o município se adequar diante das carências que foram verificadas, para melhorar suas ações e políticas públicas.

Além destes dados, outros pontos reforçam o compromisso da gestão municipal no acolhimento das pessoas migrantes em seu território. Como parte do processo de certificação MigraCidades, Dourados foi monitorado por seis meses, a fim de verificar se as ações assumidas a partir do relatório de diagnóstico fossem de fato implementadas, como por exemplo, o aprimoramento da estrutura institucional de governança e estratégia local.

Desta forma, o município se comprometeu em incluir políticas públicas voltadas para o atendimento da população migrante no plano plurianual (PPA) e na lei de diretrizes orçamentárias (LDO) 2021 a 2024. Propôs também a criação de uma coordenadoria de políticas públicas para migração. A partir dessas propostas, foi instituída, na secretaria municipal de assistência social (SEMAS), a coordenadoria de políticas públicas voltada para as pessoas migrantes.

Outra prioridade apontada pelo governo local foi aumentar e promover a formação dos funcionários públicos e sensibilizá-los para os direitos dos imigrantes. Para considerar essa dimensão, o município propôs priorizar a capacitação dos departamentos que atendem diretamente os migrantes, como, por exemplo, assistência social, saúde, educação, desenvolvimento e habitação. Os servidores realizaram cursos de línguas (espanhol e francês), e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) ofertaram cursos de língua portuguesa.

Diante das prioridades assumidas pelo governo local, verifica-se que algumas ações já foram implementadas, é o que aponta as informações divulgadas a partir do monitoramento da plataforma MigraCidades de 2021.

Na dimensão, estrutura institucional de governança e estratégica local, o governo municipal, conforme já mencionado anteriormente, conta com imigrantes no seu quadro de servidores e estes auxiliam na formação e acompanhamento de políticas públicas sobre migração na estrutura institucional. Um ponto a ser observado neste espaço é a falta de uma rede de coordenação de ações e políticas entre diferentes setores ou fluxo na estrutura institucional para encaminhamento e acesso de pessoas migrantes a serviços de referência formalizado. Porém, a partir de 2020, essa demanda foi parcialmente atendida por servidores vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e, em 2021, essa estrutura começou a ser pela Rede de Coordenadorias do Município de Dourados (REDECOOR).

Diante destas informações, o relatório sugere que o gestor municipal formalize uma estratégia local de acolhimento e integração de pessoas migrantes em política, plano ou outro documento público. Essa estratégia pode prever ações inclusive para acolhimento e proteção de migrantes em situação de crise, levando em conta o planejamento plurianual, a Lei Nacional de Migração (Lei 13.445/2017) e as agendas globais de desenvolvimento, como por exemplo, agenda 2030 dos Objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, ou seja, que todas as ações previstas estejam em sintonia (MIGRACIDADE, 2022).

Por fim, foi recomendado a definição de estratégias de monitoramento, planejamento e destinação de aporte orçamentário voltado aos custos relacionados à integração de pessoas migrantes.

Na dimensão capacitação de servidores públicos e sensibilização sobre direitos das pessoas migrantes, o município informou não prestar esse serviço diretamente, porém tem buscado parceria com as universidades locais que desenvolvem ações voltadas para a formação de imigrantes, e em alguns desses momentos os servidores municipais estiveram presentes.

Na questão da participação social e cultural de migrantes no município, esta dimensão visa compreender se há incentivos para participação social e cultural de migrantes junto à comunidade de acolhida. O MIGRACIDADES apontou que não existia nenhuma ação que suprisse essa demanda em 2021, porém vislumbra ações que se a cidade pôr em prática irá fornecer espaços para a melhor adaptação cultural dos imigrantes. Uma das ações pensadas é conscientizar pessoas migrantes sobre seus direitos de participação social.

Em relação à dimensão, transparência e acesso à informação para imigrantes, o último relatório anual do MIGRACIDADES informou que o governo local torna acessível a informação sobre os direitos e obrigações das pessoas migrantes. Facilita o acesso aos serviços públicos disponíveis e para tornar as informações mais acessíveis, estas são disponibilizadas nas línguas faladas pelos imigrantes e em formatos como áudio e vídeo, objetivando ser inclusivo para todos os públicos.

O relatório anual do MIGRACIDADES, investigou também a dimensão que trata das parcerias institucionais. Neste quesito, possui parcerias tanto com a UFGD quanto com a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, ambas universidades públicas. Nestas instituições acontecem cursos de formação em línguas que auxiliam a pessoa migrante no processo de adaptação ao novo país. Além das universidades, o governo local estabelece parcerias com as instituições privadas e ongs que atuam na cidade.

Outra dimensão investigada, e de extrema importância foi o acesso à saúde, nesta questão o relatório pesquisou quais medidas que são utilizadas para facilitar o acesso de migrantes a serviços públicos de saúde, em especial os de atenção primária em saúde. Como resultado, o MIGRACIDADES informa que no município as pessoas migrantes têm acesso a serviços de atenção primária em saúde e a encaminhamento para serviços de atenção ambulatorial e hospitalar e que foram incluídas nas ações de enfrentamento à COVID-19, inclusive com criação de ações específicas para migrantes. Informou, ainda, que os serviços de atenção primária em saúde estão regionalizados de forma a terem equipes atuantes em todos os locais onde residem migrantes.

De acordo com estas informações, é nítido que o migracidades observa os aspectos fundamentais para uma vida com qualidade e garantia de bem estar social, além de observar se os direitos básicos estão sendo respeitados. É o caso da educação, sendo um direito universal de todos independentemente da sua situação. Em Dourados, a dimensão de acesso e integração à educação tem sido observada com todo o respeito que merece. O município oferta vagas para os imigrantes no ensino infantil até o fundamental, e em parceria com as universidades promove o ensino profissionalizante e o superior. Um exemplo desta parceria foi abertura de 270 vagas

em 35 cursos distintos da Universidade Federal da Grande Dourados que encerrou no dia 31/03/23, por meio da acolhida humanitária, aberta aos refugiados, asilados políticos, apátridas, portadores de visto temporário de acolhida humanitária e portadores de autorização de residência para fins de acolhida humanitária ou para reunião familiar. O certame foi desburocratizado, gratuito e por se tratar de uma ação institucional de acolhida humanitária, a seleção teve apenas uma fase, a prova de redação em língua portuguesa (UFGD, 2023).

No setor de acesso à assistência e proteção social, Dourados tem facilitado o acesso aos imigrantes no sistema único de assistência social (SUAS), por meio de serviços como o CRAS e o CREAS, que permitem, dentre outras ações, a realização de cadastro para benefícios sociais como o Bolsa Família e acesso a iniciativas de apoio à moradia. Ainda conforme a gestão, esse acesso é feito de forma desburocratizada. No contexto da pandemia de COVID-19, o governo relatou ter facilitado o acesso ao auxílio emergencial. Além disso, segundo o governo, as demandas de atendimento especializado apresentadas por migrantes são acompanhadas e assessoradas pela Secretaria de Assistência Social (MIGRACIDADES, 2021).

Diante desta dimensão verifica-se que a cidade sul-mato-grossense possui ações que a colocam na vanguarda do atendimento ao imigrante. No Brasil durante os meses de pandemia, os estrangeiros ficaram à margem das políticas públicas que orientavam as ações no combate ao vírus, um exemplo dessa ausência foi à ação movida pelo Ministério Público Federal contra a Caixa Econômica e a União, que mediante a falta de informações e barreiras tecnológicas, burocráticas e linguísticas impediam a população migrante de receberem o auxílio emergencial, que no período era disponibilizado para as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que tinham gestantes, mães que amamentavam, crianças, adolescentes e jovens entre 0 e 21 anos incompletos (BRASIL, 2022).

Neste momento o critério utilizado para os termos de “famílias extremamente pobres” era aquelas famílias com renda per capita de zero a R\$ 100,00 (cem reais), ou seja, realidade de muitos estrangeiros naquele instante, porém a burocracia afastou muitos do auxílio que era um direito deles.

Infelizmente, conforme se observa na prática, permanecem os obstáculos a dificultar ou inviabilizar o acesso ao benefício, especialmente pela população em situação de rua e migrantes, devido à pouca ou nenhuma familiaridade com as ferramentas tecnológicas e sistema de internet e com o idioma no caso de estrangeiros, agravado pelo fato de que não há atendimento satisfatório a essa população nas agências da Caixa (MILITO, 2020).

Desta forma, a ação movida pelo MPF buscava responsabilizar também, a empresa de tecnologia e informações da previdência (DATAPREV), sobre a situação dos migrantes que não estavam sendo atendidos e monitorados pelo Estado. Além de punir pela ausência de

medidas públicas, a ação tencionava aperfeiçoar o sistema emergencial para que pessoas migrantes pudessem receber o auxílio.

Além de aperfeiçoar o sistema, o MPF apresentou nesta oportunidade uma reivindicação, para que os funcionários da Caixa devessem passar por treinamentos para tratar de forma humanizada as pessoas em situação de rua e migrantes em condição vulnerável.

Ninguém pode ser tratado como pária em uma sociedade que constitucionalmente reconhece o tratamento com igualdade como um direito do cidadão. Negar o direito é negar a cidadania e invisibilizar questões imbricadas na oferta de proteção social, que tem forte elo com o racismo estrutural brasileiro, que é a mais exata expressão da desigualdade nacional (MPF, 2020).

Sem dúvida a pandemia do coronavírus foi mais um desafio vivenciado pelos estrangeiros no Brasil, seja pela dificuldade mencionada acima, como pelo fechamento da fronteira com os países da América do Sul em 19/03/2020, ou pelo descaso dos órgãos públicos na proteção dos imigrantes em vulnerabilidade social. Uma das situações mais absurdas que comprova a ausência do estado neste período pandêmico em relação aos imigrantes, é o fato de não existir um registro oficial de quantos imigrantes morreram no Brasil por Covid-19, são os “Invisíveis em vida e em morte<sup>12</sup>”.

Afirmção acima é corroborada ao analisar os documentos que compõem os dados sobre a mortalidade pela covid-19 no Brasil: as declarações de óbito e a Autorização de Internação Hospitalar, pois a nacionalidade não é um item obrigatório para preenchimento em nenhum deles, desta forma se torna impossível mensurar o número exato de mortes de imigrantes dentre os 700.556<sup>13</sup> mil óbitos oficiais do novo coronavírus no Brasil. “Os imigrantes que são invisíveis em vida também são invisíveis em morte. Eles são sendo invisíveis em morte porque nós não contamos com um sistema organizado de registros”, era o que alertava o coordenador-adjunto do Observatório das Migrações em São Paulo, Luiz Felipe Aires Magalhães.

Na verdade, os imigrantes sejam na pandemia ou em qualquer outra época, não são invisíveis, pois eles existem, são apenas ignorados pelo poder público, ampliando ainda mais a gama de adversidades e barreiras que estas pessoas enfrentam, situações agravadas por burocracias que impediam e ainda impedem os migrantes de terem seus direitos garantidos, como demonstra o posicionamento do departamento de medicina preventiva da universidade

---

<sup>12</sup> STROPASOLAS, Pedro. "Invisíveis em vida e em morte": país não sabe quantos imigrantes morreram por covid. Brasil de fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/17/invisiveis-em-vida-e-em-morte-pais-nao-sabe-quantos-imigrantes-morreram-por-covid>. Acesso em: 20 de março de 2023.

<sup>13</sup> CONAS. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/> Acesso em: 04 de abril de 2023.

de São Paulo (USP) diante das dificuldades na pandemia, “a primeira barreira que o migrante enfrenta dentro do sistema é a questão linguística, a segunda é a documentação, a terceira é o atendimento. No momento da pandemia, isto exacerba”.

Diversos órgãos se mobilizaram para que o imigrante pudesse ter acesso aos benefícios que o governo federal dispensava aos cidadãos em vulnerabilidade social, como também ter acesso aos sistemas de saúde e mais importante, ser contabilizados, ser pensado nas políticas públicas. No Congresso Nacional, o deputado federal Alexandre Padilha (PT), apresentou um projeto de lei que visava tornar obrigatório os quesitos de raça, cor e nacionalidade nos dados de contaminação pela covid-19. Determinava aos órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde e instituições privadas de assistência à saúde a inclusão nos registros de pessoas suspeitas de contaminação, contaminadas, hospitalizadas e falecidas por Covid-19 de marcador étnico-racial conforme as categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de localização e de gênero, para a produção de dados oficiais de contaminação e mortalidade pela Covid-19 e que tais dados passassem a fazer parte da apresentação pública dos dados de infecção e mortalidade (PADILHA, 2020). O Projeto de Lei 2726/2020, foi apresentado em maio de 2020, passou por comissões, foi incorporado ao Projeto de Lei 1622/2020 e segue sem resolução.

De acordo com o observado nesta pesquisa, os imigrantes constantemente são desrespeitados em seus direitos básicos, porém, conforme os relatos do migracidades, diversas cidades no Brasil buscam amenizar tais adversidades, como é o caso de Dourados, que não à toa está entre as cidades que constroem políticas públicas pensadas nos imigrantes, organiza ações em parcerias para garantir direitos que auxiliam na adaptação dos que chegam à cidade em busca de significar sua vida em terras sul-mato-grossense.

Ainda analisando os dados do migracidades em Dourados, observa-se que na dimensão, acesso à assistência e proteção social, o município conta o REDECOOR, uma ação conjunta de coordenadorias da prefeitura que atuam para garantir que os imigrantes sejam bem atendidos em suas necessidades. Desta forma, eles ficam responsáveis pelo acesso à assistência e à proteção social e pelas demandas das pessoas migrantes, como também com a incumbência de registrar práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de assistência e proteção social.

É nesta dimensão que as cidades devem criar ações para combater os crimes de ódio contra o imigrante, um desses crimes, é a xenofobia, que no país tem aumentado, sendo o crime que mais foi denunciado na internet em 2022, um acréscimo de (874%) em relação aos últimos anos, é o que aponta a Central Nacional de Denúncias (CND) da Safernet, que desde 2015 monitora e registra os crimes ocorridos na internet no Brasil. Esse fenômeno de discriminação tem aumentado por conta do grande fluxo migratório no mundo atual.

O conceito da xenofobia está relacionado com o preconceito contra diferentes culturas e etnicidade – em realidade, o preconceito contra grupos étnicos (povos que se identificam mutuamente com base em sua ancestralidade e possuem os mesmos costumes, cultura, religião, língua, etc.), não é novo na humanidade. No decorrer da história humana, muito da dominação e subjugação de um povo sobre outro partia da justificativa da “superioridade cultural” de um grupo em relação aos demais. Um exemplo na antiguidade são os povos greco-romanos, que enxergavam os demais como “bárbaros”, por não possuírem os mesmos costumes e crenças praticadas na Grécia e na Roma antigas.

Como consequência, justificavam as suas invasões e guerras em uma ideia de que era preciso lutar pela sobrevivência de suas tradições, uma ideia ilusória de “civilização” contra “selvagens”. Hoje, segundo o sociólogo Johan Galtung (1969), exemplos como o citado de ações violentas e de dominação entre grupos podem ser caracterizadas como violência cultural. Ela representa a violência por motivos de religião, ideologia, linguagem, arte, ciência entre outros.

Nesse sentido, se faz apropriado conceituar a xenofobia como uma expressão da violência cultural. Isso porque a xenofobia nasce da concepção de que estrangeiros (que vêm de fora), ou os desconhecidos, são portadores de uma cultura de menor valor, que tem o potencial de ameaçar a integridade da cultura de um país ou comunidade. Isso significa que a xenofobia consiste na rejeição e discriminação contra estrangeiros ou estranhos devido às suas características culturais, sociais e políticas. Nesta linha, a sua ideia se baseia na valorização exaltada do próprio grupo nacional ou social e da sua cultura, convertendo grupos externos em menos relevantes e “inferiores”.

Dessa forma, os alto-comissariados das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2022), define a xenofobia como:

sentimento de aversão, desconfiança, medo, antipatia, rejeição em relação ao estrangeiro, ao que vem de outro país, ao que vem de fora. O sentimento de xenofobia se manifesta em atitudes discriminatórias e, muitas vezes, violentas, tanto verbais como físicas e psicológicas contra migrantes.

Além disso, a expressão “ao que vem de fora” da definição do ACNUR deixa implícito que a xenofobia pode acontecer entre pessoas de um mesmo país.

Isso porque, como comentado, ela se trata de um fenômeno que envolve aspectos culturais e étnico-raciais. Sendo assim, como em um mesmo país é possível existirem diferentes grupos em locais distintos, que possuem crenças e costumes diversos, o sentimento de aversão e intolerância entre esses grupos pode ser uma realidade.

Ou seja, a xenofobia é resultado do medo e da intolerância com o desconhecido, gerando rejeição aos indivíduos que não fazem parte originalmente de uma comunidade ou sociedade. Nesse sentido, os preconceitos e as atitudes discriminatórias contra migrantes e refugiados são manifestações da percepção ilusória de que as diferenças culturais e étnicas na humanidade possuem valoração hierárquica, sendo umas melhores que outras.

Essas atitudes, além de serem desrespeitosas com os direitos humanos, dificultam o processo de inclusão social de migrantes e refugiados nos países de acolhimento. Conforme observado, com a crescente onda migratória, acende também os números de avacalhamento com os imigrantes. Um dos fatos que causou recentemente consternação nacional aconteceu em Santa Catarina, na cidade de Rio do Sul, em que um grupo de 39 venezuelanos foram resgatados em situação análoga à escravidão. O grupo contava com crianças recém nascidas sem nenhuma estrutura vivendo sem cozinha, colchões e água suficiente (G1, 2023).

Por mais que esse fato pertence aos direitos trabalhistas, não pode ignorar a interseccionalidade presente, pois, os imigrantes latinos no Brasil estão lutando em duas frentes: contra o racismo, xenofobia e discriminação de um lado, e pela igualdade de direitos, condições de vida e trabalho humanas e dignas por outro lado. Muitos desses imigrantes chegam ao Brasil através do tráfico de pessoas, como no caso mencionado acima, são enganados, acreditam que ao alcançar o sonho de um novo país terão boas condições de emprego e renda, mas acabam deparando-se com outra realidade. A moradia por muitas vezes é no mesmo local de trabalho, no qual se amontoam de 4 a 10 famílias em um único cômodo. O salário também é pouco.

Aos imigrantes são negados quase tudo, principalmente a informação. Os imigrantes não sabem que têm direitos básicos, como o acesso à educação ou à saúde pública. Muitos também não têm ideia de como regularizar a sua situação. É nesse momento que as cidades precisam se articular para que os imigrantes possam se apropriar dos seus direitos e denunciar os abusos e discriminações, pois eles são pessoas de direitos.

Desta forma, o combate contra a xenofobia não é apenas uma responsabilidade da área judiciária e legislativa, configurando essa prática como crime e implementando punições aos que cometem essa atitude. Mas é também uma responsabilidade de toda a sociedade, que deve promover os princípios da igualdade, da dignidade humana, da não violência e do respeito à diversidade étnica e cultural. Assim como deve exigir do Estado que ações e políticas públicas sejam feitas para a conscientização desses princípios, fortalecendo os direitos dos refugiados e migrantes.

Dourados, como apresentado acima, possui uma rede de secretarias que atuam juntos para garantir a proteção social de migrantes e que permitem enxergar se há demanda reprimida

de acesso à assistência e à proteção social, fazendo valer a constituição “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, 1988).

Voltando ao relatório migracidades, como instrumento para saber o quanto a cidade sul-mato-grossense está empenhada na proteção da pessoa imigrante, analisando as ações em cada dimensão. Na questão do acesso ao mercado de trabalho, o documento aponta que o município auxilia o imigrante na busca de emprego, disponibilizando ao trabalhador orientação profissional e uma central de vagas de empregos no setor público e privado e que esta inserção ocorre de forma desburocratizada.

Ainda se faz necessário citar que nos últimos anos, o município desenvolveu campanhas e ações informativas para capacitar migrantes para o mercado de trabalho e sobre acesso ao mercado de trabalho e legislação trabalhista, e estas campanhas e ações informativas foram disponibilizadas em idiomas falados pelas pessoas migrantes. Por fim, essas ações, segundo o governo local, buscaram celebrar a diversidade, fortalecer a sensibilidade cultural e coibir qualquer forma de discriminação.

Outra dimensão analisada pelo migracidades, é o acesso, acolhimento e serviços de proteção: Gênero, LGBTQI+ e igualdade racial. Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso e acolhimento de migrantes mulheres e LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais, queer) a serviços de proteção, tais como casas de acolhimento, canais telefônicos de apoio e delegacias especializadas, assim como se existem medidas para prevenir e combater a discriminação racial contra migrantes.

Nesta dimensão foi informado pelo município que ações são desenvolvidas em prol do acolhimento aos imigrantes que se enquadram nesta seção. Os imigrantes têm acesso a delegacias especializadas, a casas de acolhimento e a outros canais de proteção, como números telefônicos de apoio ou iniciativas locais que realizam essa acolhida. De acordo com o governo local, existem orientações, fluxos ou protocolos estabelecidos nos serviços de proteção para o acolhimento a mulheres e LGBTQI+ migrantes que sofrem violências.

É notório que as dimensões apresentadas neste capítulo evidenciam os maiores problemas que um imigrante pode enfrentar ao chegar em um lugar novo, cabendo ao local de chegada o desafio de organizar políticas públicas para o enfrentamento destes problemas, além de combater toda e qualquer forma de discriminação.

Esta missão torna-se complexa, pois são várias as formas de diferenças e desigualdades que convivem na sociedade contemporânea e que ao longo de suas trajetórias de vida, os indivíduos se identificam e se diferenciam dos outros das mais diversas maneiras ao mesmo

tempo em que podem ser classificados de diversos modos e sofrer processos de discriminação e desigualdade.

A esta realidade, a antropologia chama de marcadores sociais da diferença, que são sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais. Em termos de raça, por exemplo, os indivíduos podem ser classificados como negros ou brancos, morenos ou mulatos, asiáticos ou indígenas. Cada uma dessas categorias de classificação está associada a uma determinada posição social, possui uma história e atribui certas características em comum aos indivíduos nela agrupados. O mesmo vale para gênero (homens e mulheres, machões e princesas, travestis e transexuais), sexualidade (hétero e homossexuais, gays e lésbicas, bissexuais e sadomasoquistas), classe (ricos e pobres, classe média e proletariado, profissionais liberais e moradores de rua) e geração (jovens e idosos, adultos e adolescentes, coroas e crianças), entre outros (ZAMBONI, 2023).

Ou seja, marcadores sociais da diferença são construções sociais que preexistem ao nosso nascimento e que se articulam de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão. Fatores que independem da escolha do ser humano, como gênero, classe, etnia, orientação sexual, religião, geração, dentre diversas outras.

No entanto, a origem de toda desigualdade não é natural, é fruto das relações estabelecidas entre os indivíduos, refletindo assim, os conflitos de interesses de grupos ou indivíduos em relação aos outros grupos ou indivíduos que, geralmente, colocam todos na condição de opressores e oprimidos (WILD, 2023).

Segundo Marx, a origem da desigualdade está na relação desigual de forças em que a burguesia, mais forte e dona dos meios de produção, explorava o trabalho do proletariado, classe social mais fraca e dona apenas de sua força de trabalho, expropriada pela burguesia (MARX, 1967). Ou seja, o capitalismo é o autor da origem da desigualdade social, pois desde o seu surgimento no século XVIII e início do XIX está vinculado ao comércio e ao consumo que produz o objetivo maior, o lucro.

Objetivando apenas o enriquecimento, o capitalismo tornou-se uma máquina criadora de ressentimentos, desigualdades e divergências na sociedade. Como é o caso da relação conflituosa entre capital e trabalho, marcada pelos interesses da classe proletária que constantemente busca melhorias em diversos aspectos como aumento salarial, diminuição da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho entre outras reivindicações trabalhistas, e do outro lado estão os detentores dos capitais e dos meios de produção que exploram a mão-de-obra com objetivo de adquirir uma lucratividade maior e assim acumular mais capital.

Outra evidência catastrófica oriunda do capitalismo é as consequências para o meio ambiente, pois, o sistema capitalista está ligado à produção em massa e o consumo na mesma proporção, com isso produz o lucro, para a obtenção de matéria-prima é preciso retirar da natureza diversos recursos. A exploração constante e desenfreada tem deixado um saldo de devastação profunda no meio-ambiente. Durante o último século o mundo passou por profundas evoluções e a natureza sempre foi usada nesse processo, porém sem planejamento a mesma já demonstra saturação e incapacidade de regenerar. Ultimamente a humanidade tem comprovado os reflexos, tais como aquecimento global, elevação dos oceanos, mudanças climáticas, escassez de água entre muitos outros.

Outra chaga causada após a origem do capitalismo, é o aumento já evidenciado, das desigualdades sociais em que a busca incessante por lucros faz com que haja uma grande exploração do trabalho por parte dos donos dos meios de produção, isso ocorre com mais intensidade por causa da falta de emprego, como existe uma grande oferta de trabalhadores os salários consequentemente são baixos, além da modernização da produção que retira um número muito elevado de postos de trabalho. A exploração da força de trabalho aumenta cada vez mais a disparidade econômica existente, pois concentra as riquezas nas mãos de poucas pessoas.

Também é vinculado ao capitalismo as ondas migratórias contemporâneas, como a registrada na América do Sul, na Venezuela. Existe uma linha de economistas que interpretam a recente onda migratória no país sul-americano ao capitalismo. Eles defendem que as sanções impostas pelos EUA especialmente a partir de 2017, ajudaram a deteriorar a situação econômica do país (CELAG, 2019, p. 1). Para estes economistas a perda de receitas e divisas teria sido a maior responsável por empurrar a inflação alta para o quadro hiperinflacionário que se seguiu às sanções e que a privação da Venezuela do acesso necessário ao dólar para viabilizar as importações essenciais, ameaçou vidas e impôs a fuga do território nacional como única opção de sobrevivência para parte significativa da população. Além disso, o impacto mais significativo de tais sanções não recaiu sobre o governo, mas, sim, sobre a população civil, reduzindo ingestão calórica das pessoas e aumentando doenças e mortalidades, cuja subida entre 2017 e 2018 alcançou a assombrosa cifra de 31% (WEISBROT; SACHS, 2019).

Conforme observado, o capitalismo tem como objetivo maior o consumo, ignorando os valores humanos e culturais. Para incentivar as pessoas a gastarem são criados artifícios para que as pessoas aumentem gradativamente o seu consumo, muitas vezes sem necessidade, isso é fruto dos anúncios publicitários que influenciam as pessoas e essas até de forma inconsciente ingressam nesse processo articulado pelo sistema. É justamente nessa busca por adquirir bens

materiais que os valores humanos são perdidos ou deixados de lado, pois o que as pessoas possuem torna-se mais importante do que o que elas realmente são, além disso, as relações humanas como amizade, solidariedade, companheirismo são ignoradas.

Como se vê, o capitalismo contribuiu de forma negativa na construção da sociedade, ao estabelecer divisões sociais, sendo o cerne de toda desigualdade social, geradora de preconceitos e discriminações.

Diante das informações apresentadas neste capítulo, observa-se a difícil tarefa que os municípios enfrentam ao tratar do fenômeno migratório, pois, os marcadores sociais da diferença nunca aparecem de forma isolada, eles estão sempre articulados na experiência dos indivíduos, no discurso e na política.

Tarefa que pode ser melhor enfrentada ao entender que os marcadores fazem parte de um todo, e a interseccionalidade permite compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes na sociedade. Pode ser considerado como uma ferramenta analítica importante para se pensar as relações sociais de raça, sexo e classe, e os desafios para a adoção de políticas públicas eficazes.

O termo interseccionalidade é um conceito sociológico preocupado com as interações e marcadores sociais nas vidas das minorias. Através dele é possível enxergar que na sociedade existem vários sistemas de opressão, as de raça ou etnia, classe social, capacidade física, localização geográfica, entre outras, que relacionam-se entre si, se sobrepõem e demonstram que o racismo, o sexismo e as estruturas patriarcais são inseparáveis e tendem a discriminar e excluir indivíduos ou grupos de diferentes formas.

Uma das melhores definições do termo vem da professora e feminista estadunidense especializada em questões de raça e gênero, Kimberlé Crenshaw, que afirma:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (2002, p 36).

Crenshaw também explica que esses eixos são distintos e excludentes. Por exemplo, o racismo é diferente do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Mas, frequentemente, eles podem se interligar criando complexas intersecções em que dois, três ou quatro eixos acabam se cruzando.

Entender que as desigualdades se encontram é chave para criar medidas públicas de proteção aos que estão em vulnerabilidade social, no caso desta pesquisa os imigrantes venezuelanos. Esta compreensão pode ajudar os órgãos públicos a enxergarem as opressões e combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas e precisam ser atendidas com mais urgência, como a inclusão e a justiça social.

Com isso, percebe que Dourados está atento aos marcadores sociais em seu território, principalmente no que diz respeito aos imigrantes em seu território. As informações levantadas pelo migracidades, como também suas sugestões para melhorar ainda mais a governança local no atendimento ao imigrante, faz com que Dourados seja destaque nacional na aplicação de medidas que protegem os migrantes e na construção de uma política migratória positivada, ou seja, por força de lei, voltada ao acolhimento e integração das pessoas migrantes estabelecidas no município de Dourados.

## 2.1 NOITE EM DOURADOS

Esta dissertação trata das dores de um povo em migração forçada. Pessoas que tiveram suas vidas dilaceradas por uma necropolítica, em que o Estado detém o poder de decidir não apenas quem vive ou morre, mas a forma como se vive e como se morre (MBEMBE, 2019).

O termo migração tem sido pauta constante de reportagens como também protagoniza teses e dissertações nos centros acadêmicos, resultado do aumento deste fenômeno no século XXI. De modo específico, este trabalho versa sobre a experiência de venezuelanos que escolheram a cidade de Dourados para ressignificarem suas vidas.

Conforme observado neste capítulo, a cidade sul-mato-grossense oferece uma realidade bem diferente daquela vivenciada na Venezuela, oferecendo aos imigrantes oportunidades de viverem suas vidas com segurança, tendo acesso à saúde, emprego e educação, é o que aponta os dados da plataforma migracidades, tão abordada neste tópico.

Desta forma, Dourados é o oposto do que estes imigrantes vivenciaram no seu país de origem. Relatos de violência, desemprego, hiperinflação, fome, apagões e desabastecimento de insumos básicos não fazem parte do cotidiano da segunda maior cidade do Estado. Estas narrativas de escassez de produtos há muito tempo fazem parte do cotidiano do cidadão venezuelano, como narra Karina Sainz Borgo em sua distopia, “Noite em Caracas”.

Pagar o velório foi ainda mais complicado que custear os últimos dias da minha mãe na clínica. O sistema bancário era uma ficção. Os caras da funerária não tinham maquininha de cartão, também não aceitavam transferências e eu não tinha dinheiro

vivo suficiente para completar o valor que me pediam, algo em torno de duas mil vezes o meu salário. Se tivesse, também não o teriam aceitado. Naqueles dias ninguém queria notas. Eram papéis sem valor (BORGÓ, 2019, p.27).

Por mais que a obra seja uma ficção, a própria autora diz se tratar de fatos inspirados no cotidiano de Caracas, eventos que são corroborados por notícias vindas do país vizinho ou pelos testemunhos dos imigrantes que residem em Dourados, pois muitos emigraram da Venezuela devido às mesmas situações que Borgo apresenta em seu livro, como relata Leocellys Lopez, venezuelana vinda de Ciudad Bolívar que reside há quatro anos em Dourados.

Vivir en Venezuela era una constante agonía es tener estudios pero que tu sueldo no alcance para cubrir las necesidades básicas, si comprabas un producto básico no podías comprar otro ya que, el dinero te alcanzaba para lo esencial y dentro eso debes elegir cual te permitiría rendir más la comida. Era sabes que no podías darte el lujo de salir varias veces a comer helado o llevar a tus hijos a pasear (LOPEZ, 2023).

Lopez, descreve em primeira pessoa como era a sua experiência em Ciudad Bolívar (586 Km de Caracas), relatando a angústia de viver em um país farto de violência, insegurança e escassez de produtos, de sonhos e bem estar social. No livro *Noite em Caracas*, Karina descreve a saga de Adelaída Falcon, uma mulher venezuelana que luta para sobreviver em uma cidade devastada pela violência, anarquia e desintegração dos valores humanos. Diante de Adelaída, só resta uma saída, fugir do país em busca de uma vida digna e segura, assim como milhares de venezuelanos. Realidade que salta da ficção para o mundo real, típico de uma distopia, neste caso com a verossimilhança da Venezuela de Adelaída com a Venezuela real, em que os fatos e as situações atrozadas narradas pela autora, são as mesmas experiências vivenciadas por tantos imigrantes venezuelanos no cenário atual.

Adelaída e López, mulheres venezuelanas com histórias parecidas, uma fictícia e a outra real. Ambas migraram de seus países para ressignificarem suas vidas em outro lugar, no livro de Burgo, sua personagem consegue este objetivo na cidade espanhola Madri, já Lopez, busca alcançar esse objetivo em Dourados (4.959 Km de Ciudad Bolívar).

Vivir en Dorados es vivir tranquilo existe lo necesario para desarrollar una vida aquí sin [...] Mi familia se siente acogida ya que las personas son muy amables y les gusta conversar y compartir con nosotros. Tengo lo necesario para vivir en Dourados lo que hace que me mantenga tranquila y segura (LOPEZ, 2023).

Histórias como de Leocellys e tantos outros imigrantes venezuelanos coincidem com a obra de Burgo, como no trecho em que a autora destaca as lembranças que a personagem tem de uma Venezuela sem os conflitos atuais, um país que não conhecia a fome, pelo contrário,

era o quarto maior PIB do planeta<sup>14</sup>. A personagem, Adelaída destaca a fartura de alimentos que o povo tinha em suas mesas nas celebrações natalinas e demais festividades populares. Relato muito próximo do que traz, Grecia del Rosario Hernandez Ramos<sup>15</sup>, ao ser questionada como era a vida na Venezuela, em um passado não tão distante, “La vida más bonita que se puede tener hasta que el gobierno arruinó todo”.

Relatos como de Grecia apresenta uma Venezuela muito próxima do que é relatado por “Noite em Caracas”, que mesclam lembranças de um passado próspero com o caos vivenciado nas últimas décadas, antes que a necropolítica corrompesse sonhos e vidas, restando em muitos casos violência e corrupção, como fica evidente na fala de Omar Garcia, venezuelano que veio da cidade de Maturín, e reside em Dourados.

Realmente los primeros años fueron excelentes, soy profesional, más decidí incluir un emprendimiento en mi vida. Vi resultados positivos. Sin embargo cuando empezaron las extensiones tanto de grupos delictivos, así como también la creación de situaciones no verdaderas por funcionarios de los cuerpos policiales. Aunado a eso el problema de la salud, las interminables colas por la falta de gasolina y los altos costos de los alimentos me hizo tomar la decisión de salir del país (GARCIA, 2023).

Omar se junta aos milhares de venezuelanos que buscam um lugar longe das dificuldades enfrentadas em seu país de origem, em uma luta pela sobrevivência e pela paz. Situação muito próxima de outra imigrante residente em Dourados, Sofía Carolina González, vinda de Carayacas (5.554 Km de Dourados).

Antigamente a gente vivió de una manera muito bom, por qué o emprego era fixo o Salário era muito bom, a educação era valorizada, sempre se manteve um nível económico estável por qué a economía era boa, até que o presidente Hugo Chávez faleceu as coisas mudaram muito sumiu a comida, medicina, a gasolina foi contrabando e desestabilizo tudo, e sufrimiento foi muito forte creció o fome na população as crianças passaram muita fome uma coisa muito ruim para expressar, já que muitas veces não tinha o que comer, não tinha medicamento até o gás sumiu que se tinha que cocinhar em lenha foi uma humilhação tão forte que não tem explicação, por qué até as empresas tiveram que salir forma do país deixando a maioria sem emprego (GONZÁLEZ, 2023).

Sofia relata a transformação vivenciada pelos venezuelanos nas últimas décadas, testemunhos que dialogam com os dados apresentados no primeiro capítulo deste trabalho, em que destaca a ingerência dos políticos juntamente com as sanções e embargos enfrentados pelo país, situação que elevou a miséria causando a maior onda migratória da era contemporânea na

---

<sup>14</sup> INFOMONEY. De quarto país mais rico do mundo à ruína: as lições da Venezuela. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/colunistas/felippe-hermes/de-quarto-pais-mais-rico-do-mundo-a-ruina-as-licoes-da-venezuela/>> Acesso em: 23 abr. 2023.

<sup>15</sup> Imigrante venezuelana, nascida em Maturin. Mora em Dourados desde 2019.

América do Sul. Na mesma direção de Sofia, Maria Graciela Garcia de Perales, afirma que a vida na Venezuela era de oportunidades e empregos, “vivir en venezuela era lo máximo hasta que de la noche a la Mañana todo cambio”.

Esta mudança descrita por Maria é o ponto em comum em quase todas as conversas com imigrantes venezuelanos, onde apresentam lembranças de um país que permitia viver com qualidade, sem fome e acima de tudo, que permitia sonhar, realidade totalmente diferente dos dias atuais, “A cidade está quase deserta e parece mais marrom do que de costume, com seus jardins secos, os prédios sujos e abandonados. Os locais que representavam a prosperidade de Maracaibo agora refletem apenas sua ruína (RAMÓN, 2019).

Paula Ramón, no artigo “Inferno de Maracaibo”, descreve um cenário quase apocalíptico em sua visita à cidade antes intitulada de Arábia Saudita da Venezuela por sua ampla reserva de petróleo e pela riqueza proporcionada pela commodity. Esta cidade, famosa pelas constantes quedas de raios e por sua abundante reserva de petróleo, vive atualmente em colapso econômico e social.

Situação vivenciada em outras cidades, conforme as entrevistas coletadas nesta dissertação. Ramón, é uma escritora e jornalista venezuelana, que se viu obrigada a deixar seu país, e em uma visita aos seus familiares que ainda estão na Venezuela, relata o caos vivenciado por uma cidade antes próspera que hoje flerta com a calamidade.

É desesperador. E talvez tenha sido o desespero que levou centenas de pessoas a invadirem shopping centers, hotéis, padarias e lojas e carregar tudo o que podiam, incluindo fios, tomadas e outras partes da infraestrutura, em alguns casos reduzindo o interior dos locais a um amontoado de escombros (RAMÓN, 2019).

Em um lugar assim, os sonhos não prosperam, “Não sei se quero estudar. Para que fazer universidade, se depois vou ter que lavar pratos em outro país? [...] Seu desânimo é evidente até no jeito de andar, com a cabeça e os ombros curvados, e eu me pergunto se isso está relacionado à adolescência ou se é uma consequência do estado das coisas no país (RAMÓN, 2019). Relatos como esses apresentam instrumentos que permitem mensurar a realidade de um povo e suas dificuldades na difícil tarefa de sobreviver.

Dourados está distante de Maracaibo, não apenas pelos 6.185 Km que as separam, mas a cidade brasileira oferece condições para que o imigrante construa seus projetos longe da insegurança venezuelana, como afirma Maria Graciela Garcia de Perales.

Ya tengo 4 años viviendo aquí en Dourados, me siento bien, es una ciudad tranquila y acogedora, tiene muchas oportunidades tanto en empleos, y educación las cuales

debemos saber aprovecharlas, mediante los conocimientos que tenemos, y continuar con nuestros principios que nos caracterizan (PERALES, 2023).

Assim como Perales, tantos outros venezuelanos enxergam em Dourados uma oportunidade para poder reconstruir suas vidas, pois aqui, existem oportunidades de emprego, educação e assistência à saúde, todos estes serviços estão disponíveis para todos os imigrantes é o que consta nos relatórios do migracidades, apresentado no início deste capítulo.

Mas, uma questão importante salta sobre as reflexões dos imigrantes em Dourados, a questão da identidade. Identidade é o conjunto de atributos que caracterizam alguma pessoa ou coisa, ou seja, é a soma de caracteres que individualizam uma pessoa, distinguindo-a das demais (FRANÇA, 2001). A pergunta é, pode o imigrante reconstruir sua identidade? Para esta resposta, nada melhor do que um imigrante para responder, Stuart Hall, racializado na Inglaterra, este como ninguém compreende os processos de construção, reprodução e rejeição das identidades não apenas como estudioso, mas como alguém que possui sua identidade atravessada por diversas questões políticas e sociais. Sua própria experiência é uma confirmação de sua tese: a identidade não está essencialmente no sujeito, mas é produto da história e, conseqüentemente, da cultura.

Em seu livro, “A identidade cultural na pós-modernidade”, publicado em 1992, Hall traça um panorama histórico ao redor da compreensão da identidade em diferentes momentos, demonstrando como as transformações sociais, advindas da modernidade, produzem profundos efeitos à maneira pela qual o indivíduo entende a si mesmo e é entendido socialmente. Ou seja, o sujeito pós-moderno é um sujeito sem identidade fixa ou essencial, isto é, sua identidade é móvel, contraditória e continuamente transformada pelos diálogos com a diversidade cultural (HALL, 1992).

Na visão deste autor o conceito de identidade está aberto a possibilidades, pois o mundo hoje está conectado, permitindo assim essa relação intercultural, como bem é definido por Canclini:

[...] as identidades dos sujeitos formam-se agora nos processos inter étnicos e internacionais, entre fluxos produzidos pelas tecnologias e as corporações multinacionais; intercâmbios financeiros globalizados, repertórios de imagens e informação criados para serem distribuídos a todo o planeta pelas indústrias culturais. Hoje imaginamos o que significa serem sujeitos não somente desde a cultura em que nascemos, mas, desde uma enorme variedade de repertórios simbólicos e modelos de comportamento. Podemos cruzá-los e combiná-los [...]. Os sujeitos vivem trajetórias variáveis, indecisas, modificadas uma e outra vez. Viver em trânsito, em escolhas que mudam e são inseguras, com remodelações constantes das pessoas e suas relações sociais, parece conduzir a uma construção mais radical [...]. As certezas das teorias sobre o indivíduo e a sociedade são postas entre sinais de pergunta pela recomposição das ordens socioculturais que alcançam a todos (CANCLINI, 2004, p.161).

Desta forma, a resposta é sim! Os imigrantes podem ressignificarem suas vidas e suas identidades. Porém, existe outro sentimento mais difícil de superar e ressignificá-lo, que é o sentimento de culpa por ter deixado o seu país, como é descrito no inferno de Maracaibo, “No fundo, sabia que eu me sentia culpada por ter me mudado para o Brasil e deixado minha mãe na Venezuela, sozinha (RAMÓN, 2019)”.

Este sentimento é compartilhado por outros imigrantes, Karina Sainz Burgo também faz menção em um trecho da Noite em Caracas:

Viver, um milagre que ainda não consigo entender e que morde com a dentada da culpa. Sobreviver é parte do horror que viaja com quem escapa. Uma animália que tenta nos derrotar quando nos vê saudáveis, para nos fazer saber que um outro merecia seguir a vida, mais do que você (BURGO, 2019, p. 339).

Na mesma direção de Ramón e Burgo, os venezuelanos compartilham desse sentimento, expressado pelo desejo de um dia retornar para seu país de origem, como expressa Grecia, “[...] regresar a Venezuela es un sueño tanto para mi como para cada venezolano”. Na mesma direção vem a fala de Leocellys “No quiero vivir para siempre en Brasil espero regresar algún día. Regresaría a Venezuela siempre que presente una mejoría en la economía y podamos vivir tranquilos como lo hacemos aquí en Brasil”.

É notável o sentimento dessas pessoas em relação ao seu país ao não negarem sua identidade e diante do anseio de regressar, sendo fatores externos que impedem essa volta, como afirma, Maria Graciela “pensar en regresar, todos los días dan ganas de volver, solo que por los momentos no se puede, debido a la crisis que esta pasando venezuela, tendría que haber un cambio de gobierno para que pueda existir esa motivación de volver.

Outro sentimento que dificulta o processo de adaptação e pertencimento é saudade, sentimento inerente para aqueles que migram, como descreve Grecia, “[...] todo, todo extraño de mi Venezuela, parte de mi familia, mis amistades los bellos paisajes de Venezuela, los viajes, las comodidades, nuestra cultura, nuestra comida y así muchas cosas más”. Sentimento compartilhado por Jhonnaly, “de Venezuela extraño mi familia por supuesto, su cultura; por ejemplo días de carnavales, semana santa, navidades y sus comidas típicas”.

Porém, estas dificuldades são superadas mediante a resiliência deste povo, e pela solidariedade que encontram no Brasil, de modo especial, na cidade de Dourados, por meio das pessoas e por parte das autoridades que, juntos, buscam fazer da cidade sul-mato-grossense um espaço de acolhida.

### **3. A ESCOLA MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO DIANTE DO ESTUDANTE IMIGRANTE**

Ao problematizar a situação das pessoas em migração forçada, esta dissertação traz como um dos seus objetivos evidenciar a luta de milhares de pessoas na busca por direitos, segurança e proteção. Nesta trajetória para ressignificarem suas existências, estas pessoas enfrentam adversidades que colocam em risco suas próprias vidas ou então as marginalizam, como bem é pontuado pelo Papa Francisco em discurso sobre imigrantes, chamados por este de “os últimos”.

Eles são os últimos enganados e abandonados para morrer no deserto; são os últimos torturados, maltratados e violados em campos de detenção; são os últimos a desafiar as ondas de um mar implacável; são os últimos deixados em campos de uma acolhida que é muito longa para ser chamada de temporária. (FRANCISCO, 2019).

O pontífice ao abordar as migrações utiliza o termo globalização da indiferença, trata de uma cultura da individualidade que permite ao homem pensar somente em si, e que as dores dos outros não lhe pertencem, pois não se sente responsável por nada, diminuindo assim, o senso de coletividade. O Papa Francisco lembra constantemente que a sociedade vivencia níveis brutais de crimes contra a dignidade humana, de exploração, empobrecimento e descarte de um número cada vez maior de pessoas. O papa alerta que a maioria da humanidade está atolada na miséria, fome e violência, em verdadeiros corredores de morte, e, no entanto, uma boa parte da sociedade vive como se tudo isto não estivesse a acontecer, indiferentes, anestesiados.

Um exemplo desta cultura da indiferença ocorreu em junho de 2023, duas situações trágicas com quatro dias de diferença, porém, somente uma protagonizou os telejornais do mundo todo. O primeiro caso aconteceu no dia 14 de junho, em que uma embarcação de pesca que partia do Egito para a Europa com mais de 750 migrantes naufragou, deixando centenas de mortos e desaparecidos. Segundo a ONU, crianças e mulheres eram a maioria dos passageiros da embarcação. Sendo considerado até o momento uma das tragédias mais mortais da história no Mediterrâneo Central (DIÁRIO DO NORDESTE, 2023).

Outra situação envolvendo embarcações aconteceu no dia 18 de junho, cinco passageiros estavam a bordo do submersível Titan, em um passeio turístico no valor de US\$250 mil (R\$1,2 milhão) por passageiro. O passeio que tencionava visitar os destroços do Titanic em uma profundidade de mais de quatro mil metros implodiu vitimando todas as cinco pessoas. Esta tragédia tomou conta de todos os meios de comunicação por dias, apresentando todas as

prováveis causas e responsáveis, tendo como a maior comoção, o fato que jamais seriam recuperados os corpos dos tripulantes.

Estes exemplos evidenciam que a globalização da indiferença escolhe suas dores e suas comoções, em um claro sinal da diferença entre vidas, em que umas valem mais do que outras. A notícia da morte de cinco pessoas dentre elas, bilionários, comoveu muito mais do que a morte de centenas de imigrantes, que morreram e morrem em travessias insanas em busca de uma vida melhor, fato comprovado pelas milhares de mortes registradas tanto no Atlântico como no mediterrâneo, como aponta a ONG, Caminando Fronteras<sup>16</sup>.

Com base nestes fatos recentes, fica evidente a urgência de combater a indiferença que negligencia o imigrante e seus direitos, sendo que, não existe a possibilidade de ignorá-los, por estarem em rota migratória em todas as partes do mundo. É preciso minar a necropolítica que destrói os direitos das pessoas e comunidades migrantes, como também combater a globalização da indiferença.

Na América do Sul, a onda migratória oriunda principalmente da Venezuela não enfrenta travessias marítimas, em sua maioria, as adversidades vêm, muitas vezes, da falta de políticas públicas que impedem que os imigrantes possam ressignificar suas vidas nos países de acolhida. E este terceiro capítulo objetiva justamente refletir a situação de adolescentes e jovens imigrantes na construção do seu projeto de vida. Propõe-se a destacar, a partir da experiência do próprio jovem, como é ser imigrante e estudante em um Estado que carece de políticas que os atendam em suas reais necessidades.

### 3.1 A ESCOLA ESTADUAL MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO E O REGIMENTO ESCOLAR

A Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, na cidade de Dourados – MS, é um espaço de encontro. Entre seus discentes existe uma diversidade cultural e étnica de grande destaque com a presença de várias etnias indígenas como os Caiuás (Kaiowá), Guarani (Ñandeva) e os Terena, recentemente conta com a presença de imigrantes haitianos, colombianos, paraguaios e, em maior número, os estudantes venezuelanos.

Nos últimos anos, a escola Menodora tem se destacado por receber um número considerável de estudantes vindos da Venezuela, com uma média anual de mais de trinta alunos matriculados desde o ano de 2020. No atual ano letivo (2023), os estudantes venezuelanos

---

<sup>16</sup> Só em 2022, a Caminando Fronteras disse ter confirmado a morte de 2.390 pessoas que se dirigiam para a Europa nessas rotas, incluindo 1.784 vítimas na rota entre a África e as Ilhas Canárias./NYT.

representam, 9,75% dos discentes da escola com faixa etária entre doze a dezenove anos de idade. Estes adolescentes enfrentaram todas as dificuldades típicas dos imigrantes em migração forçada. A maior parte chegou ao país por Roraima e foram interiorizados pela operação acolhida, tendo como destino a cidade de Dourados, como no caso da estudante Daniela Chichicara, que antes de vir para Dourados permaneceu juntamente com a mãe e a irmã por 78 dias em Boa Vista, morando em abrigos improvisados esperando a liberação das autoridades brasileiras para prosseguir viagem. “Chegamos em Pacaraima a pé, vindo de nossa cidade na Venezuela. Ao chegar no Brasil, fomos encaminhadas para Boa Vista e lá ficamos muitos dias morando em barracas e recebendo comida do pessoal da ONU. Tudo era muito sofrido, mas aguentávamos diante da esperança de uma vida melhor”.

Assim como a família da Daniela, os demais estudantes vieram acompanhados de seus familiares, porém existem casos de alunos que chegaram sem nenhum familiar, acompanhado apenas de amigos ou vizinhos.

**Figura 3 – Tabela de alunos venezuelanos matriculados nos quatro anos**

<b>ANO LETIVO</b>	<b>ETAPA - ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>ETAPA - ENSINO MÉDIO</b>	<b>TOTAL GERAL</b>
2020	14	4	18
2021	16	15	31
2022	13	13	26
2023	12	23	35
<b>Total Geral</b>	<b>55</b>	<b>50</b>	<b>108</b>

Fonte: Elaborada pelo próprio autor, 2023

Como pode ser observado, os estudantes venezuelanos representam quase dez por cento dos discentes da escola nos últimos três anos, e ao analisar o regimento escolar, aprovado pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul, em 08 de março de 2023, em nenhum artigo trata-se de modo específico da situação destes, tornando contraditório o dispositivo que descreve a finalidade da unidade escolar de “desenvolver a formação comum indispensável para o exercício da cidadania do estudante, fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (SED/MS, 2023).

Para entender o peso da ausência de uma orientação específica para os imigrantes no regimento escolar da instituição, é importante entender que se trata de um documento no qual todo o funcionamento, estrutura, organização e normas de uma instituição de ensino são preconizados. As regras contidas nele regem as esferas administrativa, didática, pedagógica e disciplinar da escola. O documento serve como um guia de direitos e deveres de todos que fazem parte da comunidade

escolar. É obrigatório que o regimento esteja em conformidade com as leis do país – em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – bem como com as legislações estaduais e municipais. Deve também estar alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.

Ou seja, o regimento escolar é um conjunto de regras que define a organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas na sua elaboração, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer (LIBÂNEO, 1994).

O Regimento deve surgir da reflexão que a escola tem sobre si mesma, porém, deve estar de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município. Ele é um o documento administrativo e normativo de uma unidade escolar que, fundamentado na proposta pedagógica e coordena o funcionamento da escola, regulamentando ações entre os representantes do processo educativo. Ele deve ser baseado em um texto referencial e em princípios democráticos, adotados pela Secretaria de Estado da Educação que são a base para promover a discussão, a reflexão e a tomada de decisão pelos membros da escola, buscando respostas às questões referentes ao processo de ensino e aprendizagem.

A importância deste documento é visível no dia a dia da escola. É ele que guiará as ações a serem tomadas nas mais diversas situações das rotinas da instituição. E o fato do regimento das escolas estaduais de Mato Grosso do Sul ignorar que nem todos os estudantes falam ou entendem corretamente o português, como é o caso dos imigrantes venezuelanos, dificulta a efetivação deste material, pois o regimento deve abranger a totalidade do seu corpo discente.

Como se observa, o idioma é sem dúvida uma grande barreira para os quase dez por cento dos estudantes venezuelanos no processo de aprendizagem, pois a escola Menodora é uma unidade escolar que funciona em tempo integral. Os estudantes permanecem na escola por nove horas diárias, estudando componentes curriculares da BNCC e itinerários formativos, distribuídos em 24 componentes curriculares semanais. De todas estes componentes, apenas um tem o espanhol como referência, no caso, a disciplina de língua espanhola. Mesmo assim, mostra-se insuficiente, seja pelo tempo (duas aulas semanais) ou pela organização dos conteúdos que são tratados.

Estes fatos são corroborados ao analisar o desempenho dos estudantes venezuelanos nos últimos anos letivos. Os dados expressam a grande dificuldade dos imigrantes na compreensão

dos conteúdos que são todos em português, assim como as provas ofertadas, trabalhos e atividades, como bem expressa a estudante Yulian Nadales, do primeiro ano do ensino médio, ao ser questionada sobre as dificuldades em aprender os conteúdos apresentados em sala de aula: “Sim falam muito rápido não entendo”, ou então como destaca o aluno, Eduardo Jesús Martínez Volcán, “Não entendo algumas palavras e não consigo prestar atenção na aula”.

Estas situações não foram levadas em consideração pelo regimento escolar, conseqüentemente não existe nenhum referencial a nível estadual abordando o problema migratório pela Secretária de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul, pois este documento atende ao disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n. 9394/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação, no Plano Estadual de Educação e nas regulamentações e políticas da Secretaria de Estado de Educação (SED). Assim sendo, o Estado ignora o fato de contar com mais de 5.905 venezuelanos interiorizados pela operação acolhida, sem mencionar os que chegaram por conta própria ou até mesmo de forma ilegal. Até o primeiro semestre de 2023, Dourados recebeu 3.830 venezuelanos, tornando-se a quinta cidade no Brasil que mais recebeu estes imigrantes pela operação acolhida, mas já chegou a ficar em segundo lugar, de acordo com os dados da ACNUR – Brasil e conforme observado nos capítulos anteriores desta pesquisa.

Ainda sobre o regimento escolar aprovado em 08 de março de 2023, entre suas finalidades constam:

- I - colaborar com a formação humana e para a cidadania do estudante;
- II - formar o estudante para o exercício da cidadania, consciente de seus deveres e direitos, em respeito às garantias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e em conformidade com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- III - garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante, da convivência social, da sua qualificação para o trabalho, com ações que estimulem a autonomia, a liderança, o protagonismo e o seu projeto para vida;
- IV - promover o desenvolvimento do conhecimento, gerando o pensamento científico, crítico e criativo, valorizando o repertório cultural e de comunicação, com o desenvolvimento socioemocional do estudante, sendo possível trabalhar o projeto para a vida com o autocuidado e autoconhecimento atrelados à autorresponsabilidade e ao desenvolvimento da cidadania;
- V - garantir o direito a uma educação básica de qualidade social, científica e cultural;
- VI - contribuir para a formação humanística cultural, ética, política, técnica, científica, artística e democrática dos estudantes (SED/MS, 2023).

Diante destas finalidades surgem questões: Como é possível uma formação humana não levando em consideração a totalidade do corpo discente? Como formar o estudante para o exercício da cidadania sem ter um plano de ação que abarque os estudantes venezuelanos e outros imigrantes, muitas vezes ignorantes dos seus direitos, que são assegurados por lei? Como

garantir aprendizagem integral do estudante se estes carecem, na maioria das vezes, do básico: a capacidade de entender o professor? São questões que precisam ser respondidas, pela escola, e acima de tudo pela Secretaria de Educação, responsável por nortear a educação no estado.

Outra observação sobre o regimento é em relação aos princípios, que refletem o espírito do documento:

- I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - respeito à liberdade e aos direitos;
- IV - gratuidade do ensino público;
- V - valorização do profissional da educação escolar, por meio do fomento de ações da mantenedora;
- VI - gestão democrática do ensino na forma da legislação e das normas do Sistema Estadual de Ensino;
- VII - elevado padrão de qualidade;
- VIII - valorização da experiência extraescolar do estudante;
- IX - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (SED/MS, 2023).

Estes princípios são inspirados no artigo 206 da LDB, que orienta a educação no território brasileiro, e traz os mesmos desafios já refletidos anteriormente, ou seja, atender a todos os estudantes com equidade. É nesse sentido que tanto o regimento escolar como a LDB são mais pressionados em garantir que todos os estudantes possam desfrutar de uma educação com qualidade, que possibilite a construção do seu projeto de vida. A lei de 1996, tem como desafio equiparar as desigualdades em um Brasil tão territorialmente extenso e socialmente plural, pois a mesma lei que vigora em cidades com boa mobilidade urbana, rege também as regiões do nordeste ou as regiões ribeirinhas do norte, onde os alunos andam de barco e a pé por quilômetros para chegar à escola e, em muitos casos, não tem merenda, contam com apenas um professor, trabalhando no sistema multisseriado, desempenhando todas as funções, de docente a merendeira, com salário irrisório.

Nesse sentido, o regimento da rede estadual de educação enfrenta o desafio de oferecer as mesmas condições da oferta de ensino para todos os estudantes, brasileiros, imigrantes e indígenas (estes último já são contemplados em suas especificidades, tanto no regimento como nas políticas educacionais do estado e do Governo Federal). Para isso, cabe ao estado oferecer meios que atendam as demandas dos estudantes migrantes, para que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades de aprendizagem.

No entanto, nem sempre a lei promulgada considera as reais condições para sua aplicação, pois há um espaço muito grande entre o discurso proclamado e a prática vivida. A mesma reflexão cabe ao regimento da rede estadual de ensino do Mato Grosso do Sul. Este

documento de fato leva em consideração a totalidade do seu corpo discente, principalmente no que tange a igualdade de acesso e permanência dos estudantes?

### 3.2 ESCOLA MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO E O SEU PPP

Outro documento bastante importante das instituições escolares é o projeto político pedagógico. Segundo Libâneo (2004), o PPP é um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Ou seja, um instrumento onde consta a proposta educacional da escola e o papel que cada um da comunidade escolar desempenha, bem como suas responsabilidades. É importante que também estejam descritos os desafios a serem enfrentados e os caminhos a serem percorridos para superá-los. Por isso, o PPP define a intenção e as estratégias da escola, servindo como diretriz para a gestão, de modo a torná-la mais eficiente, visto que organiza as atividades pedagógicas em determinado período, além de incluir a realidade socioeconômica e cultural em que se está inserida.

Como o próprio nome diz, ele é um conjunto de propostas que definem ações voltadas à educação (projeto), para que as escolas formem cidadãos ativos na construção da sociedade (político), definindo os métodos educacionais utilizados para que o estudante atinja o desenvolvimento de maneira geral (pedagógico).

O Projeto Político Pedagógico é um documento dinâmico, pois permite alterações ao longo do tempo, em especial na prática pedagógica. Ele precisa ser elaborado por todas as instituições, independentemente de serem públicas ou privadas, pois apesar da meta das escolas ser, no geral, oferecer uma educação de qualidade, que forme os melhores cidadãos para a sociedade, cada uma tem suas particularidades, com necessidades e princípios específicos.

Desta forma, para que o PPP seja eficiente, deve estar em sintonia com a realidade dos seus discentes. Ao analisar o projeto político pedagógico da escola Menodora Fialho de Figueiredo de 2023, é perceptível a ausência de estratégias educacionais direcionadas aos estudantes imigrantes, de modo específico os venezuelanos, que representam quase dez por cento do corpo discente da escola. E como já mencionado anteriormente, encontram dificuldades com o idioma, dificultando o processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma, o Projeto Político Pedagógico deve ser fundamentado nos princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita; assegurando igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade (VEIGA 2006). A ausência destes princípios fragiliza o documento, fazendo com que a instituição não atinja seus objetivos, sendo um destes “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996)”.

Outro ponto que é fragmentado quando os princípios que regem o PPP não são contemplados, diz respeito à função social da escola, aspecto de extrema relevância para as instituições de ensino. A função social da escola é fornecer educação e instrução formal para os alunos, permitindo que eles desenvolvam habilidades e conhecimentos que serão úteis para suas vidas pessoais e profissionais. Além disso, a escola tem um papel importante na socialização dos alunos, ensinando-lhes valores éticos e morais, e preparando-os para participar da sociedade de forma ativa e consciente.

A escola também tem como função social promover a igualdade de oportunidades, oferecendo um ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de sua origem social ou econômica. Dessa forma, a escola contribui para a redução das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A escola também serve como um espaço para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cognitivas e culturais, permitindo que os alunos sejam expostos a diferentes ideias, culturas e perspectivas, preparando-os para a convivência em uma sociedade plural.

Destarte a relevância do PPP para que a instituição escolar atinja seus objetivos e, acima de tudo, seja um espaço de aprendizagem para todos os estudantes sem distinções, cumprindo assim, o seu dever, permitindo que os estudantes possam adquirir conhecimentos e habilidades que serão fundamentais para suas vidas pessoais e profissionais, como os valores éticos e morais, ajudando os alunos a se tornarem cidadãos conscientes e participativos na sociedade.

Sendo assim, a função social da escola, não se resume apenas à transmissão de conhecimentos, mas também à formação integral dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios e oportunidades que surgem ao longo de suas vidas.

Observado os pontos não contemplados pelo PPP em vigência da escola Menodora Fialho de Figueiredo (2022), é necessário pensar que as escolas têm autonomia na elaboração do PPP, como bem detalha o artigo 12 da LDB, em seu parágrafo primeiro “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica (BRASIL, 1996)”, porém são subjugadas por uma instância superior, ou seja, devem levar em consideração os documentos e diretrizes

nacionais e estaduais, e estes também não contemplam políticas públicas visando os estudantes imigrantes até o momento.

Um exemplo dessa ausência de referências em prol dos estudantes imigrantes são os planos nacional e estadual de educação, ambos vigentes até 2024, e que não trazem redações específicas visando a inclusão dos estudantes imigrantes. Compreensivamente pelo fato de o aumento migratório ter se intensificado na última década, o que não justificará a ausência de estratégias educacionais para os próximos planos que conduzirão a direção da educação nacional e estadual para os próximos dez anos.

Nesta perspectiva, a diretora adjunta da Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, a Prof<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. Aline Midori Takahara argumentou que a ausência de ações específicas para os estudantes imigrantes reflete dispositivo da LDB que também se encontra referendado no próprio PPP em vigência:

Art. 14: Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Desta forma, o fato de o PPP não contemplar os estudantes estrangeiros é de responsabilidade de todos os agentes da unidade escolar, pois este documento é construído de forma colaborativa e democrática. No entanto, a partir dos resultados desta pesquisa, há previsão para que as particularidades dos discentes migrantes sejam previstas na próxima atualização do documento escolar.

Ainda nesse contexto, a diretora esclarece que mesmo os estudantes imigrantes não sejam diretamente mencionados no PPP da escola, “as especificidades de cada estudante, inclusive dos estrangeiros é levada em consideração nos conselhos de classe para que a avaliação quantitativa/processual não se sobreponha à qualitativa/formativa (TAKAHARA, 2023). Aline lembrou ainda que durante a pandemia a escola se mobilizou para atender os estudantes venezuelanos que não tinham condições de acesso tanto a celulares, computadores e internet para assistir as aulas remotas: “a escola criou uma agenda para que os estudantes venezuelanos pudessem frequentar o ambiente escolar, mesmo durante os períodos de maior restrição, para que pudessem usar a sala de informática e tirar todas as dúvidas que surgissem” (TAKAHARA, 2023).

A diretora reforçou que os estudantes venezuelanos contam com todo o apoio da gestão escolar e “são constantemente motivados a demonstrar sua cultura nos espaços escolares, seja através de músicas, danças ou até mesmo apresentando um pouco da sua culinária”. Ou seja, são estimulados a valorizar sua cultura” (TAKAHARA, 2023).

**Figura 4 – Estudante Jeshua desfilando com a bandeira da Venezuela**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2022

Estas fotos expressam o orgulho dos estudantes em relação ao país de origem. Outro aspecto que reforça essa identidade diz respeito ao idioma falado constantemente nos intervalos e essa interação despertou o interesse nos estudantes brasileiros com o idioma espanhol, motivado pelas amizades que são construídas ou até namoros entre estudantes brasileiros e venezuelanos. Vários casais foram formados a partir destas interações, tendo como pontos positivos o apoio dado pelos amigos e namorados no processo de aprendizagem.

São vínculos naturais que são formados e que contribuem em muito nesse processo de adaptação, que é facilitada muitas vezes pelo espírito acolhedor que é típico do brasileiro, como bem relata o estudante brasileiro Felipe Augusto quando questionado sobre a presença dos alunos venezuelanos em sua turma, “a presença dos venezuelanos enriquece muito a sala de aula, por causa da sua cultura totalmente diferenciada. [...] Eles possuem muitas dificuldades

na fala e na compreensão dos conteúdos, porém, sempre que possível oferecemos ajuda” (AUGUSTO, 2022).

**Figura 5. Estudante Karoline desfilando com a bandeira da Venezuela**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2022

Ainda sobre as ações direcionadas aos imigrantes, a direção da escola lembrou das diversas tentativas de organizar o clube de intercâmbio cultural e linguístico, que seria um espaço de estudo e debates sobre a cultura dos países, uma forma de reforçar os laços entre os conterrâneos e criar estratégias de aprendizagem. Os clubes são incentivados nas escolas de autoria. Chamam-se Clubes do Protagonismo e consistem num espaço que tem por objetivo fomentar a atuação protagonista do estudante, por intermédio de práticas e vivências que possibilitam o desenvolvimento da autonomia. São idealizados pelos próprios alunos, tendo como base os vínculos afetivos e interesses. Porém, até o momento o clube dos estudantes imigrantes não resultou em práticas efetivas devido à falta de liderança, provocada por receios ou vergonha.

No entanto, nesse contexto de interação cultural, nos dois últimos anos aconteceram algumas reuniões com os estudantes venezuelanos. Esses momentos foram possíveis devido aos debates para a redação desta pesquisa. Nestes encontros, os estudantes venezuelanos foram

ouvidos e puderam falar sobre o que mais os atrapalha nesse processo de adaptação. As respostas vieram quase que em um mesmo tom e abrangem dificuldades com o idioma, de adaptação e saudade de uma Venezuela que deixaram para trás, “a saudade dos amigos e familiares que ficaram na Venezuela é a grande dificuldade para criar raízes neste país (Yullian, 2023)”, “Sinto falta dos meus amigos, meus primos e outros membros da minha família que não tiveram condições de virem para o Brasil” (AGUIRRE, 2022).

**Figura 6. Reunião com os estudantes venezuelanos 10/10/2022**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2022

Estes encontros foram importantes para criar vínculos entre a comunidade escolar venezuelana. Os alunos tiveram a percepção que as suas dificuldades, seja com o idioma ou adaptação era compartilhada por outros colegas, e suas histórias muito próximas dos seus conterrâneos, pois praticamente todos passaram pelas mesmas etapas de chegada em Pacaraima, Roraima, e passagem pela capital Boa Vista até serem interiorizados meses depois, em Dourados.

Outras semelhanças se dão por meio da experiência de vida na Venezuela, como o relato do estudante Anderson,<sup>17</sup> “A vida na Venezuela não era muito boa porque às vezes passava fome, sem estudo e sem emprego [...] passava muita coisa ruim. Eu vi pessoas que matavam outras pessoas com faca. Matavam na frente das crianças”. Testemunhos como esses são bem comuns nas rodas de conversas entre os estudantes, seja comentando a vida na Venezuela ou a vivência em Roraima quando aguardavam ser interiorizados.

---

<sup>17</sup> Nome fictício para respeitar a privacidade do estudante.

Nesse contexto, outros relatos que se assemelham relacionam-se ao forte sentimento de identidade e pertencimento ao seu país de origem. Entre os estudantes é quase unânime o desejo de um dia retornar à Venezuela. Esse sentimento é definido por Simoni Weil como enraizamento, sentimento próprio da humanidade de pertencimento a seu lugar de origem, ou como bem define Safra com o registro étnico:

O registro étnico apresenta as características sensoriais e culturais que caracterizam um determinado povo, uma determinada comunidade, por exemplo, cheiro, gosto, cor, ritmo. Nele encontramos os elementos mais fundamentais na constituição de si mesmo. Ele é o registro mais resistente e guarda a memória do lugar que foi a morada originária de uma pessoa. Nesse registro o lugar é o si mesmo (SAFRA, 2004).

De forma geral, entre os imigrantes, esta questão da origem é fundamental. É a referência de habitação no mundo, sua morada. E o choque como afastamento pontual com a sua origem pode criar dificuldades de adaptação, principalmente entre os jovens que se encontram em formação. Nesse sentido, ao estudar um grupo de jovens e adolescentes imigrantes nos Estados Unidos, James Lange considera que a mudança do ajustamento emocional e cognitivo pode criar riscos psicossociais como fracasso escolar, uso de drogas e outros comportamentos de risco (JAMES, 1997).

No contexto escolar, Vanessa Rorato, psicóloga e coordenadora de área da escola Menodora identifica em entrevista, que o receio da perda da identidade cultural leva à procura por grupos semelhantes para manter costumes de seus países, formando blocos isolados dos demais estudantes. Analisando o desempenho acadêmico, esses alunos não possuem um bom rendimento, pois a diferença do nível de aquisição de linguagem os impede de ter uma melhor compreensão das explicações dos professores, e em consequência, apresentam um menor rendimento escolar.

Conforme observado, o procedimento de desenraizamento é processual, e pode causar desordens nos imigrantes, aspecto agravado quando se trata de jovens e adolescentes.

A imigração ou migração pode deixar feridas profundas no sentimento de si mesmo. Trata-se de um tipo de desenraizamento que torna, às vezes, difícil para o imigrante e para seus descendentes reconhecerem-se em sua especificidade étnica, no novo ambiente que os recebe. É frequente ouvir dessas pessoas, na situação clínica, a queixa de que sentem uma ruptura em si mesmas e um desalojamento da continuidade de ser, proporcionadas pelas suas inserções no fluxo de vida de seus ancestrais. São feridas que as isolam das formas sensoriais peculiares aos seus países de origem. Em contato com essas formas, esses indivíduos sentem que elas os revigoram e os curam. Se estivermos atentos a essas questões, poderemos perceber que cada região da terra tem um certo tipo de luminosidade, de cheiros, de sonoridade, de estética, que caracteriza aquela comunidade. O imigrante é profundamente sensível a esses elementos (SAFRA, 1999).

Esse trecho corrobora com as ponderações da psicóloga e coordenadora Vanessa, pois esses estudantes estão enfrentando dificuldades que vão além das observadas, como a dificuldade com o idioma. Estes jovens estão passando por um processo doloroso, que é externalizado com o baixo rendimento, como é perceptível nas notas e no aprendizado. É evidente a necessidade de políticas públicas que atendam estes jovens em suas especificidades. É preciso que a realidade dos imigrantes entre na pauta para o próximo plano estadual de educação, que norteará as estratégias educacionais dos próximos dez anos, a partir de 2025.

**Figura 7 – Registro de uma das reuniões entre os estudantes venezuelanos**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2022

Nesse sentido, registra-se a reivindicação por um olhar mais atento por parte da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, para com os imigrantes, pois a presença destes estudantes é notável nas escolas públicas, sendo necessárias medidas que possam incluí-los em um processo educativo mais equitativo. Conforme observado, os fatores do idioma, do enraizamento e fatores psicológicos têm afetado o aprendizado de alguns estudantes imigrantes, dificultando assim, a construção do seu projeto de vida. Um exemplo é o índice de notas referentes aos bimestres, como o quadro abaixo, no qual temos uma amostra de algumas notas no segundo bimestre dos estudantes venezuelanos, ensino fundamental e médio, os nomes serão preservados em respeito aos alunos.

**Gráfico 2 - Amostra de notas de alguns estudantes**

ESTUDANTE	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
Arte	5,0	7,0	7,0	8,5	7,0	4,5	6,0	3,0	2,0	6,0	10,0
Biologia/Ciências	2,0	5,0	6,0	9,5	6,0	6,0	6,0	3,5	2,0	6,5	10,0
Educação Física	6,0	8,5	7,5	9,0	7,5	9,0	6,0	8,5	6,0	6,0	9,5
Filosofia/Eletiva I	6,0	7,0	6,0	8,5	6,0	7,5	6,5	6,0	3,0	9,0	10,0
Física/ Eletiva II	3,0	6,0	4,0	9,5	6,0	6,0	6,5	7,0	2,0	6,0	10,0
Geografia	1,5	6,5	7,5	8,5	6,0	6,0	8,0	7,5	3,0	7,0	9,0
História	7,5	7,5	4,0	7,5	8,0	10,0	6,0	8,0	8,0	8,0	9,5
Língua Espanhola	6,0	6,5	8,0	8,5	7,0	6,5	7,0	6,5	5,0	6,0	9,0
Intervenção Comunitária/Eletiva III	2,5	8,0	3,5	9,0	4,0	4,5	3,0	7,0	4,0	3,0	9,5
Língua Inglesa	7,0	8,0	7,5	9,0	5,0	6,5	6,0	7,5	0,0	6,0	10,0
Língua Portuguesa	6,0	5,0	5,0	9,0	5,0	8,0	7,0	6,0	6,0	6,0	9,5
Matemática	6,0	8,5	6,0	9,0	7,0	7,0	6,0	6,0	4,0	7,0	9,5
Projeto de Vida	6,0	8,0	3,0	10,0	6,0	6,0	6,0	5,5	0,0	6,0	10,0
Química/Eletiva IV	3,5	4,5	6,0	10,0	6,0	8,0	7,0	5,0	4,0	7,5	9,0
RA-LP	7,0	9,0	7,0	8,0	6,5	7,0	6,0	2,0	5,0	4,0	10,0
RA-MAT	2,0	6,5	6,0	10,0	6,5	6,0	6,0	6,0	6,0	3,0	10,0
RA-CHS	5,0	8,0	8,5	10,0	6,0						
RA-CNT	6,0	8,0	6,0	10,0	6,0						
Sociologia	6,0	7,0	7,0	8,0	7,5						
Unidade Curricular Eletiva	IFP	7,5	IFP	10,0	10,0						
Unidade Curricular I	6,5	8,0	9,0	9,0	6,0						
Unidade Curricular II	6,0	8,0	9,5	10,0	6,0						
Unidade Curricular III	5,0	9,0	9,0	10,0	10,0						
Unidade Curricular IV	IFP	8,0	IFP	9,5	7,5						

Fonte: Escola Menodora Fialho de Figueiredo, 2023

Obviamente, as notas não refletem o aprendizado dos estudantes, como bem afirma Sara Cristina, graduada em Letras com pós-graduação em psicopedagogia, neuropedagogia e orientação educacional, “a nota, aquilo que vai mensurar a criança não tem tanto valor quanto o processo de aprendizagem. A gente precisa entender o que essa criança aderiu, o que ela aprendeu e o que está guardado para ela (CRISTINA, 2023)”. Mas, o baixo rendimento demonstra que algo não está bem no processo de ensino e aprendizagem do estudante. O quadro acima é de apenas um percentual dos estudantes venezuelanos que iniciaram o ano letivo de 2023.

Analisando o quadro acima, é perceptível a grande quantidade de componentes curriculares que os estudantes cursam no transcorrer do ano letivo. São 24 para o ensino médio e 16 para o ensino fundamental, em uma jornada de 9 horas semanais. Nos dados apresentados na figura temos várias notas 6,0, média estabelecida pela SED/MS, e a mantenedora orienta que as instituições apresentem diversas recuperações ao longo do bimestre, ou seja, a nota 6,0 é o resultado das várias recuperações que os professores ofereceram para que o aluno estivesse

acima da média. Da mesma forma, as notas abaixo de 5,0, indicam que, mesmo com as ofertas de recuperações, os estudantes não conseguiram atingir a média.

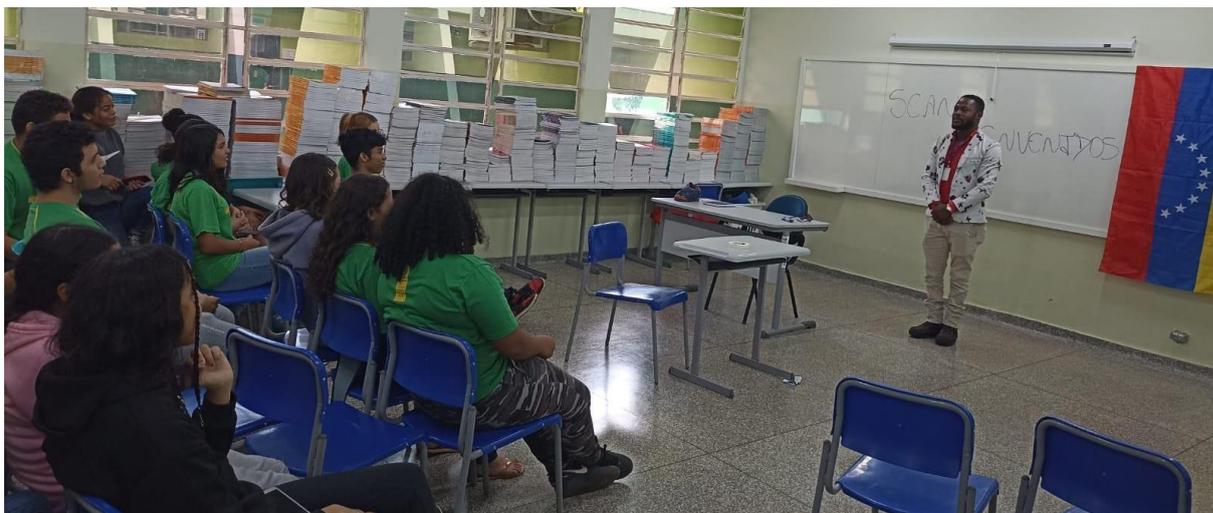
Por outro lado, existem os estudantes imigrantes que conseguem se sobressair mesmo com todas as dificuldades impostas por sua condição de imigrante, ou seja, diante da dificuldade com o idioma, cultura e outras adversidades. No quadro, os estudantes indicados com a letra D e K, são exemplos de discentes que superaram as barreiras impostas e se destacam com boas notas. São estudantes bem ativos em sala de aula, e estes muitas vezes ajudam os seus conterrâneos com dificuldades em assimilar conteúdos, como relatado pelos professores em conselho de classe.

A partir destes dados, ao ser questionada sobre as estratégias que a escola pretende criar para atender os estudantes imigrantes em suas especificidades, a diretora adjunta Aline Takahara, afirmou que, a partir das reflexões desta pesquisa, a direção escolar viu a necessidade de revisar o PPP, tendo em vista que este documento é flexível e dinâmico, sendo possível sua alteração a qualquer momento. Com isso será possível incluir estratégias que atendam a totalidade do corpo discente, ofertando um ensino inclusivo. Outras ações também estão previstas para serem implementadas a partir do segundo semestre de 2023, como a parceria com associação dos imigrantes venezuelanos, que se dispuseram a ofertar aulas de português para os estudantes e seus familiares no contraturno escolar, uma ação que vai ao encontro das dificuldades relatadas por alguns alunos, como a falta de domínio do idioma português.

Outra estratégia prevista visa fortalecer as ações do clube de boas-vindas e intercâmbio cultural e linguístico, visando estimular o protagonismo destes estudantes em sua aprendizagem. Outra ação planejada para o segundo semestre de 2023 refere-se ao convite para a coordenadoria de imigrantes da prefeitura de Dourados, que no primeiro semestre esteve na escola em uma reunião com os estudantes imigrantes. Este encontro foi organizado pelo coordenador de área das ciências humanas, autor desta pesquisa, e foi de extrema importância para a socialização dos estudantes venezuelanos. Nesta oportunidade, Jean Kenson Jolne, que coordena a Coordenadoria Especial dos Imigrantes (CEI), falou sobre os direitos e deveres dos imigrantes diante da federação brasileira, ressaltando a importância do estudo para a realização dos seus sonhos. Sobre este momento, Jean disse:

O nosso compromisso é amar, ensinar e escutar. Juntos conseguiremos trazer as soluções. Dourados está sendo uma das melhores cidades do Brasil em acolhimento aos imigrantes. Deus derrame a sua bênção sobre a rede para que mais projetos possam ser desenvolvidos entre a Coordenadoria Especial do Imigrante da Prefeitura Municipal de Dourados MS e os demais poderes envolvidos no processo. Juntos construiremos uma nova história em acolhimento (JOLNE, 2023).

**Figura 8 – Reunião dos estudantes venezuelanos com a CEI**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2023

Foi visível a atenção dos estudantes nesses encontros. Jean se colocou como um igual, pois também é um imigrante vindo do Haiti. Toda a palestra foi realizada em espanhol, fortalecendo a ideia de identidade entre os estudantes que têm o espanhol como língua materna. A bandeira da Venezuela adquirida pela escola para esses momentos também criou um espaço de acolhida. Devido ao sucesso dessa ação, está prevista mais uma outra rodada de conversa entre Jean e os estudantes que aprovaram o primeiro encontro, requisitando um segundo momento.

**Figura 9 - Reunião dos estudantes venezuelanos com Jean Kenson Jolne da Coordenadoria Especial dos Imigrantes (CEI)**



Fonte: Elaborada pelo autor, 2023

Desta forma, as ações propostas provocadas por esta pesquisa e apoiadas pela escola fortalecem o compromisso da instituição em oferecer um ensino de qualidade para todos os envolvidos, reafirmando a Escola Menodora Fialho de Figueiredo como um espaço de acolhimento e ponto de encontro.

### 3.3 O ESTUDANTE VENEZUELANO DA ESCOLA MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO

Muito se falou até este momento sobre os estudantes que protagonizam esta dissertação, revelando-se, aos poucos, o perfil destes jovens. De forma geral, são adolescentes que trazem esperança em seus olhos, esperança de um futuro melhor, e enxergam na educação um meio para este fim.

Partindo do princípio de que o acesso à educação de imigrantes e refugiados também é um direito fundamental, a busca pela educação é prioridade para aqueles que chegam ao país com filhos em idade escolar. O fenômeno migratório se intensificou na última década na América do Sul e o Brasil tornou-se um destino bastante procurado, principalmente por venezuelanos e haitianos. Um exemplo desse aumento vem do número de estudantes imigrantes matriculados na educação básica que passou de 41.916, no início da década de 2010, para 122.900 em 2020 (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

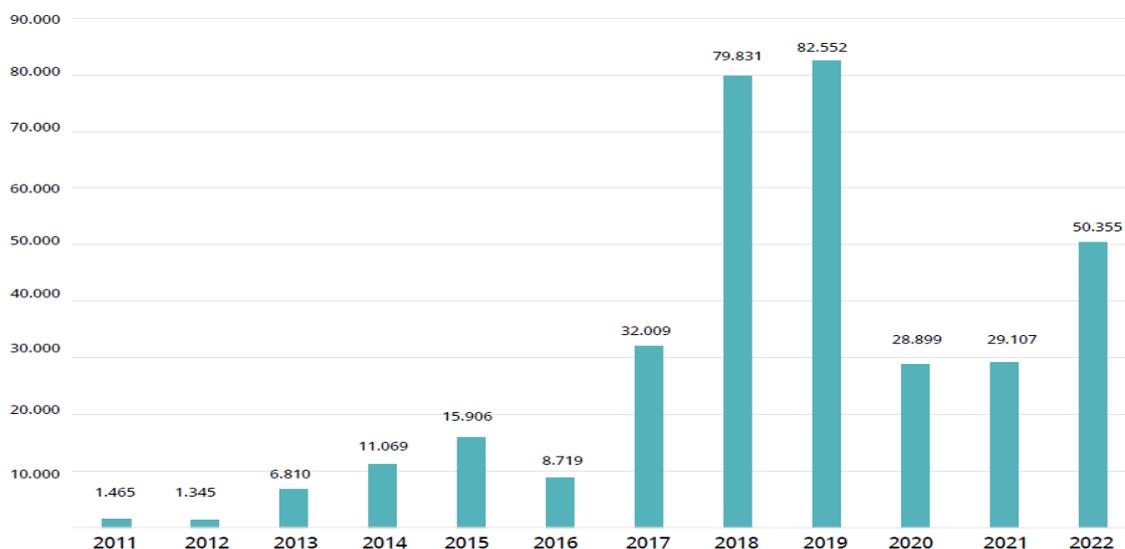
Ressalta-se, ainda, que os cidadãos vindos da Venezuela são a maioria dos que pedem refúgio ao Brasil. Porém, outras nacionalidades também enxergam no país um lugar seguro para reconstruírem suas vidas. Um exemplo desse movimento pode ser representado pelo último relatório da Obmigra sobre os números de refugiados, que descreve que o Brasil recebeu solicitações de pessoas provenientes de 139 países em 2022 (OBMIGRA, 2023).

Em 2022, os venezuelanos representaram 67,0% dos pedidos de refúgio recebidos pelo Brasil. Logo em seguida, destaca-se também o número significativo de pessoas de nacionalidade cubana, ou que tinham em Cuba o seu país de residência habitual: 5.484 solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, que representaram 10,9% do total de solicitações, em 2022.

Nos quadros abaixo é notável o crescimento da imigração por meio dos números de refugiados no país. Destaca-se, também, a origem dos cidadãos hispanofalantes que chegam ao país, reforçando a ideia desta dissertação sobre a necessidade de um ensino inclusivo.

### Gráfico 3 – Números de refugiados na última década

**Gráfico 2.1.1. Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo ano de solicitação - 2011 - 2022.**



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da CG-Conare, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - Brasil, 2022.

Ainda de acordo com o relatório da Obmigra, os números apontam que, em 2022, cerca de 15.084 adolescentes com menos de 15 anos deram entrada no Brasil, sendo este um grupo, potencialmente, ainda mais vulnerável, o que demanda especial atenção por parte dos promotores de políticas públicas nos diferentes entes federativos, em particular no campo da saúde, educação e assistência social (OBMIGRA, 2023).

### Gráfico 4 - Origem dos imigrantes

Principais Países	Nº de solicitações
<b>TOTAL</b>	<b>50.355</b>
VENEZUELA	33.753
CUBA	5.484
ANGOLA	3.418
COLÔMBIA	744
CHINA	512
NIGÉRIA	459
AFEGANISTÃO	405
PERU	403
LÍBANO	387
GUIANA	345
MARROCOS	326
IRÃ	246
GANÁ	212
PAQUISTÃO	212
HAITI	208
REPÚBLICA DOMINICANA	199
RÚSSIA	184
CAMARÕES	166
SURINAME	166
SENEGAL	158
OUTROS	2.368

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da CG-Conare, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - Brasil, 2022.

Estes números reforçam o que esta pesquisa tem problematizado: a necessidade de estabelecer ações de acolhimento e integração para as crianças e jovens estudantes estrangeiros no ensino brasileiro. O primeiro passo deverá ser dado pelas instâncias superiores que regem a educação básica no Brasil para, posteriormente, chegar até os estados e municípios, mesmo que estes tenham liberdade para criar ações próprias dentro dos limites permitidos por lei, como é o caso da escola Menodora Fialho de Figueiredo que já planeja ações para atender os imigrantes, conforme mencionado anteriormente.

A respeito dos alunos matriculados na escola Menodora no ano letivo de 2023, tratam-se de jovens que possuem histórias semelhantes aos demais estrangeiros que buscam ressignificar suas vidas na cidade de Dourados, encontrando a barreira linguística como um dos maiores obstáculos para a integração social, já que, pelas próprias condições da migração forçada, eles acabam chegando ao Brasil com pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa.

Para a elaboração desta dissertação, realizou-se alguns encontros com estes estudantes nos últimos dois anos. Estes encontros oportunizaram aos discentes um espaço para serem ouvidos e suas falas evidenciam o que tem sido ressaltado em vários momentos nesta dissertação, como a dificuldade no processo de ensino e aprendizagem de alguns estudantes devido a falta de entendimento do idioma. Para além destas dificuldades no ensino, os estudantes apresentaram informações que, em muitos casos, mostram a vulnerabilidade social na qual eles e suas famílias vivem.

Uma grande quantidade dos entrevistados relatou que suas famílias dividem casas com poucos cômodos. Alguns compartilham a mesma casa com outras famílias, “eu moro com minha mãe, meu padrasto, meu irmão, uma prima e outra pessoa” (ESTUDANTE B, 2022). Muitas vezes essas moradias foram oferecidas com a promessa de emprego. Porém, quando chegam à cidade, as promessas não são cumpridas. “[...] eu moro com onze pessoas em casa: quatro irmãos, meu pai, minha madrasta, minha tia, meu tio, minha avó e minha prima” (ESTUDANTE C, 2022).

Essas promessas não cumpridas são denunciadas por toda parte no Brasil, pois muitas empresas se aproveitam da operação acolhida do Governo Federal em parceria com a ONU, para captar imigrantes oferecendo emprego, moradias e outras assistências, mas não cumprem com o prometido (ACNUR, 2023).

Em relação ao trabalho, os estudantes disseram que seus parentes estão empregados em diversos setores da sociedade, como no comércio, porém a maioria trabalha em indústrias como a JBS, uma das empresas responsáveis por Dourados estar sempre entre as primeiras cidades

que mais recebe imigrantes venezuelanos pela operação acolhida. Foram 3.852 até maio de 2023 (SNAS, 2023). Estes trabalhadores recebem uma média de R\$1.500 reais, dinheiro que serve para despesas básicas como alimentação, aluguel, água, energia e transporte.

Estas informações estão de acordo com o painel de interiorização do Governo Federal, que informa que os imigrantes adultos interiorizados pela operação acolhida, cerca de 47.674 pessoas, cuja maior parte está alocada na construção civil ou em indústrias (BRASIL, 2023).

Ainda sobre moradia, um dado importante a ser destacado é que existem estudantes que estão desacompanhados dos pais, “eu moro com meus tios, meus pais mandaram eu vir primeiro para depois eles virem. Isso já faz três anos” (ESTUDANTE D, 2022). Assim como a estudante mencionada, seis outros estudantes estão na mesma situação. Dois deles estão residindo com pessoas sem nenhum grau de parentesco. Essa é a realidade de milhares de outras crianças e adolescentes, de acordo com os dados da ACNUR.

Outra situação observada nas conversas com os adolescentes refere-se à xenofobia, “Atitudes, preconceitos e comportamentos que rejeitam, excluem e frequentemente difamam pessoas, com base na percepção de que eles são estranhos ou estrangeiros à comunidade, sociedade ou identidade nacional” (ACNUR, 2023). A partir dessa definição, entende-se qualquer forma de violência baseada nas diferenças de origens geográficas, linguística ou étnica de uma pessoa como xenofobia. Em resumo, a xenofobia é o medo ou ódio por estrangeiros ou estranhos, e está vinculada a atitudes e comportamentos discriminatórios, frequentemente culminando em diversos tipos de violência.

Esse crime aumentou de forma exponencial em proporção ao aumento das migrações no país. Todos os alunos entrevistados afirmaram conhecer o termo e seu significado, alguns inclusive afirmaram já terem sofrido algum tipo de discriminação que se enquadraria como xenofobia, “[...] nunca falaram nada diretamente para mim, mas vejo uns olhares de reprovação. Não conversam comigo, não nos chamam para fazer grupo e algumas piadas que fazem a sala toda rir. Isso incomoda muito mais do que se falassem diretamente” (ESTUDANTE F, 2023).

A direção escolar afirma ter registros de falta de respeito para com os estudantes imigrantes, de modo especial os alunos venezuelanos. Quando estes casos chegam até a coordenação pedagógica, os alunos são ouvidos e posteriormente acontece uma averiguação interna. Caso as denúncias sejam confirmadas, os estudantes envolvidos são chamados e recebem advertência em um primeiro momento. Os responsáveis são comunicados e, em caso de reincidência, o estudante pode receber suspensão ou até mesmo transferência compulsória, de acordo com o regimento escolar (TAKAHARA, 2023).

Para além destas medidas, a escola assegura que os temas transversais da BNCC, sejam abordados em sala de aula, de modo específico, os direitos humanos. Além dos conteúdos programáticos, a instituição incentiva a elaboração de cartazes e fomenta projetos que reforçam o respeito entre os colegas, convidando psicólogos, advogados e outros profissionais para tratar dessas temáticas em palestras e formações.

Essas ações são consideradas positivas pelos estudantes venezuelano. Nas conversas, seja nas reuniões ou em falas informais, eles relatam que a escola Menodora Fialho de Figueiredo proporciona um ambiente acolhedor, em que eles confiam e com o qual podem contar, “por mais que tenha dificuldades muitas vezes em entender o português, percebo o carinho dos professores em me ajudar na compreensão dos conteúdos” (ESTUDANTE G, 2023).

Essa relação entre professores e alunos imigrantes demonstra esse aspecto acolhedor da escola Menodora. Ao entrevistar alguns professores, estes externalizam a preocupação com a situação dos alunos sem políticas públicas que os atendam em suas especificidades. A professora Denise Adriana Castiglioni Agüero Alves, docente há oito anos na rede estadual de ensino do Mato Grosso do Sul, desabafa sobre a aprendizagem dos estudantes: “De modo geral, defasada. Por causa do idioma, muitos chegam em sala sem conhecer o mínimo do português, o que acaba dificultando a interação e o entendimento das disciplinas escolares”.

A professora Denise atende, entre seus discentes, mais de 20 alunos imigrantes. Sua lotação é em educação física e, em relação a comunicação, relata não encontrar dificuldades por ter descendência paraguaia. Ainda sobre o trabalho docente com os alunos imigrantes, afirma que “a experiência é bem diversificada. Há aqueles que estão abertos a novas experiências e trocas culturais, outros são mais fechados e buscam sempre os demais venezuelanos para manter seu círculo de amizades” (ALVES, 2023).

A constatação que a professora aponta é comum entre os estudantes. Portanto, em sua prática pedagógica, ela busca organizar as turmas de forma que haja mais interação entre os grupos. Porém, observa forte resistência para desmontar as “panelinhas”. Ao ser questionada sobre atividades desenvolvidas para o grupo de estudantes imigrantes, a professora afirma, “[...] sempre que algum aluno novo chega na turma, me apresento em espanhol e me disponho a ajudar no que o aluno possa precisar, seja com a minha disciplina ou com o andamento escolar” (ALVES, 2023).

Nesta perspectiva de acolhimento, a professora reitera a necessidade de atenção pelo poder público em prol dos estudantes imigrantes, “[...] embora os alunos sejam sempre muito bem acolhidos, existe uma necessidade de mediação/interpretação com esses alunos para que

eles possam transpor as dificuldades culturais e facilitar o processo de ensino/aprendizagem” (ALVES, 2023). Ela reconhece que a escola Menodora tem se esforçado dentro dos seus limites para diminuir a desigualdade no processo de ensino.

Na mesma linha de pensamento, está o professor João Pedro Piccoli, que ministra os componentes curriculares de Física e Matemática, bem como as unidades curriculares (UCs) de aprofundamento vinculadas a estes componentes. Sobre a aprendizagem, o professor destaca que “a avaliação ocorre da mesma forma que para os demais alunos. Porém, sempre com um olhar especial a eles, devido ao fato de terem, inicialmente, dificuldades com a língua portuguesa. Porém, as avaliações ao longo do ano ocorrem da mesma maneira para todos”. Contudo, o professor reconhece que desta forma os estudantes terão maiores dificuldades no processo de ensino, devido o mesmo também não ter o domínio do idioma.

Devido ao fato de que estes alunos não falam, de início, a mesma língua que nós brasileiros e, conseqüentemente, possuem dificuldade em entender nossa fala, assim como nós professores temos dificuldade, às vezes, em compreendê-los, penso sempre em falar mais devagar e pausadamente. Porém, isto “atrasa” o cumprimento da ementa curricular, uma vez que o conteúdo abordado no momento demora mais para ser concretizado (PICCOLI, 2023).

Quando questionado sobre a sua prática enquanto docente, o professor, que atende aproximadamente cinco alunos imigrantes por turma, afirma que busca constantemente inserir os estudantes em suas atividades, tanto nos momentos de acolhimento quanto no processo de ensino e aprendizagem. Sobre o papel da escola nesse processo, ele afirma que a instituição se faz presente em ações inclusivas:

Vejo a Escola Menodora como acolhedora em todos os sentidos. Assim, em específico, também penso que ela é boa no acolhimento aos estudantes venezuelanos, tanto o corpo docente, os servidores administrativos e até mesmo os próprios alunos brasileiros, os quais se entrosam facilmente. Por mais que, enquanto professor, possuo dificuldades em entender o “espanhol deles”, por ser de pronúncia muito rápida, às vezes solicito que falem mais devagar, de modo que facilite nossa interação/comunicação (PICCOLI, 2023).

Já sobre o papel da SED/MS, o professor João é bastante enfático, “até hoje, não tenho conhecimento de nada relacionado ao trabalho da SED no que se refere ao acolhimento aos estudantes venezuelanos. Vejo somente ações que as próprias escolas realizam, não sei se essas ações são orientadas pelos órgãos superiores ou se são realizadas por conta própria”.

Os excertos das entrevistas representam os anseios da maioria dos docentes da escola Menodora Fialho de Figueiredo. Ao serem interpelados sobre a situação dos discentes, todos concordam sobre a necessidade de intervenções no processo de aprendizagem.

A psicóloga e também professora da instituição, Vanessa Rorato, relaciona o fato do não entendimento do idioma ao problema de comportamento entre os estudantes imigrantes, pois, por não compreenderem o que o professor está falando, ficam desatentos e dispersos, fazendo do processo de ensino e aprendizagem um desafio.

No entanto, a professora Vanessa, assim como os demais docentes, reconhecem as ações da escola de forma positiva, pois todos se esforçam ao máximo, dentro das suas possibilidades, para melhor atender os estudantes imigrantes. Além disso, o corpo docente também salienta a importância de criar ainda mais ações para atender esse grupo focal que aumenta a cada ano.

### 3.4 URGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

No decorrer desta dissertação muito se falou do conceito de migração e a explicação que melhor contextualiza esse termo consiste no fato de que migrar significa mover-se. Sair de uma região e ir em direção à outra, seja por vontade própria, seja por necessidade. Esse conceito serve para todos os cidadãos que estão refugiados, asilados ou em qualquer outra situação no Brasil. Portanto, da mesma forma, quando esta pesquisa evidencia a falta de políticas públicas na educação que afeta o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes venezuelanos, a mesma lógica é aplicada para todos os demais estudantes imigrantes, matriculados nas redes de educação básica brasileiras.

Todos os imigrantes em idade escolar possuem o direito de frequentar as escolas brasileiras. Isso é garantido por diversas leis. A legislação brasileira determina que estrangeiros possuem os mesmos direitos ao acesso à educação que as crianças e os adolescentes brasileiros, conforme previsto na Constituição Federal (artigos 5º e 6º), no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 53º ao 55º) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigos 2º e 3º). Além disso, existem outras duas leis específicas para imigrantes e refugiados, como a Lei da Migração (artigos 3º e 4º) e também a Lei dos Refugiados (artigos 43º e 44º) que garante que a falta de documentos não pode impedir o acesso dessa população à escola (BRASIL, 2023).

Ou seja, educação é um direito, assim como o acesso a um ensino de qualidade e equitativo. Porém, conforme observado, poucos avanços foram alcançados nesse sentido, como evidencia-se pela ausência de estratégias educacionais para atender esses estudantes. A mantenedora deveria considerar, por exemplo, a questão do idioma, tendo em vista que a maioria deles não conhece o português e isso acaba resultando em problemas de comunicação com professores e colegas, bem como os de compreensão do conteúdo ministrado em sala de aula.

Esses problemas, já mencionados por alunos e por professores ao longo deste trabalho refletem uma realidade que só tende a aumentar, isso porque, de acordo os dados da OBMigra divulgados no primeiro semestre de 2023, as venezuelanas respondem por mais de 70% do total de solicitações de asilo feitas por mulheres em 2022; meninas e meninos de até 15 anos respondem por 36,9% de todos os pedidos feitos por pessoas vindas da Venezuela, pois como comprovado estatisticamente, a maioria das mulheres migram com seus filhos.

Com esta mudança no perfil de pessoas que chegam ao Brasil solicitando a condição de refugiados mostra um aumento significativo de mulheres e crianças, em especial, venezuelanas, o que reflete na necessidade de ações e de construção de políticas públicas voltadas para as demandas dessa população. Esse foi um dos alertas feitos na divulgação do relatório Refúgio em números 2023, do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), no último 20 de junho, Dia Mundial das Pessoas Refugiadas (ACNUR, 2023).

Esse conjunto de informações aponta para um crescimento constante do número de imigrantes com um impacto notável nos cenários escolares, pois ao chegar na escola eles trazem suas línguas, suas culturas e suas histórias de migração específicas. Diante desse aumento, questões importantes necessitam serem feitas: existem políticas delineadas, em nível nacional, estadual e municipal, nas diferentes modalidades educacionais, para o acolhimento linguístico e educacional de crianças, jovens e adultos imigrantes nas instituições de ensino? Existem orientações curriculares sobre como a diversidade linguística, trajetórias educacionais, condições migratórias, diferenças étnico-raciais, cultural e religiosa, dentre outras, poderiam ser abordadas nos diferentes espaços educacionais? Existem cursos e materiais didáticos gratuitos de português como língua adicional, em vários níveis e para os diferentes perfis de imigrantes, sendo ofertados pelos diversos entes da federação? Existem programas públicos de capacitação para os educadores e as equipes escolares desenvolverem estratégias de acolhimento linguístico e educacional nos diferentes níveis educacionais?

A resposta para estas questões poderia ser dada de forma empírica, porém, seria muito subjetiva. Mas, ao pesquisar em sites governamentais, o cenário não se altera muito, é possível perceber que existe um número limitado de macropolíticas educacionais visando o acolhimento da população imigrante, conforme constatado empiricamente por esta pesquisa, o que não modifica as respostas para a maior parte das perguntas enumeradas acima, sendo corretamente respondidas com um “não” ou “sim, parcialmente”.

A falta de reconhecimento dessa população e de suas demandas nos diferentes níveis de planejamento dessas políticas têm efeitos na vida cotidiana do imigrante e impactos nas suas possibilidades de inserção social no contexto brasileiro. Logo, a identificação precisa dessas

demandas e a busca de caminhos para atendê-las é fundamental. Embora ao longo dos últimos 25 anos no Brasil, desde a LDB, tenha sido construído um sistema educacional amplo e inclusivo, que resulta de extensos debates no Conselho Nacional de Educação (CNE), até o momento, a presença de novos estudantes imigrantes não foi objeto de reflexão mais detida desse conselho.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC), de 2018, documento que foi discutido no âmbito da Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE, menciona a necessidade de reconhecimento do multilinguismo no Brasil, incluindo as línguas de grupos de imigrantes que chegaram ao país no século XIX, mas ignora por completo, as línguas dos que chegaram mais recentemente. Em 2020, foi publicada uma resolução denominada Diretrizes Educacionais para a Educação Plurilíngue, mas elas mencionam apenas brevemente as demandas educacionais trazidas pela chegada desses novos imigrantes, e quando mencionadas ainda desqualificam a necessidade de políticas linguísticas específicas.

Ainda respondendo às questões acima, no que se refere ao corpo docente, fica evidenciado por esta pesquisa a ausência, por parte das autoridades que regem a educação, da proposição de formações ou até mesmo de orientações visando uma melhor acolhida aos estudantes imigrantes e refugiados.

Conforme observado anteriormente, os fluxos migratórios recentes trouxeram uma nova realidade para as escolas públicas brasileiras, marcadas pela presença cada vez mais significativa de alunos imigrantes e refugiados. Assim, há de se repensar não apenas o processo de ensino e aprendizagem e as metodologias de ensino de línguas, mas também, e principalmente, a formação de professores.

Neste contexto, o livro *Formação de professores numa perspectiva plurilíngue para o acolhimento linguístico de estudantes migrantes/refugiados*, da autora, Carla Alessandra Cursino, apresenta algumas apreciações importantes para este debate, ao tratar o acolhimento de estudantes imigrantes e refugiados. A autora assevera que o principal desafio para a rede pública de ensino é o idioma. A maioria das crianças que chega ao país não conhece o português e, dessa forma, acaba frequentando as aulas sem conseguir se comunicar com os professores e colegas e, conseqüentemente, não entendendo os conteúdos desenvolvidos em sala. A autora menciona, ainda, que são raros ou até inexistentes os momentos em que o português é ensinado a esses estudantes como língua adicional, fato que pode contribuir para o baixo desempenho escolar (CURSINO, 2020).

As afirmações da autora corroboram com os resultados das pesquisas desta dissertação, tendo como base as entrevistas com alunos e professores. Ainda nesse contexto, a autora afirma

que, embora os espaços escolares brasileiros sempre tenham sido constituídos, em certa medida, pela diversidade e heterogeneidade, os documentos educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), priorizam a homogeneidade da língua portuguesa, impondo o idioma local como dominante e como língua de escolarização, o que “reforça os processos de invisibilização dessas outras vozes e contribui para uma formação de professores inscritos no habitus monolíngue.” Ou seja, as diretrizes educacionais vigentes no Brasil excluem as possibilidades de multilinguismo nas escolas. Nas palavras da autora,

[...] apenas o português brasileiro e as ditas línguas de prestígio são contempladas nas escolas públicas e privadas do Brasil, o que silencia as vozes e apaga as identidades da grande maioria de crianças e jovens migrantes matriculados nas instituições de ensino brasileiras (CURSINO, 2020, p. 430).

Desta forma, não se oferecem oportunidades aos estudantes imigrantes e refugiados de se expressarem em sua própria língua ou de utilizarem seus conhecimentos linguísticos, com o intuito de estabelecer relações com a língua portuguesa que estão aprendendo na escola. A falta de interação verbal com esses estudantes, que não têm o português como língua materna, acaba por silenciá-los, negando toda sua biografia linguística e cultural.

Outra obra importante para esse debate, é o livro *Língua como Acolhimento e construção identitária*, das autoras Lovani Volmer e Pietra Da Ros, que aborda a importância da língua como instrumento de inserção social. Segundo as autoras, a habilidade de se comunicar é fundamental para a constituição da identidade. Os autores apontam a língua como “premissa para que migrantes e refugiados compreendam os valores e as normas culturais do país que os acolheu”, além de garantir a “possibilidade de autoexpressão, de falar de si, da sua cultura, suas tradições e seus conhecimentos”.

No espaço escolar, os alunos precisam se comunicar para poderem existir enquanto sujeitos na comunidade da qual fazem parte. Deve-se oportunizar a crianças e adolescentes migrantes e refugiados espaços para compartilharem sua cultura, seus saberes e suas vivências com os demais colegas e o professor. Muitas vezes, entretanto, por causa de barreiras linguísticas, o professor fica impossibilitado de auxiliar os educandos a se expressarem.

Conforme Cursino, a complexidade da atuação do docente nesse novo contexto aponta para a necessidade de se redefinir o papel do professor e da importância de sua formação numa perspectiva plurilingue. Ela defende que:

[...] profissionais que atuam com estudantes de outras nacionalidades, em especial com a comunidade migrante/refugiada, desenvolvam sua competência plurilíngue para que possam abrir espaço para o plurilinguismo de seus alunos em sala de aula, quebrando, assim, a tradição monolíngue presente nas instituições de ensino, bem como em sua própria formação (CURSINO, 2020, p. 421).

Ainda nesse sentido, Cursino adverte que, ao encarar a comunicação de forma monolíngue, não está excluindo apenas as crianças que possuem outra língua materna que não o português, como também dificulta a interação de imigrantes com brasileiros. De acordo com a autora, “[...] a ideologia do monolinguismo invisibiliza sujeitos, nega espaços às suas línguas, culturas, identidades, trajetórias e impede que indivíduos plurilíngues utilizem diferentes idiomas em diferentes contextos e níveis de proficiência” (CURSINO, 2020, p. 430).

Quando os alunos migrantes e refugiados sentem-se acolhidos, buscam entender as novas palavras por meio das situações de aprendizagem em que todos colaboram, independentemente das diferenças socioculturais. Nesse intercâmbio cultural, professores e alunos aprendem tanto o idioma quanto a cultura do outro. O acolhimento, assim, passa a ser entendido como uma ação pedagógica intencional.

A escola deverá estabelecer novos olhares e práticas educativas de acolhimento e inserção social. É neste espaço que se estabelecerá a convivência com diferentes atores sociais, promovendo a troca de experiências, a valorização de um ambiente intercultural e a aprendizagem significativa que considera a diferença e a diversidade, proporcionando uma educação efetiva baseada nos pilares da igualdade, diversidade, alteridade e respeito. Rompendo com práticas homogeneizadoras, estigmatizantes e etnocêntricas, consolidando-se assim, um dos pilares da educação, aprender a viver juntos (ROLDÃO; SOUZA, 2019, p. 103).

Apesar das ponderações de Cursino (2020) serem muito pertinentes, a realidade vivenciada pelas escolas públicas, que são as que recebem a quase totalidade de estudantes imigrantes e refugiados, limita a apropriação dessas abordagens plurais. A formação de professores para o acolhimento linguístico de estudantes imigrantes e refugiados é quase inexistente nas redes públicas de ensino e ainda rara dentro das instituições de ensino superior. Ou seja, de acordo com Cursino a educação somente atingirá seu papel quando todos os envolvidos sejam assistidos de forma igualitária e que todos os discentes tenham iguais condições de acesso ao conhecimento. Para tanto, é necessário que todos estejam envolvidos e atentos: poder público, professores, famílias e estudantes.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciado neste estudo, o fenômeno migratório se intensificou nas últimas décadas, produzindo um número de refugiados próximos do que o mundo vivenciou na Segunda Guerra Mundial. Esses fluxos migratórios do século XXI foram desencadeados em todos os continentes por vários motivos: econômicos, culturais, religiosos, políticos e naturais (secas, terremotos, enchentes, etc.).

Juntamente com o aumento das ondas migratórias, cresceram também os problemas humanitários, como a fome, doenças, discriminações, tráfico de pessoas, fronteiras fechadas e muitas outras situações de calamidade. O imigrante que fugia da sua nação buscando uma vida melhor, em muitos casos encontrou a morte, a falta de respeito e o descaso das autoridades dos países que se recusaram a recebê-los, como aconteceu em alguns países europeus.

Não diferente, no continente americano as crises econômicas e climáticas têm forçado milhares de venezuelanos, haitianos e cubanos a migrarem de seus países de origem em busca de ressignificar suas vidas bem longe da sua cultura. Desta forma, os países americanos passaram a conviver com o êxodo de pessoas vindas principalmente desses países, mas não apenas deles.

O maior índice de refugiados é composto por pessoas vindas da Venezuela. De acordo com dados obtidos ao transcorrer da pesquisa, estima-se que mais de sete milhões de pessoas fugiram da Venezuela desde 2015, desses, seis milhões migraram para os países latino-americanos. E esses números são dinâmicos, sendo perceptível na própria pesquisa ao comparar os dados de dois anos atrás com os obtidos recentemente. Ou seja, o país vizinho ainda se mantém em uma crise que força seus residentes a buscarem em outros países o conforto não ofertado em sua região, estima-se que em 2025, esses números serão de 8,4 milhões de imigrantes venezuelanos no mundo (FMI, 2023).

Das calamidades apresentadas acima, talvez a que cause mais impacto na vida do imigrante é quando seus direitos não são assegurados, ou devido a falta de comunicação, não informados. Existem diversas leis que foram criadas a fim de minimizar os impactos que as travessias causam na vida destas pessoas, leis e tratados internacionais asseguram o direito de todo cidadão de pedir refúgio em outro país, por diversas situações sejam perseguição política, religiosa ou fome.

O Brasil, é um dos países que melhor acolhe o imigrante, além de observar as leis internacionais possui leis próprias sobre o assunto, inclusive com citações na própria

Constituição Federal de 1988. No entanto, muitos imigrantes não têm tido acesso a esses direitos de forma plena, seja pela burocracia que o afasta dos serviços públicos, seja pela negligência das lideranças políticas. É nesse sentido que esta pesquisa concentra seu objeto de estudo na situação dos estudantes imigrantes no Brasil, de modo especial os estudantes venezuelanos. Para a elaboração desta pesquisa, o foco foi um grupo de estudantes de uma escola pública estadual, na cidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, Escola Menodora Fialho de Figueiredo.

A escolha desta instituição de ensino se deve pela notável presença de estudantes venezuelanos matriculados, cerca de dez por cento dos discentes. Esta escola localiza-se na cidade de Dourados, que hoje é a quinta cidade no Brasil que mais recebeu venezuelanos pelo programa de interiorização do Governo Federal, porém, já chegou a ser a segunda.

A situação destes estudantes chama atenção devido à ausência de políticas públicas que atendam as especificidades enquanto imigrante. Ou seja, não existe no momento nenhuma diretriz a nível estadual voltada para o acolhimento destes jovens. Segundo o Estado, são alunos normais, ignorando-se o fato de muitos não entenderem o que o professor está transmitindo em suas aulas.

Para analisar os principais desafios enfrentados pelos alunos venezuelanos em busca da ressignificação de suas vidas distantes de sua cultura do seu país, esta pesquisa se baseou no método qualitativo. Os estudantes venezuelanos, brasileiros e professores, bem todos os envolvidos no dia a dia da escola foram ouvidos.

Para dinamizar o trabalho, a pesquisa foi organizada em três capítulos. O primeiro compreende levantamento histórico das causas da imigração venezuelana, pois, é fato que o continente Sul-Americano testemunha o êxodo de pessoas vindas da Venezuela. No entanto, quais são as causas que levaram mais de sete milhões de pessoas a se deslocarem por dias até a fronteira de um país desconhecido? O que as move a ter que lidar com discriminação, violência e até mesmo a colocar suas vidas em risco?

No primeiro momento, destacou-se a crise humanitária na Venezuela, sua origem, remontando à própria história política e econômica do país. A descoberta e a exploração do petróleo fizeram com que a região tivesse grande projeção no cenário mundial, o que a apontava como um país para investir, uma nação para o futuro. Porém, o fator político e suas instabilidades com tentativas de golpe, impediram que as projeções se concretizassem.

Da mesma forma, a chegada ao poder de Hugo Chávez e seus quatorze anos de governo, condicionaram a economia da Venezuela apenas a uma *commodity*, que servia para financiar as obras de assistência social, uma ação com forte apelo popular, criando um sistema político com

um alto grau de intervencionismo estatal em todas as esferas da sociedade, intitulado de Socialismo do Século XXI.

No entanto, com o falecimento de Hugo Chávez e a chegada de Nicolás Maduro ao poder do Estado caribenho, a desvalorização do preço do barril de petróleo no mercado internacional, a partir de 2014, atrelada a manutenção do intervencionismo estatal na economia bem como a desvalorização da moeda nacional, houve um agravamento da situação econômica. Tal agravamento ocorreu devido aos altos índices inflacionários que corroeram o poder de compra da população e impactaram as importações de alimentos, medicamentos, artigos de higiene pessoal e outros bens de consumo essenciais, não produzidos pela Venezuela, afetando a qualidade de vida da população.

Além desses fatores, os embargos impostos pelos Estados Unidos e União Europeia, que a princípio visavam atingir Nicolás Maduro e a elite do chavismo, acabaram afetando o país como um todo. E, como sempre, os mais pobres são os mais afetados, pois passaram a conviver com a fome, falta de empregos e segurança, não lhes restando outra opção a não ser deixar o país.

Dessa forma, o primeiro capítulo evidencia que a crise das últimas décadas tem vários fatores: econômicos, políticos e sociais. No entanto, a maior responsabilidade pode ser atribuída ao setor político, pois os governantes não souberam preparar o país para o futuro. Acreditaram que apenas o petróleo seria suficiente para manter uma economia forte. Não investiram em outros setores da indústria, estabelecendo uma política secular seguida por Chávez e Maduro.

No segundo capítulo desta pesquisa, objetivou-se apresentar a imigração venezuelana na cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Se o primeiro momento fora reservado para entender os motivos que levaram milhares de pessoas a deixarem seu país, nessa seção, buscou-se apresentar a realidade de uma parte destes imigrantes, em especial aqueles que escolheram Dourados para residir em busca de segurança e emprego.

Nesse sentido, a pesquisa ouviu relatos dos próprios imigrantes sobre a experiência de viver na cidade sul-mato-grossense e apontou dados de como Dourados tem se preparado para acolher milhares de imigrantes que chegam da Venezuela, Haiti, Cuba dentre outros países. A primeira constatação partiu da análise dos dados da Migracidade, uma plataforma fruto da parceria entre a OIM, a Agência da ONU para as Migrações, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os dados indicaram pontos importantes sobre a organização da cidade em prol dos imigrantes.

Observou-se que a cidade tem pensado no bem estar do imigrante, com políticas que se mostram assertivas, como a implantação de um setor, denominada de Coordenadoria Especial

dos Imigrantes (CEI), próprio para atender aqueles que chegam vindos de outro país. Esse setor auxilia os imigrantes na regularização dos documentos para que consigam trabalhar com registro em carteira de trabalho, bem como encontrar moradia, matricular os filhos na escola. Indicam, ainda, como ter acesso aos serviços públicos como saúde dentre outros. Outras ações pertinentes são as parcerias com as universidades da cidade, que sempre se apresentam dispostas no apoio aos imigrantes, buscando meios para validar os certificados dos imigrantes que já possuem cursos superiores, ou então dando oportunidade para aqueles que queiram estudar.

Outro indicativo de que essas políticas têm sido de grande importância, pode ser observado quando o imigrante tem a oportunidade de falar e, nas entrevistas coletadas, indicaram que a cidade é um lugar de acolhida, que oferece empregos e meios para prosperarem. Quando questionados se enxergam a cidade de Dourados ou o Brasil como um lugar que fixarão residência permanente, a maioria disse que não, relatando que pretendem voltar quando a situação política e econômica na Venezuela melhorar. Nesse sentido, a questão da identidade e sentimento de pertencimento à nação materna se contrapõem ao desenraizamento.

Por fim, no terceiro capítulo, objetivou-se investigar como a migração tem impactado na vida dos jovens imigrantes, de modo especial, do estudante venezuelano. Nesse momento, a pesquisa buscou ouvir do estudante suas experiências no processo de ensino e aprendizagem, assim como as suas expectativas de futuro. Os encontros aconteceram nos intervalos das aulas, na hora do almoço ou no dia que os estudantes eram dispensados mais cedo, devido à formação semanal dos professores.

Foi constatado que os estudantes venezuelanos buscam a escola com a expectativa de acessar a faculdade, permitindo assim, melhorar de vida e ter empregos melhores. Esses estudantes constroem um projeto de vida que passa pelo acesso às universidades. Porém, muitos relatam a dificuldade de compreender o português, prejudicando assim, o seu rendimento escolar. Situação que se agrava ao se tratar de uma escola em tempo integral, na qual os estudantes permanecem, semanalmente, no ambiente escolar por nove horas diárias, distribuídas em vinte e quatro componentes curriculares. Apenas um deles aborda o espanhol.

Com relação à escola Menodora Fialho de Figueiredo, observou-se que, em seu Projeto Político Pedagógico faltam estratégias de acolhimento aos estudantes venezuelanos, que representam quase dez por cento dos alunos matriculados. Porém, a escola reitera a ausência de políticas públicas estaduais e nacionais, pois são essas esferas que norteiam o andamento da política educacional. Em entrevista com a gestão escolar, compactuou-se a necessidade de estabelecer ações visando oferecer um ensino mais equitativo, salientando-se a importância das

ações já realizadas com os estudantes venezuelanos e outras que ainda irão acontecer, a se destacar, a parceria com a associação de venezuelanos de Dourados, que se dispôs a oferecer curso de português para estudantes e seus familiares no contraturno.

Ainda nesse sentido, verificou-se que os professores têm desempenhado um papel bastante importante no processo de acolhida aos alunos venezuelanos, mesmo alguns afirmando que, devido a falta de formação, se sentem incapacitados de atuar com esses estudantes. Porém, isso não os impede de, conforme os relatos, se organizarem para ofertar instrumentos que possam melhorar o aprendizado dos estudantes, como no caso do professor de filosofia, que ofertou a prova bimestral com a opção de espanhol ou português. Porém, são atos isolados, e nem todos os docentes compartilham dessas metodologias.

Desta forma, conclui-se que, apesar do crescente número de alunos imigrantes ou refugiados matriculados nas escolas de educação básica, ainda inexistem ações coordenadas e efetivas de acolhimento desses alunos, tanto na esfera nacional e estadual como na municipal. Com isso, o aprendizado dos conteúdos fica parcial ou totalmente comprometido, como observado na escola Menodora, em que, muitas vezes, os estudantes participam das aulas sem entender nada do que está sendo ensinado. Mesmo assim, em geral, eles progredem para as séries seguintes e concluem as etapas da educação básica com um aproveitamento inferior ao dos estudantes brasileiros.

Revela-se, portanto, a urgência de planejar ações de acolhimento e metodologias de ensino para os estudantes venezuelanos. As escolas precisam capacitar todos os agentes envolvidos no ambiente escolar tais como secretários, bibliotecários, agentes de merenda e limpeza, para o recebimento e acolhimento de estudantes imigrantes e refugiados. Dentre outras ações, destacam-se:

- oferta de cursos de formação docente na perspectiva do ensino do idioma;
- atendimento psicológico e reforço escolar para os estudantes imigrantes e refugiados;
- aulas de língua portuguesa no contraturno escolar;
- grupos de estudos de alunos com diferentes níveis de proficiência em que possam aprender juntos o novo idioma.

Ademais, é de extrema relevância que ao elaborar o novo Plano Nacional de Educação que vence em 2024, o MEC inclua os estudantes imigrantes nas estratégias educacionais para a próxima década, estabelecendo assim, metas que atinjam as especificidades desse público. Dessa forma, a partir do plano nacional, os estados poderão seguir essas estratégias em seu Plano Estadual de Educação, caminhando, de fato, rumo a uma educação equitativa.

Por conseguinte, espera-se que esta dissertação contribua, de alguma forma, para despertar a necessidade de um olhar fraterno para com os jovens imigrantes que buscam o que é seu por direito: uma educação que lhes permitirá flertar com um futuro melhor, seja no Brasil ou em seu país de origem. Espera-se que essa pesquisa propicie uma reflexão para melhorar o acolhimento aos estudantes venezuelanos na escola em foco, assim como se estenda a todos os jovens imigrantes em fase de escolarização. Almeja-se que todos possam encontrar um ambiente acolhedor que permita o seu progresso acadêmico. Pretende-se, ainda, conscientizar aqueles que não são favoráveis às políticas de inclusão aos imigrantes, de que todos somos migrantes nessa vida e a formação do povo brasileiro foi influenciada por diversas migrações no transcorrer dos tempos.

## 5. REFERÊNCIAS

ACNUR. **Dados operacionais**. 2022. Disponível em: <[HTTPS:// https://data2.unhcr.org/](https://data2.unhcr.org/)>. Acesso em: 17 dez. 2022.

ACNUR. **Manual de Procedimentos e Critérios: para a Determinação da Condição Refugiado de Acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 Relativos ao Estatuto dos Refugiados**. 2011.

ACNUR. **Número de refugiados e imigrantes da Venezuela no mundo**. 2022. Disponível em: <[HTTPS:// http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/](http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/)>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ACNUR. **Perguntas e respostas**. 2022. Disponível em: <[HTTPS:// http://www.acnur.org/portugues/publicacoes/](http://www.acnur.org/portugues/publicacoes/)>. Acesso em: 10 jul. 2022.

AMADO, Rosane de Sá. **O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados**. Revista Siple, Brasília, v. 4, n. 2, p. 6-14. 2013.

ANDRADE, Valéria Pereira de; RAMINA, Larissa. **Refúgio e dignidade da pessoa humana: breves considerações**. In: ANNONI, Danielle (Org.). DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS E O BRASIL. Curitiba: Gedai/UFPR, 2018.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **A condição Humana**. 12ª ed. Ver. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

BERGER, P. L. ; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis:Vozes,1985.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 1 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso em: 10 jun. 2021.

CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. Tradução de Valerie Rumjanek. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Observatório das Migrações Internacionais, 2021.

CURSINO, Carla Alessandra. **Formação de professores numa perspectiva plurilíngue para o acolhimento linguístico de estudantes migrantes/refugiados**. Calidoscópico, v. 18, n. 2, p. 415-434, 2020.

DA COSTA, Fernando Braga. **Moisé e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas**. 2008. 302 f.

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. – Universidade De São Paulo, São Paulo, 2008.

ERICKSON, F. **Conceptions of school culture: an overview**. Educational Administration Quarterly, v. 23, n. 4. 1987.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

NATIVIDADE, J.S; MEDEIROS. **Projeto político pedagógico, currículo e gestão democrática**. 27 de agosto, 2014. Revista Direcional., S.A. Projeto político pedagógico e gestão democrática: limites e desafios.

SAFRA, G. **A pós-ética na clínica contemporânea**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004, pág. 93.

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, currículo e didática: Problemas de unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 6. Ed. Revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político- pedagógico da escola: uma construção possível**. 22. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas. Papyrus, 1996.

YUVAL-DAVIS, N. **Belonging and the politics of belonging**. Patterns of Prejudice, v. 40, n. 3, p. 197-214, jul. 2006

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. In: BOSI, E. (Org.). Tradução de Therezinha Langlada. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Gravidade e a Graça**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. **Espera de Deus**. Tradução Manuel Barreiros. Lisboa: Assírio e Alvim, 2005 (Coleção Teofanias).

\_\_\_\_\_. **O Enraizamento**. Tradução: Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2001.